

**Universidade Federal de Juiz de Fora**  
**Pós-Graduação em Ciência da Religião**  
**Mestrado em Ciência da Religião**

**Anysio Henriques Neto**

**A RELIGIÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO: MEMÓRIA E  
PLAUSIBILIDADE NA IDENTIDADE DOS SOLDADOS DA FEB A PARTIR  
DA EXPERIÊNCIA DE GUERRA**

**Juiz de Fora**  
**2011**

Anysio Henriques Neto

**A RELIGIÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO: MEMÓRIA E  
PLAUSIBILIDADE NA IDENTIDADE DOS SOLDADOS DA FEB A PARTIR  
DA EXPERIÊNCIA DE GUERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, área de concentração: Ciências Sociais da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Robert Daibert Júnior

Juiz de Fora  
2011

Anysio Henriques Neto

**A religião no exército brasileiro: memória e plausibilidade na identidade dos soldados da FEB a partir da experiência de guerra**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Área de Concentração em Ciências Sociais da Religião, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Robert Daibert Júnior (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Volney José Berkenbrock  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Mauro Passos  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Henriques Neto, Anysio.

A religião no Exército brasileiro: memória e plausibilidade na identidade dos soldados da FEB a partir da experiência de guerra / Anysio Henriques Neto. – 2011.

126 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Religião. 2. Guerra. 3. Exército. I. Título.

CDU 2

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1: A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM PERCURSO HISTÓRICO p. 7

1.1 A história do serviço de apoio espiritual no Exército brasileiro: da colônia ao fim do Império p. 9

1.2 O Exército e a Igreja na República: a desconstrução e a reconstrução de uma aliança histórica p. 14

1.3 A declaração de Guerra e a criação do Serviço de Assistência Religiosa da FEB p. 21

1.4 As reformas na repartição de assistência religiosa no Exército brasileiro p. 29

### CAPÍTULO 2: RELIGIÃO, PLAUSIBILIDADE E IDENTIDADE: AS EXPERIÊNCIAS DE GUERRA DE UM SOLDADO E DE UM CAPELÃO p. 36

2.1 Da convocação ao fim da guerra: a trajetória do veterano Dorvilho Testa na campanha da Itália p. 40

2.2 O cotidiano dos capelães no front: significando as experiências de guerra p. 52

2.3 A construção da identidade cultural dos veteranos da FEB p. 58

### CAPÍTULO 3: OS (NÃO) LUGARES DO SAGRADO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA FEB p. 69

3.1 A criação do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial: um discurso cívico sobre a morte p. 76

3.2 O pós-guerra e a construção da memória: as características da memória coletiva dos veteranos de guerra p. 87

3.3 A construção simbólica da tradição militar brasileira: a transformação do capelão Frei Orlando em patrono do serviço de assistência religiosa do Exército p. 102

Dedico este trabalho à memória dos  
febianos e aos seus familiares.

Agradeço aos veteranos da FEB, Antonio Inhan de Pádua e José Maria Nicodemos da Silva pela atenção dedicada durante minhas visitas à ANVFEB/JF e aos demais membros da instituição. Ao meu orientador Dr. Robert Daibert Júnior, pelo incentivo e profissionalismo com que conduziu o trabalho. Aos demais professores membros da banca, Dr. Volney José Berkenbrock e Dr. Mauro Passos, pela contribuição de suas análises. Ao CNPQ pelo financiamento da pesquisa. Ao sgt. Álvaro Luiz dos Santos e ao ten. Antonio Mauro, agradeço a prontidão e atenção durante as consultas no Arquivo Histórico do Exército brasileiro – AHEx. À Rita de Cássia Testa Siqueira pela entrevista concedida e pela gentileza de autorizar a publicação de parte de seu acervo particular. Por fim, aos amigos e familiares que contribuíram indiretamente para a execução deste trabalho.

## **Resumo:**

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar a presença da religião na experiência de combate e na memória dos brasileiros envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Para tanto, são considerados o percurso do serviço de assistência espiritual no Exército brasileiro, a formação de identidades baseadas nas experiências de guerra, muitas delas significadas religiosamente e por fim, a presença de símbolos religiosos e da tradição católica nos processos de construção de uma memória pública da FEB. Consideramos que os capelães da FEB, além de atuarem como mediadores espirituais entre as tropas representam também uma reconciliação institucional entre o Exército e Igreja católica. Por isso, foi necessário investigar o percurso das repartições de assistência espiritual no Exército brasileiro, com ênfase para os momentos de transformação desse serviço. Com a criação da FEB e sua participação no conflito temos a criação de identidades a partir das experiências de guerra dos soldados. Os relatos desses febianos destacam a importância do aspecto religioso na vivência dessas experiências limite e contribuem na construção de suas identidades. No pós-guerra a luta pelo reconhecimento dessas identidades leva à construção de uma memória pública da FEB, um processo seletivo que garante sentido ao passado vivido pelos soldados.

Palavras-chave: religião, plausibilidade, guerra, Exército brasileiro, identidade febianana



## **Abstract:**

The present work aims at analyzing the presence of religion in combat experience and memory of Brazilians involved in the Second World War. Therefore, it is considered the route of the service of spiritual assistance in the Brazilian Army, the formation of identities based on the experiences of war, some of them meant religiously and finally, the presence of religious symbols and the Catholic tradition in the process of building a memory public BEF. This paper believes that the chaplains of the BEF act as mediators between the spiritual forces, and also represent reconciliation between the institutional Army and the Catholic Church. It was therefore necessary to investigate the route of the distributions of spiritual care in the Brazilian Army, with emphasis on moments of transformation of this service. With the creation of the BEF and its participation in the conflict have the establishment of identities, from the wartime experiences of soldiers. The febian reports the importance of the religious aspect of these experiences in living out and contribute to the construction of their identities. In the postwar struggle for recognition of these identities leads to the construction of a public memory of the BEF, a selection process that ensures sense of the past lived by the soldiers.

**Keywords:** religion, plausibility, Second World War, the Brazilian Army, identity  
Febian

## **LISTA DE SIGLAS**

AECB Associação de Ex-combatentes do Brasil

AECB/JF Associação de Ex-combatentes do Brasil – Seção Juiz de Fora

ANVFEB Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira

ANVFEB/JF Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – Seção Juiz de Fora

CVCI Clube dos Veteranos da Campanha da Itália

DIE Divisão de Infantaria Expedicionária

EIA/QCM Estágio de Instrução e Adaptação/Quadro de Capelães Militares

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FAB Força Aérea Expedicionária

FEB Força Expedicionária Brasileira

RI Regimento de Infantaria

SAR Serviço de Assistência Religiosa

SARFA Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas

SAR/FEB Serviço de Assistência Religiosa da Força Expedicionária Brasileira

SAREx Serviço de Assistência Religiosa do Exército

## INTRODUÇÃO

As discussões que relacionam religião e história se aprofundaram durante a segunda metade do século XX, influenciadas principalmente pelas pesquisas e opções metodológicas surgidas a partir da Escola dos Annales. As novas abordagens teorizadas e aplicadas por historiadores que romperam com o modelo marxista permitiram que os pesquisadores relacionassem o método histórico com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Psicologia, a Geografia, a Sociologia, dentre outras. Com isso, desenvolveram novos métodos para o estudo da História, ampliando seus objetos, fontes e recursos de análise teóricos.

Do diálogo entre História e as demais áreas das Ciências Humanas surge uma nova perspectiva para analisar não só a religião, como também a religiosidade e fenômenos religiosos de grupos sociais como forma de representar o passado. Entende-se religiosidade como “[...] a forma e o sentimento com que cada indivíduo vive suas crenças e práticas religiosas, independentemente de ele estar filiado a uma instituição religiosa”.<sup>1</sup> Esse processo de interdisciplinaridade teve início no final do século XIX, com o surgimento da disciplina História das Religiões, resultante de um processo de emancipação da Ciência das Religiões, mantendo um distanciamento em relação à filosofia e à teologia.<sup>2</sup>

Ao tratar das vertentes assumidas pela História das Religiões, Francisco José Silva Gomes afirma que “no século XIX, a História das Religiões interessava-se

---

<sup>1</sup> BELLOTTI, Karina Kosicki. Mídia, Religião e História Cultural. In: *Revista de Estudos da Religião*, n.4, 2004. p.110.

<sup>2</sup> GOMES, Francisco José Silva. A religião como objeto da História. In: LIMA, Lana Lage da Gama, HONORATO, Cezar Teixeira, CIRIBELLI, Marilda Corrêa, Silva, Francisco Carlos Teixeira (Orgs.). *História & Religião*. Rio de Janeiro: Editora Faperj: Mauad, 2002, p. 13.

primordialmente pela origem e desenvolvimento das crenças e idéias religiosas”, influenciada diretamente pelo método histórico positivista.

Na segunda década do século XX, surge com Rudolff Otto na Escola de Marburgo a proposta de estudar as experiências religiosas, significativas para aqueles que as vivem. Nos Estados Unidos, o romeno Mircea Eliade, nome mais conhecido da Escola de Chicago, busca desenvolver uma Antropologia do *homo religiosus*. Mas é na década da 60, em Lancaster, com uma proposta multidisciplinar que Smart propõe que a religião seja estudada a partir de todas as áreas das Ciências Humanas e não apenas pela história.

Por fim, o grupo de *Groningen* influenciado pelo culturalismo de Clifford Geertz entende que a religião é definida pela cultura, ou seja, rejeitam os pressupostos filosóficos e teológicos para o estudo da religião.<sup>3</sup> O resultado dessas discussões foi a criação de várias abordagens para os estudos relacionados às religiões e religiosidades.

Com a corrente historiográfica francesa da Escola dos Annales é que a religião passa para o campo do mental, isto é, passa a ser entendida através da crença dos sujeitos históricos. No entanto, é na tentativa de superar o caráter etnocêntrico oriundo da antropologia, que foram formuladas novas abordagens, cujas características encontram-se atualmente nos estudos de história cultural.

Com as obras *Os andarilhos do bem* (1988), *O queijo e os vermes* (1987) e *História noturna* (1989) a religião passa a ser estudada a partir de uma abordagem cultural. Influenciado pela antropologia, Ginzburg rejeita a análise fenomenológica, pois seu objetivo é “[...] explicar historicamente as releituras míticas e rituais possíveis dentro de uma formação social determinada, sugerindo que se adote com prudência a noção de ‘sistema mítico-religioso’”.<sup>4</sup>

Com o desenvolvimento de novas abordagens metodológicas surgidas a partir das discussões da Escola dos Annales e posteriormente da chamada Nova História, percebe-se duas mudanças no estudo das religiões enquanto objetos históricos. Segundo Albuquerque, a primeira mudança refere-se à “[...] noção de tempo que contrastava com a noção de temporalidade das abordagens anteriores da historiografia tradicional, mais

---

<sup>3</sup> GOMES, Francisco José Silva. A religião como objeto da História. In: LIMA, Lana Lage da Gama, HONORATO, Cezar Teixeira, CIRIBELLI, Marilda Corrêa, Silva, Francisco Carlos Teixeira (Orgs.). *História & Religião*. Rio de Janeiro: Editora Faperj: Mauad, 2002, pp. 15-16.

<sup>4</sup> HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 344

circunscritas a um tempo breve e bem curto”<sup>5</sup>. A segunda mudança refere-se às dimensões do objeto, nesse caso a religião, que a partir da década de 90 deixa de ser caracterizada como mentalidade, passando a ser entendida como cultura e imaginário. As mudanças de abordagens e o objetivo das pesquisas relacionadas à religião acompanharam as transformações sofridas pela História ao longo dos séculos XIX e XX, culminando nas tendências voltadas aos estudos culturais, atualmente predominantes no âmbito acadêmico.

Nesta pesquisa adotamos a proposta da Nova História, o que nos permite tomar como fonte histórica os relatos dos veteranos sobre suas experiências de guerra e principalmente sobre os eventos significados religiosamente. Tomando como referência os estudos culturais que influenciaram os estudos sobre religião é que se pretende investigar de que forma as experiências limites, ordenadas pela religiosidade, fornecem a base simbólica para a construção da identidade dos ex-combatentes brasileiros que participaram da II Guerra Mundial.

Para isso adotamos a proposta da História Oral como recurso de análise dessas experiências limites, lembradas pelos próprios veteranos e também por seus filhos. A opção pela história oral como recurso de análise tornou-se uma característica metodológica nos estudos que tratam temas da História do Tempo Presente.

A história contemporânea, século XX, tornou-se objeto de reflexão dos historiadores a partir da década de 1980. A necessidade de analisar o passado presente, tanto pela importância dos acontecimentos globais quanto pelo surgimento de novas abordagens historiográficas, resultou na criação de uma nova corrente voltada especificamente para os acontecimentos recentes, chamada História do Tempo Presente.

A isso se deve a influência teórica da Escola dos Annales e conseqüentemente a superação dos paradigmas positivistas e marxistas. “Alegava-se que a proximidade temporal era perigosa, que o historiador necessitava de distância para ser científico e evitar o envolvimento pessoal com os temas abordados. O passado recente era objeto da sociologia e da ciência política, jamais da história – ciência de síntese, que necessitava da distância temporal para construir sua narrativa crítica”. Superada essa relação entre objetividade dos fatos e imparcialidade do historiador, essas correntes historiográficas,

---

<sup>5</sup> ALBUQUERQUE, Eduardo Basto. Historiografia e Religião. In: *Revista Nures*, n. 5, Jan-Abr, 2007, p. 7.

como a História do Tempo Presente e a História Oral , valorizaram o sujeito e sua narrativa.

A história oral foi utilizada enquanto método científico para a reunião e análise dessas narrativas, com veteranos de Juiz de Fora. Segundo a historiadora Verena Alberti, “a história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos, etc. Dependendo da orientação do trabalho pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados<sup>6</sup>”. Foram considerados outros depoimentos orais reunidos no documentário “O Lapa Azul” (2007) de Durval Lourenço Pereira Junior, como fonte de pesquisa devido a qualidade do conteúdo e do tratamento dos depoimentos. O acervo reunido pelo cineasta resultou num documentário que relaciona os depoimentos dos veteranos do III Batalhão do 11º RI, chamado de “Lapa Azul”, com os acontecimentos vivenciados durante a guerra e as impressões gerais sobre o conflito.

Também foi considerada a coleção de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial, organizada pela Bibliex, por reunir uma coleção de depoimentos realizados com veteranos de todas as regiões do país<sup>7</sup>.

As análises das fontes orais permite-nos demonstrar que a religiosidade dos veteranos atua nesses eventos individuais ou coletivos. Entretanto, seria incorreto afirmar que todos os veteranos ou a maioria deles tiveram durante suas experiências na Itália uma relação simbólica atrelada a sua religiosidade, destacamos apenas as ocorrências desses casos. No entanto, os relatos apresentados destacam a capacidade da religiosidade dos indivíduos na organização dessas experiências limites, criando simbolicamente uma ordem para os fatores anômicos desse processo.

As narrativas individuais dos veteranos, considerando as entrevistas e os depoimentos coletados, abrangem um percurso vivido pelos depoentes. Os detalhes dos acontecimentos, a quantidade de episódios narrados e as recordações coletivas variam de acordo com cada entrevistado ou depoente. Entretanto foi possível identificar uma

---

<sup>6</sup> ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3 ed, Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 17.

<sup>7</sup> A coleção está dividida em 8 Tomos e reúne um total de 102 entrevistas orais , transcritas e organizadas em forma de livro.

quantidade significativa de recordações atreladas à família, à morte, à própria religiosidade e ao patriotismo.

O contexto dos fatos narrados também foi considerado durante a análise das narrativas, isto é, considerando a campanha da FEB desde o momento de sua criação em agosto de 1943 até outubro de 1945, com o regresso e a desmobilização dos efetivos. Durante esse período os soldados da FEB passaram pelo processo de convocação, treinamento, batismo de fogo na Itália, 7 meses de combates regulares, fim da guerra no *front* Italiano e regresso ao Brasil. Em todas as etapas destacadas ocorrem eventos significados religiosamente por diferentes veteranos ou por seus familiares.

Desta forma o objetivo central dessa pesquisa é compreender o significado das experiências religiosas dos soldados na formação de uma identidade e de uma memória dos veteranos da FEB. Para isso foi necessário entender o processo de criação do Serviço de Assistência Religiosa da FEB, o papel da religiosidade desses indivíduos na organização das experiências de combate e por fim a criação de uma memória pública da FEB.

No primeiro capítulo, será apresentada uma análise histórica do desenvolvimento da repartição responsável pelo apoio espiritual desde a colonização até os dias atuais. Nesse percurso, serão observadas transformações significativas no Exército brasileiro e na Igreja católica, por vezes, determinantes no desenvolvimento dessa repartição.

Com a proclamação da República, observa-se uma crise na aliança constituída entre as instituições e somente com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial ocorre uma reaproximação oficial entre o Exército e as igrejas, pois, além do catolicismo, o protestantismo também disputa esse campo de representação. Em função da guerra foi criado no ano de 1944, o SAR/FEB, o que possibilitou a presença de capelães católicos e protestantes no *front* italiano. Com o fim do conflito essa repartição passa novamente a ser reconhecida pelos militares e sofre novos processos de transformação.

O segundo capítulo abordará, por meio da trajetória de um soldado da FEB e dos relatos de um capelão, o lugar da religião nas memórias individuais dos soldados e sua capacidade de criar plausibilidade em relação ao contexto da guerra. Nesse sentido, serão analisadas entrevistas, correspondências e fontes orais relativas aos momentos em que a religião atuou de forma a organizar as experiências desses indivíduos e de modo a

constituir um elemento significativo na construção da identidade febianana. Através dessas fontes, também serão abordados o medo da morte e o sentimento familiar como temas centrais desse cotidiano caótico, por meio do qual as experiências foram significadas religiosamente, tanto pelos soldados como por seus familiares.

Por fim, no terceiro capítulo, a análise será centrada na construção de uma memória pública da FEB, considerando a criação de seus lugares de memória e os símbolos e tradições católicas no Exército. Nesse período do pós-guerra, surgem instituições representativas dos febianos, baseadas numa identidade constituída a partir da experiência de guerra e empenhada na luta pelo reconhecimento de seus direitos políticos.

Nesse processo observamos a construção da figura do Herói da FEB, uma representação simbólica dos soldados, que valoriza o patriotismo e o civismo. Essa característica foi encontrada durante a criação do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e também em outras obras regionais. A criação de monumentos regionais dedicados à memória da FEB indica que houve um processo de regionalização dessa memória. Nesses casos percebemos outras características relacionadas à forma de representação desse passado. Apesar da tentativa oficial de afirmação da morte cívica e patriótica nos monumentos, perceberemos a persistência de elementos religiosos na construção dessa memória.

Nos monumentos regionais analisados, pudemos identificar a presença de outros atores históricos que são usados para ressaltar o caráter cívico do passado da FEB, como Tiradentes, por exemplo. Por fim, identificamos a presença de símbolos e a criação de tradições católicas no Exército, a partir de Caxias e do capelão Frei Orlando. Esses modelos representativos reforçam o monopólio simbólico do catolicismo na instituição, uma característica histórica e cultural do Exército brasileiro.



## **CAPÍTULO 1: A ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NO EXÉRCITO BRASILEIRO: UM PERCURSO HISTÓRICO**

Enviados para a guerra em meados de 1944, os escalões da Força Expedicionária Brasileira (FEB) lutaram no *front* italiano, representando o Brasil na Segunda Guerra Mundial. O correspondente de guerra Joel Silveira destaca que “exatamente sete meses e dezenove dias foi quanto durou a guerra da FEB [...]” resultando na morte de 443 soldados, dentre praças e oficiais, cerca de 3000 feridos mandados aos hospitais de retaguarda e, ao final do conflito, a FEB fez mais de 20 mil prisioneiros, incluindo generais do Exército alemão.<sup>8</sup>

Durante os meses em que o Brasil esteve no *front* italiano, a FEB conquistou pontos estratégicos da Linha Gótica, dentre os quais se destaca a participação na conquista de Monte Castello, em fevereiro de 1945. Por isso considera-se que a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foi pequena, em decorrência do reduzido número de combatentes enviados ao *front* e devido ao momento em que o Brasil entrara efetivamente na guerra, meados de 1944. No entanto, essa participação foi fundamental para a modernização do Exército brasileiro. Dentre as reformas decorrentes do conflito, merece destaque o Serviço de Assistência Religiosa (SAR), criado em caráter provisório para atender aos soldados da FEB em 1944 e posteriormente efetivado em caráter definitivo em 1946.

Dividido em cinco escalões, o contingente da FEB somou 25.334 soldados, vindos de todos os estados do país. Como, por exemplo, “o 1º R. I., com sede no Rio de

---

8 SILVEIRA, Joel. *O Brasil na 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1976, p. 7.

Janeiro, concentrou mais expedicionários cariocas e fluminenses. O 6º R. I., com sede em Caçapava, São Paulo, reuniu mais paulistas. O 11º R. I., com sede em São João del-Rei, Minas Gerais, teve a maior concentração de mineiros.”<sup>9</sup> Conseqüentemente percebe-se uma concentração maior de soldados dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro no contingente da força expedicionária.

Apesar da concentração de soldados dos estados citados, a FEB constitui um contingente militar culturalmente diversificado por grupos das demais regiões do país. Cabe ressaltar que a pluralidade étnica e devocional dos veteranos permite a análise de um campo de representações variado, com destaque para as práticas populares do catolicismo e do caráter ecumênico vivenciado no *front*, por capelães e soldados.

Daí a necessidade de entender de que forma essas práticas religiosas se desenvolvem no Brasil, pois é a partir delas que os veteranos significaram muitas experiências de guerra, individual e coletivamente. Para isso, recorreremos a uma análise histórica do percurso das instituições religiosas analisadas para entendermos as condições que propiciam a aproximação entre essas religiões (catolicismo e protestantismo) e o Exército brasileiro no momento da criação do Serviço de Assistência Religiosa da FEB em 1944.

A criação desse serviço, em 1944, atende às reivindicações de membros do alto escalão do Exército, à necessidade de prestação de uma assistência de natureza religiosa aos combatentes e, também, ao contexto político do Estado Novo (1937-1945), momento em que tanto o catolicismo quanto o protestantismo buscam consolidar sua presença na sociedade, adequando-se ao cenário político do país, em decorrência das transformações advindas com o fim da República Velha. Além disso, a presença de capelães no *front* indica uma reaproximação institucional entre o Exército brasileiro e a Igreja Católica, visto que o serviço religioso militar foi extinto oficialmente nos anos iniciais da República, devido à forte influência do pensamento positivista nos militares republicanos.

Neste capítulo, interessa investigar, a partir de uma abordagem histórica, o processo de criação do Serviço de Assistência Religiosa da FEB no Exército brasileiro, levando em conta a presença de capelães católicos e protestantes enquanto mediadores da experiência de guerra dos soldados brasileiros. A ênfase maior, em um primeiro

---

<sup>9</sup> FERRAZ, Francisco. *A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003, p.11.

momento, será dada aos aspectos legais e formais que orientavam a atuação desse serviço, passando por um percurso histórico que acompanha sua criação, extinção, recriação e reformulações. Assim, antes de tratar da criação do SAR/FEB, será feita uma incursão sobre a presença da assistência religiosa no Exército brasileiro durante a colônia e o Império.

O desenvolvimento da repartição clerical dentro do Exército brasileiro foi marcado por suas transformações. Sendo conhecida inicialmente por Repartição Eclesiástica do Exército, criada em 1850, evoluiu, após a Guerra do Paraguai, para Corpo Eclesiástico do Exército até ser extinta nos anos iniciais da República. No século XX, essa repartição volta a ser criada em 1944, em caráter provisório, sob a denominação de Serviço de Assistência Religiosa da Força Expedicionária Brasileira. Após a guerra foi efetivada em caráter permanente em 1946, como SAR. Uma nova regulamentação foi estabelecida para a criação dessas repartições nas respectivas divisões das Forças Armadas Brasileiras, isto é, surge o Serviço de Assistência Religiosa do Exército – SAREx, em 1971, além da criação do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, em 1981. As reformas alteram a estrutura hierárquica dessa repartição e criaram novos mecanismos para a prestação do apoio espiritual, dentre eles a inclusão de novos segmentos do protestantismo no serviço.

### **1.1 A história do serviço de apoio espiritual no Exército brasileiro: da colônia ao fim do Império**

A presença dos capelães nas caravelas portuguesas identificadas pelas cruces da ordem de Cristo marca o princípio da formação do serviço de assistência religiosa militar em território brasileiro.

Quando Pedro Álvares Cabral aportou na Ilha, logo batizada de Ilha de Vera Cruz ordenou a celebração, em 26 de abril de 1500, de uma missa como ato de posse da nova terra. Esta missa foi oficiada por Frei Henrique Soares de Coimbra, superior dos Franciscanos missionários que compunham a frota Cabralina. Vale notar que esses religiosos eram Capelães da Armada de Pedro Álvares Cabral. Sendo assim, o ato religioso da Primeira Missa pode ser considerado como o primeiro serviço de

assistência religiosa prestada a militares da Ordem de Cristo em nosso país.<sup>10</sup>

A implementação do catolicismo no Brasil decorre da aliança entre a coroa portuguesa e a Igreja Católica, pois “o aspecto religioso esteve sempre presente tanto nas conquistas como na colonização lusitana. Daí serem os reis de Portugal, como os da Espanha, designados como reis católicos”<sup>11</sup> No entanto, a chegada do catolicismo no Brasil colônia é marcada pelo efetivo controle do Estado, através do Padroado. “A organização da Igreja no Brasil entre 1550-1800 era em grande parte controlada pelo Padroado, uma prerrogativa da Coroa Portuguesa baseada no fato de o rei ser grão-mestre de três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal [...]”<sup>12</sup>. Apesar do aspecto controlador exercido por meio do Padroado, é nele que se apóia a união entre Estado e Igreja durante o período colonial.

Além do controle garantido pelo Padroado, o catolicismo que se desenvolveu no Brasil é marcado por práticas heterodoxas, resultado da hibridação cultural vivida no país. Para Gruzinski, a hibridação aplica-se “[...] às misturas que se desenvolvem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico – a Europa cristã, a Mesoamérica – e entre tradições que, muitas vezes, coexistem há séculos”.<sup>13</sup>

Membros ativos da empreitada colonial, os padres católicos atuaram efetivamente em campanhas de caráter militar, em missões de evangelização e em combates contra invasores estrangeiros, cumprindo a missão da expansão da fé cristã no Novo Mundo. Em decorrência das invasões holandesas no Brasil durante o século XVII, período chamado de Brasil Holandês (1630–1654), ocorre um conflito que é considerado pelo Exército o marco de sua fundação.

Dentre as várias batalhas travadas entre luso-brasileiros e holandeses, o conflito conhecido como a 1ª Batalha dos Guararapes é reconhecido como o momento da origem do Exército brasileiro. Organizando a resistência aos invasores holandeses, o contingente militar brasileiro contou com a participação de índios, negros, mestiços e

---

<sup>10</sup> ALMEIDA, Marcelo Coelho. *A religião na caserna: o papel do capelão militar*. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006, pp. 20-21.

<sup>11</sup> AZZI, Riolando. A Crisandade Colonial: um projeto autoritário. In: *História do Pensamento Católico no Brasil – I*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 19.

<sup>12</sup> HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 12.

<sup>13</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 62.

também de soldados portugueses, formando um contingente miscigenado e posteriormente reconhecido como o Exército Brasileiro.

No entanto, a prestação do serviço religioso vigente ganha um caráter institucional apenas em 1850 com a criação da Repartição Eclesiástica do Exército por parte do governo imperial. Segundo informa Palhares, “seu Quadro de Efetivos era constituído de quatro classes de Capelães: os da Ativa, os Agregados, os Avulsos e os Reformados, além dos que ingressavam no Serviço como Contratados, somando, ao todo, 24 Capelães, entre capitães, primeiros-tenentes, e alferes (segundos-tenetes).”<sup>14</sup>

Durante o Império, destacam-se duas fases significativas para história do serviço de capelania militar no Exército brasileiro, a saber, a criação oficial da repartição em 1850, quando foi valorizada pela experiência dos sacerdotes católicos na Guerra do Paraguai (1864-1870) e sua extinção nos anos iniciais da República, o que não implica na ausência de padres católicos em guarnições militares após esse período.

Na primeira fase, Exército e Igreja ainda estão associados pela tradição cultural e pelo contexto político que subordina ambas as instituições à monarquia. Apesar do fim desse regime político, as experiências ocorridas durante esse período foram fundamentais na orientação da criação do SAR/FEB, no século XX. Mesmo depois de extinta, a repartição serviu de modelo para a formação do novo serviço de assistência religiosa no Exército da FEB.

Durante a guerra do Paraguai, destacaram-se como capelães militares Frei D’Avola, Frei Salvador de Nápoles, o Cônego Serafim Gonçalves dos Passos Miranda e o Padre Fortunato José de Souza. Dentre os militares brasileiros, Caxias mostrou-se extremamente católico e não dispensava a presença de capelães em seus efetivos militares de campanha. Caxias também foi responsável por mudanças nessa repartição, transformando-a em Corpo Eclesiástico do Exército, com a guerra já terminada.

Por meio do Decreto nº 5.679 de 27 de junho de 1874, a nova instituição dos capelães aumentou seus efetivos e cargos referentes a hierarquia militar da época. A reformulação dessa repartição visa delimitar as funções de atuação dos capelães na vida militar como especificado no artigo 20 do novo Regulamento. “Os capellães capitães e os capellães tenentes terão exercício nos hospitais, fortalezas, estabelecimentos de instrução, fábricas e presídios militares, corpos de qualquer das armas, esquadrões e

---

<sup>14</sup> PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. 2 ed, Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, p. 193.

companhias isoladas.”<sup>15</sup> Essa regulamentação corresponde a necessidade de organizar a prestação do serviço de assistência espiritual no território nacional, assunto novamente discutido no século seguinte, em função da nova organização do serviço.

Mas, apesar do gradativo desenvolvimento desse serviço ao longo do Império, as transformações sócio-políticas da segunda metade do século XIX levam ao declínio da hegemonia católica e de sua aliança com o Estado, até então regulamentada pelo Padroado.

Durante o Império, a aliança entre Igreja e Estado teve o objetivo de legitimar a ordem vigente. A aliança garantia ao catolicismo um lugar de destaque na formação social e política do país. Entretanto, ao final do século XIX, essa aliança entra em crise a partir da chamada “Questão Religiosa”. A Igreja passava por transformações internas que buscavam garantir um lugar de destaque na formação espiritual e maior autonomia em relação ao Estado. A instalação do protestantismo e o fortalecimento da maçonaria, ambos influenciados por ideais modernos, tornaram-se obstáculos para a manutenção da hegemonia católica no país.

As mudanças internas ocorridas na Igreja católica, sobretudo a partir de 1850, com a formação de uma geração de eclesiásticos influenciados por missionários estrangeiros, reforça a crise da relação entre Igreja e Estado, o qual passa a ser considerado como um obstáculo a propagação da fé católica. Ao assumir uma posição ultramontana, defendendo uma religiosidade mais espiritualizada e uma conduta moral rigorosa, esses clérigos colocam-se em obediência a Santa Sé, buscando uma romanização para a Igreja no Brasil. A busca pela autonomia em relação ao Estado levou a mudanças internas na formação do clero e ao enfrentamento com os rivais modernos, que defendiam uma sociedade secularizada, liberdade de culto e de pensamento.<sup>16</sup>

A disputa política entre a Igreja católica e a maçonaria ganhou destaque após a suspensão do padre Almeida Martins, orador oficial de uma festa comemorativa da promulgação da Lei do Ventre Livre em 3 de março de 1872, cujo homenageado era o maçom visconde de Rio Branco. Em resposta a punição do padre, a maçonaria reagiu

---

<sup>15</sup> PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. 2 ed, Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, p. 194.

<sup>16</sup> NEVES, Guilherme Pereira. Questão Religiosa. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1899)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 608-609.

por meio de um manifesto no qual declarava sua oposição e reafirmava a liberdade de culto religioso.<sup>17</sup>

O conflito se estendeu através de publicações em jornais, nas quais maçons e protestantes aliaram-se na oposição ao poder clerical até então reivindicado pela Igreja católica. Em decorrência da mediação do Cardeal D. Domenico Sanguigni, a crise foi superada, mas ainda no ano de 1872 D. Vital Maria de Oliveira e D. Antônio Macedo da Costa exigiram a expulsão dos maçons pertencentes a ordens religiosas, o que reabriu as discussões. As irmandades envolvidas recorreram ao Imperador alegando que a condenação da Maçonaria no Brasil, através de bulas papais, não passou pelo beneplácito do governante e por isso não eram válidas. O argumento foi aceito pelo monarca acarretando na prisão dos bispos de Olinda e de Belém do Pará, posteriormente anistiados por Caxias.<sup>18</sup>

Os estudos sobre esse enfrentamento apresentam duas perspectivas de análise segundo Alexandre Mansur Barata.

O primeiro aponta para a necessidade de entender a “Questão Religiosa” a partir das especificidades da realidade católica brasileira, atentando-se para o distanciamento entre o “catolicismo das consciências” e o catolicismo institucional”. O segundo, de forma complementar ao primeiro, insere-a no contexto de transformações ocorridas na Igreja Católica no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Seguindo uma tendência internacional, a Igreja Católica brasileira iniciou um processo de reorganização interna conhecido como romanização do clero católico. A romanização significou o fortalecimento da Igreja como instituição, iniciando um movimento de caça aos chamados “erros modernos”: o progresso, o racionalismo, o liberalismo, a liberdade religiosa.<sup>19</sup>

O conflito marca uma crise na relação entre o governo e os setores eclesiais e contribuiu para o fim do regime imperial e também para o desenvolvimento de um projeto de secularização do Estado.

Guilherme Pereira das Neves destaca as consequências do conflito, encerrado em 1875, pois a partir daí aumentou “[...] a intransigência da alta hierarquia da Igreja, levando-a a assumir uma atitude ambígua em relação ao Estado, que implicava, ao

---

<sup>17</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. São Paulo: Unicamp, 1999, p. 93.

<sup>18</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. São Paulo: Unicamp, 1999, p. 94.

<sup>19</sup> BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. São Paulo: Unicamp, 1999, p. 95.

mesmo tempo, a oposição a certas medidas de caráter secular e a reivindicação de conservar o lugar privilegiado, no plano espiritual, que sempre detivera junto ao poder”.<sup>20</sup> E, por outro lado, a atuação do governo foi considerada fraca e motivada por interesses de políticos conservadores. Para os fiéis do ultramontanismo, em sua maioria urbanos e alfabetizados, a prisão dos bispos revelou o caráter arbitrário do governo. Para a massa da população, ainda ligada a práticas tradicionais da religião, a punição dos religiosos foi considerada uma impiedade por parte do governo.<sup>21</sup>

A crise na relação expressa no episódio acima obriga a Igreja a se adequar ao novo cenário político e social e a criar meios para aumentar sua representação num campo gradativamente pluralizado e também na recuperação de alianças institucionais. “Crise esta que se manifestou em uma perda de influência política, social e religiosa, motivada por um rompimento com o Estado e, mais importante ainda, pelo advento de ideologias contrárias ao poder clerical como o socialismo, o anarquismo e o comunismo, que criticavam as organizações religiosas, sobretudo o clero, como elemento de poder das elites e instrumento de alienação das massas.”<sup>22</sup> Desta forma, o fim do regime de Padroado garante mais liberdade aos membros eclesiásticos e com isso a possibilidade de arregimentação de mais fiéis e maior autonomia em relação ao Estado.

Então, se no período colonial e durante o império o catolicismo detêm, de certa forma, um monopólio religioso conferido pela subordinação ao poder estatal com o novo regime, tem-se uma redefinição do papel do catolicismo no Brasil.

## **1.2 O Exército e a Igreja na República: a desconstrução e a reconstrução de uma aliança histórica**

---

<sup>20</sup> NEVES, Guilherme Pereira. Questão Religiosa. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1899)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 610.

<sup>21</sup> NEVES, Guilherme Pereira. Questão Religiosa. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1899)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 610-611.

<sup>22</sup> ALENCAR NETTO, Edmundo Leonel. “... com a Mão sobre a Cruz e a Bandeira Nacional...”: A Igreja Católica e o Exército: da República Velha ao Estado Novo – uma abordagem sócio – Histórica. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002, p. 26.



O surgimento da República inaugura também uma nova fase para a prestação do apoio espiritual no Exército Brasileiro. Em decorrência disso, o Corpo Eclesiástico foi desarticulado pela cúpula militar republicana em função da secularização do Estado. Entretanto, os setores católicos resistem aos republicanos mais radicais, críticos ferrenhos da influência da Igreja na sociedade e nas instituições, como o Exército.

Exemplo disso foi a afirmação da religiosidade católica e da sua influência no contingente militar brasileiro com a criação da Conferência Vicentina de São Maurício, pelos militares Juarez Távora, Francisco José Pinto e Barreto Lins. Posteriormente a conferência transforma-se em União Católica dos Militares criada na Escola Militar do Realengo, conhecida por protagonizar revoltas militares e por representar um dos principais centros de formação de oficiais do Exército brasileiro.<sup>23</sup>

Com a proclamação da República (1889), a situação de crise nas relações institucionais da Igreja leva a uma reestruturação do clero e encerra o monopólio oficial do catolicismo no Brasil.

A situação do clero ao início do regime republicano era, no mínimo, contraditória. Se, por um lado, recebia-se a nova situação como um sinônimo de 'liberdade', por outro, o decreto nº 119 – A do Governo Provisório em 1890 abolira o Padroado, estabelecendo um Estado não-confessional onde o catolicismo era nivelado às religiões protestantes, os símbolos religiosos afastados dos prédios públicos, o casamento civil instituído e as propriedades de 'mão morta' da Igreja ameaçadas de expropriação. O projeto da Constituição Republicana dava continuidade, estabelecendo a laicização do ensino público, expulsão dos jesuítas, proibição de ordens religiosas, ruptura de relações diplomáticas com a Santa Sé, secularização dos cemitérios, proibição de subvenções oficiais a cultos religiosos, perda de direitos se alguém se isentasse de dever cívico por crença religiosa, etc.<sup>24</sup>

Temos, ainda no século XIX, a presença de novas instituições religiosas, como o protestantismo e o espiritismo, que participaram ativamente das mudanças políticas e sociais que acompanham o surgimento da República. Influenciados pelos ideais liberais

---

<sup>23</sup> PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. 2 ed, Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, p. 195.

<sup>24</sup> ALENCAR NETTO, Edmundo Leonel. "... com a Mão sobre a Cruz e a Bandeira Nacional...": A Igreja Católica e o Exército: da República Velha ao Estado Novo – uma abordagem sócio – Histórica. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002, BEOZZO, 1984, p.283 apud ALENCAR NETTO, 2002, p. 50.

setores anticlericais e grupos intelectuais associam o Protestantismo ao desenvolvimento econômico e político.

Ao contrário do período colonial, o século XIX é lembrado como sendo um momento histórico quando prevaleceram, na América do Sul, ideais libertários e independistas. Esses ideais se viam reforçados por uma mentalidade circulante nos meios mais informados e/ou intelectualizados, que tendia a identificar o atraso político-econômico-cultural com o Catolicismo e, em contrapartida, modernidade e prosperidade com o Protestantismo, tomando como exemplo os países europeus mais avançados econômica e culturalmente naquele estágio do Capitalismo. Por conseguinte, deve-se desde logo ressaltar que o desenvolvimento das manifestações religiosas protestantes inclui também as lojas maçônicas, os movimentos espíritas e outras organizações, religiosas ou não, que compunham as parcelas dissidentes do sistema, e que tinham em comum a insurgência contra a hegemonia romano-católica. Por tudo isso, diversos setores, sobretudo os anticlericais, recebem com satisfação o advento das missões protestantes.<sup>25</sup>

A aceitação do Protestantismo enquanto forma de opor-se ao catolicismo, bem como o regime político mantido pela aliança entre Estado e Igreja desde a colônia, desenvolve-se durante o século XIX com o crescimento deste segmento. No entanto, “o Protestantismo missionário chega ao Brasil com uma proposta religiosa importada assim como o Catolicismo, mas, diferentemente deste, não logrou deitar raízes na cultura (deixando assim de integrar a Matriz Religiosa Brasileira) em virtude de sua atitude de rejeição das peculiaridades culturais brasileiras, tidas na conta de pagãs.”<sup>26</sup> Desta forma, as primeiras décadas do regime republicano são marcadas pela reorganização do catolicismo no cenário nacional e também pela aproximação entre o Protestantismo e as lojas maçônicas, principais rivais do monopólio católico.

As reformas produzidas a partir da romanização sob o aspecto político permitem posteriormente uma reaproximação com os intelectuais leigos, durante a crise do projeto liberal.

Do mesmo modo que as elites dirigentes do país se subordinam às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, ao liberalismo, ao positivismo, a Igreja vai seguir num caminho paralelo, na sua reforma. Se as elites tornam-se <<estrangeiras>> na sua cultura, também a Igreja, fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens

<sup>25</sup> BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e mudança social*. Petrópolis: Vozes & Koinonia, 2003, p. 103.

<sup>26</sup> BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e mudança social*. Petrópolis: Vozes & Koinonia, 2003, p. 89.

religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos, vai se europeizar e romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja. Esta nova religião entra em conflito com os costumes do povo e nos santuários tradicionais trava-se uma luta surda entre os missionários vindos da Europa e a prática do povo rotulada de ignorância e superstição, quando não de fanatismo.<sup>27</sup>

Esse modelo de romanização institui um catolicismo brasileiro intelectual visando a catequizar a elite que passa a buscar apoio na instituição a partir da década de 20 com a crise do liberalismo.

A estratégia principal da Igreja na época republicana não visa diretamente ao povo e sim às elites. É estabelecendo uma rede importante de colégios em todo país que a Igreja conta cristianizar as elites, para que estas por sua vez <<cristianizem>> o povo, o Estado, a Legislação. É uma estratégia de reforma pelo alto, sobrando para o povo, sobretudo da zona rural, as visitas do missionário para a desobriga pascal, os batizados e casamentos e a pregação das Santas Missões. No mais, o povo continuará a viver uma religião doméstica de <<muito santo e pouca missa>> afastado do padre e da prática sacramental da Igreja.<sup>28</sup>

No entanto, o caráter repressivo do início do novo regime abrandou-se e aos poucos foram mantidos alguns benefícios. A constituição votada tem um caráter mais ameno em relação à Igreja, isto é, as ordens religiosas não sofreram interferência direta do Estado e o patrimônio da Igreja se manteve intacto. Então, se o final do século XIX marcou um momento de crise na relação entre Estado e Igreja, no século XX inicia-se um processo de reaproximação entre ambos. No entanto, a partir da República o catolicismo enfrenta a oposição dos setores liberais. Assim, a maçonaria, o protestantismo e o liberalismo são considerados inimigos da Igreja, pois se opõem a sua doutrina e questionam o monopólio católico estabelecido desde a colonização.

Durante a década de 20, “o momento apresenta-se propício, pois o Estado oligárquico entra em crise e seu discurso sobre o progresso e a modernidade perde consistência numa situação de crise. Há uma crise de legitimidade do Estado oligárquico liberal e a Igreja oferece-se para socorrê-lo, em troca da mudança de seu

---

<sup>27</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, O Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984, p. 279.

<sup>28</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, O Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984, p. 280.

estatuto na sociedade e nas suas relações com o poder”.<sup>29</sup> Jackson de Figueiredo e Dom Sebastião Leme são dois atores centrais desse processo de articulação política entre os católicos. Em torno da revista *A ordem* e do Centro Dom Vital, reúnem-se intelectuais católicos, praticantes ou militantes, para organizar um partido político católico que divulgasse o nacionalismo, o que é contestado por Dom Leme.

A reorganização hierárquica e política da Igreja no contexto brasileiro ao final da República Velha é caracterizada também pela aproximação com o Exército, através do combate às ideologias de esquerda, como o socialismo e o anarquismo, o início da Primeira Guerra Mundial e a necessidade de oferecer uma formação moral para as tropas.

Da mesma forma como se aproximou do Governo, a Igreja também se aproximou do Exército durante a Primeira República. Os fatores que propiciaram um diálogo mais próximo entre as hierarquias das duas instituições estão ligados ao fato de, tanto a hierarquia católica, como a militar verem esses anos como época de revoltas e perigos. Por um lado, havia a penetração do socialismo, que negava a religião, o patriotismo, e a ordem social vigente; por outro, a entrada das religiões protestantes, que acarretava a perda de fiéis, o que tornava interessante a participação em cerimônias militares como forma de manter, até dentro dos quartéis, a exclusividade do serviço religioso. Podemos completar, dizendo que as Forças Armadas foram atingidas por diversas revoltas, começadas ou não no meio militar, mas que acabavam levando cadetes, jovens oficiais e praças para as manifestações de rua, motins e revoluções. Para a hierarquia militar, a doutrinação moral religiosa era um freio ideológico à indisciplina.<sup>30</sup>

Essa reorganização política permite que tanto a Igreja quanto o Exército tornem-se atores políticos relevantes no século XX, daí sua presença ativa no desfecho da República Velha, em 1929. A nova fase inaugurada por Vargas, com o apoio dos militares e da Igreja, favorece a reaproximação entre Exército e Igreja. A consolidação dessa nova aliança permite ao catolicismo e ao protestantismo a oportunidade de ampliarem suas atuações na sociedade brasileira.

---

<sup>29</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, O Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984, p. 281.

<sup>30</sup> ALENCAR NETTO, Edmundo Leonel. “... com a Mão sobre a Cruz e a Bandeira Nacional...”: A Igreja Católica e o Exército: da República Velha ao Estado Novo – uma abordagem sócio – Histórica. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002, p. 43.

No entanto, o Corpo Eclesiástico do Exército, extinto no final do século XIX, foi recriado em 1944 com a denominação de Serviço de Assistência Religiosa da Força Expedicionária Brasileira - SAR/FEB. A entrada do Brasil na guerra cria a necessidade de acesso a espiritualidade e exercício de fé para os soldados enviados ao *front*. A criação dessa instituição impulsiona a consolidação da nova aliança entre Exército e Igreja durante o Estado Novo.

Ao assumir a presidência em 1930, Vargas concebe um projeto de modernização e industrialização do Brasil e para isso cria meios de se manter no poder. Analisando o governo Vargas, José Murilo de Carvalho identifica três momentos do processo de nacionalização da política, a saber, o período de 1930 a 1937, responsável pela construção de dois atores políticos centrais, Vargas e os militares; no segundo momento, a criação do trabalhismo, um dos atores políticos criados pelo próprio Vargas, e, por fim, o momento do esvaziamento dos militares na política. Em decorrência disso, a partir de 1985, com a redemocratização do país temos uma multiplicação dos atores políticos.<sup>31</sup> Essa análise destaca a necessidade da aliança entre Vargas e os militares, ou seja, os jovens tenentes que apoiaram o presidente na Revolução de 1930.

No período que compreende o primeiro governo Vargas (1930-1945), temos a criação de dois atores políticos centrais que ganham forma numa relação de interdependência. Completado esse processo, temos a criação de um terceiro ator político, o trabalhismo, que ganha força e garante uma estabilidade entre os atores centrais.<sup>32</sup> No entanto, a constituição de Vargas em ator político central durante a crise da década de 1920 está intimamente ligada ao processo de organização interna do Exército, que também se transforma em ator político relevante, apoiando o novo presidente em 1930, em 1937 e aos fins de 1945, articulando sua deposição. Os militares Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra são exemplos dos jovens tenentes que consolidaram suas carreiras no alto escalão de oficiais em função do apoio ao golpe em 1930. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial corresponde aos interesses da cúpula militar reformista, cujo objetivo é concluir o projeto de modernização do

---

<sup>31</sup> CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares. In: Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Dulce Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, pp. 341-343.

<sup>32</sup> CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares. In: Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Dulce Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 343.

Exército e o cumprimento de sua missão, a defesa do território nacional após os afundamentos de navios brasileiros por submarinos alemães.

A Igreja Católica, bem como o Protestantismo participam do jogo político de Vargas, buscando, na aproximação com o governo, garantir sua influência e permanência na sociedade. A incorporação do serviço de assistência religiosa na FEB apresenta-se como uma forma de garantir a hierarquia e a disciplina das tropas. O não reconhecimento do Exército, ainda na década de 1940, de religiosidades afro-brasileiras, ou do espiritismo, por exemplo, não significa que essas religiosidades não tenham existido no *front*.

A criação do serviço de assistência religiosa no Exército da FEB consolida a aproximação entre Vargas, os militares (pois compartilham inimigos e objetivos comuns) e as Igrejas que buscam consolidar ou recuperar seu espaço na sociedade.

[...] a Igreja Católica estava adotando a “Restauração Católica”, seja para voltar a ter uma posição de destaque frente ao Estado – cujo objetivo era garantir subvenções, prerrogativas e reconhecimentos; seja para fazer frente ao protestantismo, espiritismo, à maçonaria e ao ateísmo socialista, que estavam em curso no mundo e no Brasil naquela época. Para o Exército as décadas de 1920 e 1930 foram de rebeldia e contestação, mas foram principalmente de realização de um projeto hegemônico de concretizar um ideal intervencionista e salvacionista, concretizado com Estado Novo.<sup>33</sup>

A criação em caráter provisório do SAR/FEB foi fundamental no processo de reaproximação entre o Exército e as Igrejas, mas não apenas a Igreja Católica. No pós-guerra, o fim do Estado Novo e a eleição de Eurico Gaspar Dutra para presidência permitem a oficialização e reorganização da repartição religiosa no Exército. Em 1946, baseado nas experiências vividas durante a guerra e devido à forte influência da tradição militar norte-americana, absorvida no processo de modernização do Exército Brasileiro, foi ratificada a lei de criação do SAR/FEB em 1946, o que garantiu seu caráter permanente nas Forças Armadas brasileiras.

---

<sup>33</sup> ALENCAR NETTO, Edmundo Leonel. “... com a Mão sobre a Cruz e a Bandeira Nacional...”: A Igreja Católica e o Exército: da República Velha ao Estado Novo – uma abordagem sócio – Histórica. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002, p. 150.

### 1.3 A declaração de Guerra e a criação do Serviço de Assistência Religiosa da FEB

Com a declaração de guerra do Brasil às forças do eixo, o Exército volta oficialmente a contar com o apoio espiritual na caserna. Por isso cabe ressaltar o relato de Jaime Barros Câmara, na época Arcebispo do Rio de Janeiro, sobre a criação do SAR/FEB ainda em 1944. Às vésperas do embarque do 1º escalão da FEB, o Exército ainda não contava com o quadro de capelães nos efetivos da força expedicionária. O episódio narrado por Jaime Câmara destaca a ausência dos capelães junto às tropas.

Chegou o último dia desfile, antes do embarque. No palanque oficial, achavam-se na última fila, pois fora o derradeiro a chegar. A gentileza das autoridades civis e militares colocaram-me entre o Sr. Presidente e o Almirante Aristides Guilhen, Ministro da Marinha. Ao passar a tropa, voltei-me para o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente e arrisquei-me a observar: ‘Ex.<sup>a</sup>, está faltando uma força no desfile; vejo médicos, enfermeiras, mas nenhum capelão.’ Sua Ex.<sup>a</sup> baixou os olhos. E eu receando haver tocado em ponto delicado, voltei-me para o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Marinha, que então me contou já haver marinheiros do Brasil em combate na Europa. Com surpresa minha, dois minutos após, o Sr. Presidente Getúlio Vargas me fala: ‘Depois de amanhã, sai o decreto’ – admirado, olhei Sua Ex.<sup>a</sup> que percebeu não haver atinado com o sentido de sua frase. E por isso, continuou: - ‘Sim, o decreto das Capelarias Militares’. Imagine-se o meu agradecimento à imediata solução de tão importante caso.<sup>34</sup>

Como relatou Jaime Câmara, o Decreto de Lei nº 5.573 de 26 de maio de 1944 regulamenta a prestação do serviço de assistência religiosa, sob a denominação de Serviço de Assistência Religiosa da Força Expedicionária da FEB – SAR/FEB. Com isso foi possível recrutar e treinar padres católicos e pastores protestantes para o envio ao *front*. Para a nova repartição, foram criados regulamentos para admissão e funcionamento do serviço religioso.

Para analisar a regulamentação e o funcionamento do serviço de assistência religiosa no período de guerra, recorreremos aos arquivos do ministério da guerra no Rio de Janeiro. Desta forma, segundo a coleta de dados correspondentes às fichas de

---

<sup>34</sup> PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. 2 ed, Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, pp. 201-202.

inscrição dos capelães militares, o quadro do SAR/FEB contou com 26 representantes espirituais, em caráter voluntário. A incorporação dos capelães ocorre a partir da criação oficial da repartição em maio de 1944, ou seja, antes do envio do 1º escalão da FEB ao *front*. Apesar da demora na criação do serviço, os padres e pastores puderam exercer suas atividades durante o treinamento dos soldados no Brasil.

Merece destaque a discrepância entre o número de capelães católicos, 24, e apenas 02 capelães protestantes. Oriundos de 08 estados do país, com a maior concentração em MG, SP, RJ e RS, os capelães militares foram distribuídos entre os quadros divisionários da FEB. Sob a chefia do Padre João Pheeny de Camargo e Silva, um padre com experiência no serviço de capelania militar, foi possível organizar a distribuição e coordenação dos clérigos durante a guerra. Padre João Pheeny foi responsável ainda pela elaboração do regulamento do SAR/FEB e suas regras de funcionamento.

O regulamento está dividido em 12 seções que regulam as condições de admissão dos capelães, o objetivo da prestação do serviço religioso para os militares, as funções de um capelão militar, dentre outras obrigações a serem cumpridas por eles. Além disso, constam seções específicas do serviço militar relacionadas ao uso de equipamentos, formalidades militares, como cerimônias de sepultamento, e recomendações a consultas de outros regulamentos militares, pois o capelão militar é tratado também como soldado.

O regulamento é bastante descritivo, objetivo e foi baseado no modelo norte-americano devido ao fato de a FEB estar sob o comando do V Exército Americano. Embora o regulamento previsse a participação de capelães judeus no SAR/FEB, devido à influência do modelo norte-americano, na prática apenas padres católicos e pastores protestantes atuaram com essa função, embora tenha havido a presença de soldados brasileiros de ascendência judaica na FEB. Desta forma, o SAR foi representado apenas por padres católicos e pastores protestantes, o que, na década de 1940, já significava um avanço para muitos militares brasileiros, já que inicialmente a FEB foi organizada sem a presença de capelães militares.

Se tomados comparativamente a pluralidade religiosa brasileira e a composição do quadro de capelães do SAR, percebe-se claramente que outras religiões como o candomblé e o espiritismo não são incorporadas ao serviço. Durante o Estado Novo, essas religiões ainda lutavam por reconhecimento e pelo direito de se organizarem numa



sociedade tradicionalmente marcada pela influência do catolicismo. Visto que, no ano seguinte ao término da guerra, o SAR/FEB torna-se permanente no Exército, é baseado nesse regulamento que o serviço será organizado nos próximos anos, até as décadas de 1970 e 1980 quando há uma nova reformulação.

A presença dos capelães militares no meio militar tem o objetivo de prover apoio moral e espiritual aos soldados. Eles eram responsáveis pela assistência aos doentes e feridos nos hospitais de campanha e também pela realização das obrigações religiosas em casos de sepultamentos. Neste caso, o capelão exerce a função religiosa, prestando assistência aos fiéis civis e militares obrigatoriamente. Além disso, por ser um oficial, atua como mediador entre a tropa e seus comandantes.

Segundo o regulamento do SAR/FEB, “a finalidade fundamental do cargo de Capelão do Exército, pode rapidamente ser assim determinada. a) Fornecer os meios para serviço religioso público para o pessoal militar. b) Dar ajuda espiritual, conselhos morais e direção religiosa àqueles que estão sob a jurisdição militar”.<sup>35</sup> As condições de guerra requerem que a prestação desses serviços seja adequada as suas limitações, daí a recomendação para que, em locais ocupados, os clérigos usem igrejas locais, prédios e galpões desocupados e, em casos necessários, que o culto seja realizado em campo aberto.

Para tornar-se um capelão militar da FEB, o candidato, além de obrigatoriamente ser cidadão “americano”<sup>36</sup>, sexo masculino entre 23 e 34 anos, deve obedecer aos seguintes pré-requisitos resumidamente citados. “[...] c) Regularmente ordenado e acreditado por alguma seita ou organização religiosa que tenha direito a capelães, de acôrdo com as necessidades do serviço. d) Ter 4 anos de “*College*” e 3 anos de curso Teológico em seminário. e) Estar ativamente empenhado na sua função religiosa, como principal ocupação da sua vida e ter pelo menos 3 anos de exercício [...]”<sup>37</sup> Destacam-se, ainda, o aspecto físico dos candidatos, limpeza pessoal e cuidados com o fardamento, por representarem os oficiais.

Observando os pré-requisitos para o ingresso no Quadro de Capelães do Exército nos editais de 2009 e 2010, percebe-se pequenas mudanças na forma de seleção. Dentre

---

<sup>35</sup> *Regulamento SAR/FEB*. Arquivo Histórico do Exército- Seção/FEB. 1944. Cx. 355, p. 09

<sup>36</sup> O termo ocorre em função da criação do Regulamento do SAR/FEB, atendendo aos critérios do Exército Norte Americano, ao qual o Exército Brasileiro está subordinado durante sua participação na Segunda Guerra Mundial e o termo cidadão americano foi empregado no texto analisado.

<sup>37</sup> *Regulamento SAR/FEB*. Arquivo Histórico do Exército- Seção/FEB. 1944. Cx. 355, p. 13.

elas destacamos a necessidade de aprovação em concurso, além de “[...] ser brasileiro nato; ser voluntário; ter entre 30 (trinta) e 40 (quarenta anos) de idade; ter curso de formação teológica regular de nível universitário, reconhecido pela autoridade eclesiástica de sua religião; possuir, pelo menos, 3 (três) anos de atividades pastorais; ter consentimento expresso da autoridade eclesiástica da respectiva religião [...]”<sup>38</sup> Apesar das transformações sofridas, essas reformas conservaram a estrutura inicial dessa repartição criada na década de 1940. As mudanças referem-se à gradativa especialização desses serviços, antes prestado às Forças Armadas de forma geral.

Durante a guerra, observa-se a presença de capelães bastante jovens e também de clérigos mais experientes. Em alguns casos, jovens padres que já atuavam como capelães militares em outras guarnições pelo país, mesmo sem a regulamentação do serviço, como, por exemplo, Pe D. Francisco Leite, Pe Alberto da Costa, Pe Jorge Ferreira de Brito e o Capelão Chefe do SAR/FEB Padre João Pheaney de Camargo e Silva.

Existem ainda lacunas a serem preenchidas na prestação do serviço de assistência religiosa no Exército brasileiro, todavia, a efetivação dessa repartição em 1946 e as reformas da década de 1970 e 1980 demonstram a relevância da presença do serviço religioso nos quartéis.

Outra característica a ser considerada é a pluralidade de denominações religiosas percebida nos efetivos da FEB. Um relatório, expedido em 29 de maio de 1944, ou seja, três dias após a publicação da lei de criação do SAR/FEB, no qual os oficiais da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) têm de declarar sua religião, aponta para uma predominância de oficiais católicos e, também, alguns casos de religiões não reconhecidas oficialmente pelo Exército, como o espiritismo, por exemplo.

O relatório contém 50 nomes de oficiais e suas respectivas denominações religiosas. Novamente a herança histórica do catolicismo se faz presente nos quadros internos do Exército Brasileiro, totalizando 35 oficiais católicos. Ainda sobre os católicos, 02 oficiais declararam ser católicos não praticantes e outra denominação citada como Cristã que foi listada separadamente na categoria outras. Aparecem, ainda,

---

<sup>38</sup> BRASÍLIA. Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981. Disponível em: <<http://www.militarcristao.com.br/cpl.php?acao=texto&id=401>>. Acesso em: 25 set. 2010.

5 militares espíritas e apenas 2 protestantes nessa divisão. Os demais não responderam, 04, ou declararam não ter religião, 02.<sup>39</sup>

A listagem solicitada pelo Quartel General da 1ª DIE, logo após a criação do SAR/FEB, indica a necessidade de conhecer as denominações religiosas dos militares, oficiais e praças para adequar a prestação dos serviços religiosos. Não foram encontrados outros dados quantitativos que ilustrem as tendências dominantes e contrastantes no contingente da FEB. A isso, deve-se também ao próprio processo de organização da FEB e a situação organizacional do Exército no momento da guerra. As fichas de inscrição dos soldados, voluntários e recrutados, apresentam dados específicos para o serviço militar a partir da criação da FEB em agosto de 1943. A falta dessa informação no cadastro dos expedicionários impede que se tenha uma noção mais detalhada dessas denominações religiosas nas tropas.

A predominância do catolicismo na sociedade brasileira, na época da criação do SAR/FEB, também contribui para que o serviço seja assumido por clérigos católicos e o crescimento das instituições evangélicas no Brasil permite a presença de seus representantes. A presença dos capelães nos campos de treinamento foi motivo de comemoração entre as tropas. Com a chegada de Frei Orlando em 20 de julho de 1944, foi celebrada uma missa para as tropas. Os capelães da FEB tiveram de passar pelo treinamento militar básico, correspondente ao dos demais oficiais, e abrangendo também atividades diretamente associadas ao Estado Maior, órgão ao qual o SAR/FEB foi subordinado.

A adaptação ao ambiente militar foi uma preocupação em relação aos capelães, daí a necessidade do treinamento. Segundo o relato do capelão Gentil Palhares, a chegada de Frei Orlando, um padre franciscano de São João del-Rei, mobilizou a presença de muitos soldados ao seu redor. “Dias após, entretanto, confirmando-se o grau de disciplina da tropa, verificou-se algo curioso as praças, agora, passavam por Frei Orlando muito sérias, compenetradas e não mais lhe dirigiam a palavra. É que o frade já se encontrava fardado, ostentando, nos ombros, as estrelas de 1º Tenente.”<sup>40</sup> Enquanto oficiais do Exército, os capelães são também responsáveis pela intermediação entre o oficial responsável pela tropa e seus subordinados.

---

<sup>39</sup> *Relatório de declaração de religião oficiais da 1ª DIE*. Arquivo Histórico do Exército – Seção/FEB, s/p.

<sup>40</sup> PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. 2 ed, Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, p. 92.

Aos capelães foram designados equipamentos correspondentes aos usados pelos oficiais, adequando a suas necessidades. Por isso, foram selecionados equipamentos específicos para a realização destes trabalhos técnico-burocrático e também para os exercícios práticos (celebrações campais, batizados, auxílio nos hospitais de campanha, sepultamentos, dentre outros). Dentre os itens listados como equipamentos específicos para capelães, destaca-se a bandeira de capelão, usada para identificar a repartição, órgão portátil usado para celebrações campais e também conjuntos de hinos do Exército e da Marinha. Além desse material específico, o serviço de capelania prestado no *front* apresenta dois aspectos quanto à natureza dos serviços.

Divididos entre as tarefas militares e religiosas, os capelães atuam desta forma tanto quanto militares como quanto clérigos. Os serviços de natureza militar restringem-se à adequação das normas da instituição, bem como o cumprimento de obrigações administrativas supervisionadas pelo Capelão Chefe do SAR/FEB. Dentre eles estão relatórios de batismos, casamentos, celebrações realizadas regularmente, dentre outros, que indicam o funcionamento desse serviço durante a guerra. Já os serviços religiosos são definidos de acordo com a necessidade e as peculiaridades do contexto, mas podem ser divididas em atividades específicas que compõem o cronograma de trabalho dos capelães.

O calendário de atividades dos capelães acontece durante a semana e aos domingos, dia reservado para as celebrações de missas e cultos evangélicos. Essas atividades podem ainda ser descritas quanto ao tipo de serviço, uma vez que os capelães militares também são responsáveis pelo aconselhamento espiritual individual e/ou coletivo, sepultamentos, cerimônias em datas comemorativas, funerais oficiais. Em caso de atividades especiais, como comunhão dos fiéis, conduta de retirantes, comícios evangélicos, o regulamento recomenda uma ampla organização para o êxito na execução dos trabalhos. Isto porque, o serviço de assistência atua entre militares e civis, com o mesmo objetivo: garantir o apoio espiritual para manter o moral dos indivíduos.

Para garantir a prestação do apoio espiritual para as tropas, os capelães devem cumprir um mínimo de atividades.

Quando for praticável, devem ser levados a efeito serviços iguais aos dominicais, durante a semana. É importante que seja desfeita a opinião de que a religião deve ser limitada somente a pequenos períodos de nossas vidas. Se for absolutamente, devem ser feitos serviços diários. Pelo menos

um serviço durante a semana, de acordo com os costumes do credo a que pertença o capelão, deve ser levado a efeito. Nesses serviços o capelão deve procurar suprir as conveniências e demandas dos soldados, porém, deve sempre disassociar o seu programa dos programas seculares, a fim de manter um ideal religioso salutar e obter os melhores e maiores resultados.<sup>41</sup>

Existem, ainda, ocasiões específicas em que o capelão pode ser convidado a participar, como em datas comemorativas nacionais, atendimento espiritual ocasional, preparação da capela e promoção das atividades regularmente prestadas, dentre outras. Para a execução de tantos serviços, é recomendado que os capelães estimulem a participação de soldados predispostos a colaborar com os serviços religiosos realizados. Assim, alguns praças tornaram-se auxiliares dos capelães militares atuando conjuntamente para que o apoio espiritual pudesse ser oferecido aos demais soldados em campo. Ocorreram também demonstrações espontâneas dessa necessidade do elemento religioso no seu cotidiano, com a construção de capelas e santuários em campo.

A assistência aos doentes e feridos nos hospitais de campanha também faz parte do cronograma de atividades dos capelães. Para isso foram destacados para o Batalhão de Saúde da 1ª DIE Pe. Jorge Ferreira de Brito e Pe Gregório Pelegrino. Nesse caso específico, a morte torna-se um questão central na relação entre o paciente e o capelão. “Quando levando a efeito seus humanitários deveres no hospital ou na enfermaria, o capelão deve manter na mente o fato de que está num quadro de relações – com Deus, com o paciente, com a família e com as autoridades do hospital – que o obrigam a uma contínua lembrança da sua divina missão, bondade com os doentes, simpatia para com os parentes e a maior consideração possível com os médicos e auxiliares”.<sup>42</sup> Mas, além de apoiar espiritual e psicologicamente os doentes e feridos, cabe aos capelães, quando na linha de frente, auxiliarem médicos e enfermeiros em casos de primeiro-socorro e recolhimento de pessoal.

Em relação aos funerais militares, o capelão complementa a cerimônia realizando o acompanhamento do corpo e os procedimentos do ritual religioso correspondente a sua designação. Cabe, nessas ocasiões, ao capelão militar o encaminhamento dos pertences pessoais aos familiares do soldado falecido. É por meio

---

<sup>41</sup> *Regulamento SAR/FEB*. Arquivo Histórico do Exército- Seção/FEB. 1944. Cx. 355, p. 29

<sup>42</sup> *Regulamento SAR/FEB*. Arquivo Histórico do Exército- Seção/FEB. 1944. Cx. 355, p. 45.

do SAR/FEB que as famílias são comunicadas da morte de familiares tombados na Itália. Sob o aspecto social do trabalho do capelão militar o apoio espiritual destina-se tanto a família da vítima quanto aos companheiros de campo.

Batizados e casamentos também foram realizados por capelães durante a guerra. Assim como os sepultamentos, os casamentos requerem adaptações legais que devem ser observadas pelo capelão responsável. Entretanto, no aspecto religioso são respeitadas as denominações religiosas do clérigo e dos interessados em questão. Nos casos de batizados, não existem recomendações militares para execução da cerimônia, o que fica a cargo do capelão e dos fiéis assistidos, visto que essa não é uma atividade de caráter militar. Apesar de algumas atividades do SAR/FEB não apresentarem conteúdo de caráter militar, como os batizados, por exemplo, esses assuntos devem ser informados ao Capelão Chefe nos relatórios mensais.

Por fim, fica a cargo dos capelães a tarefa de celebrar cerimônias religiosas em datas comemorativas do calendário cristão, o que inclui também as datas comemorativas da história do Brasil e as adotadas pelo Exército. Dentre as comemorações civis tradicionalmente comemoradas com significado religioso estão o natal, ano novo, páscoa, finados e dias santos. Já dentre as comemorações nacionais e militares constam dia da bandeira, independência, dia do soldado, dentre outras. Os preparativos para cerimônias dessa natureza devem ser planejados criteriosamente, visto que são de grande significado para as tropas.<sup>43</sup>

Totalizando 112 páginas, o regulamento criado por João Pheeny esclarece ainda sobre inúmeras outras minúcias das atividades realizadas pelo SAR. Desta forma, a presença dos capelães militares no *front* e também a criação do regulamento do SAR/FEB foi fundamental para o reconhecimento da necessidade dos capelães nos efetivos do Exército. Destaca-se ainda que a incorporação oficial de clérigos no serviço militar durante o século XX tem como objetivo doutrinar moralmente as tropas, além de regularizar a prestação do serviço de capelania militar, já presente em algumas guarnições do país.

---

<sup>43</sup> *Regulamento SAR/FEB*. Arquivo Histórico do Exército- Seção/FEB. 1944. Cx. 355, pp. 36-37.

#### 1.4 As reformas na repartição de assistência religiosa no Exército brasileiro

Na reaproximação iniciada em 1944, foi possível reincorporar o serviço de assistência religiosa nas casernas, agora com o objetivo de garantir a formação moral das tropas. O texto da Lei nº 6.535 em 26 de maio de 1944, assinada pelo Presidente Vargas, determina basicamente o SAR da FEB, “Art. 1º Fica instituído o “Serviço de Assistência Religiosa” (S.A.R.) para as fôrças em operações de guerra. Art. 2º São atribuições do S.A.R: a) prestar, sem constrangimento ou coação, assistência religiosa às tropas, quando no estrangeiro; b) auxiliar a ministrar instrução de Educação Moral e Cívica nos Corpos de Tropa e Formação de Serviços;”<sup>44</sup> Essa lei é bastante específica ao contexto e foi criada para remediar a falta do serviço no Exército quando da declaração de guerra, desta forma regula apenas a prestação do serviço em tempo de guerra e fora do país.

Com o fim do Estado Novo, os militares concluem a reaproximação iniciada por Vargas ratificando sua lei de 1944. A mudança de maior relevância desta lei é a regulamentação da prestação do serviço religioso em território nacional e a instituição em caráter de permanente da repartição.

Art. 1º Fica instituído, em caráter permanente, nas Fôrças Armadas, o Serviço de Assistência Religiosa (S. A. R.), criado pelo Decreto-lei número 6.535, de 26 de maio de 1944. Art. 2º São atribuições do Serviço de Assistência, Religiosa: a) prestar assistência religiosa nas guarnições, unidades, navios, bases, hospitais e outros estabelecimentos militares, dentro do espírito de liberdade religiosa e das tradições nacionais;<sup>45</sup>

Os demais artigos e determinações regulam a colocação dos capelães no quadro de funcionários do Exército. De acordo com as determinações, os capelães não têm postos ou graduações em tempo de paz, entretanto, participam do círculo de oficiais e seus vencimentos e vantagens são as de 1º Tenente. Considera-se então, segundo as

---

<sup>44</sup> BRASÍLIA. Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103693&tipoDocumento=DEL&tipoT exto=PUB>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

<sup>45</sup> BRASÍLIA. Decreto Lei nº 8.921, de 26 de jan de 1946. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=153400&tipoDocumento=DEL&tipoT exto=PUB>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

determinações legais, que o capelão militar tem o objetivo de prestar o apoio espiritual e, além disso, a formação moral das tropas.

No pós-guerra, duas das mudanças significativas na relação entre o Exército e a Igreja ocorrem durante governos militares. A oficialização do SAR em 1946, sob o decreto 8.921 expedida pelo Presidente Dutra concretiza a reconstrução da aliança entre o Exército e a Igreja a partir de novas relações.<sup>46</sup> Nos anos seguintes, não ocorrem alterações na organização do serviço, isto é, a quantidade de capelães, a hierarquia e a distribuição de patentes, dentre outros.

Novamente sob um regime militar, foi criada a Lei nº 5.711 de 08 de outubro 1971, considerada a grande transformação no serviço de assistência religiosa do Exército brasileiro. Essa reorganização tem o objetivo de regulamentar o serviço de apoio espiritual nas Forças Armadas, em geral.

As reformas determinam ainda uma descentralização na prestação desse serviço, isto é, promovendo a separação e adequação às necessidades e efetivos da Marinha, Aeronáutica e Exército.

[...] importante passo na evolução histórica do serviço de assistência religiosa, encontrou consistência na Lei nº. 5.711, de 8 de outubro de 1971 e respectivo regulamento de 1972. A principal mudança que esses dispositivos legais provocaram no serviço de assistência religiosa foi a descentralização da chefia, cabendo uma chefia própria para cada força singular. Assim surgiu o SAREx, que ficou subordinado ao Departamento Geral do Pessoal do Ministério de Exército. A seguir, entrou em vigor a Lei nº. 6.923, de 29 de junho de 1981, que criou o atual Quadro de Capelães Militares para o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas (SARFA).<sup>47</sup>

Desta forma, o SAREx reconhece que em guarnições militares que não sejam assistidas por capelães militares, o serviço pode ser prestado voluntariamente por padres e pastores evangélicos, sem custos para o Exército e segundo acordo com o oficial comandante.

A descentralização cria subchefias para auxiliar a coordenação geral do serviço, que conta com novas Igrejas protestantes. Durante o funcionamento do SAR/FEB, os

---

<sup>46</sup> ALMEIDA, Marcelo Coelho. *A religião na caserna: o papel do capelão militar*. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006, p. 26.

<sup>47</sup> ALMEIDA, Marcelo Coelho. *A religião na caserna: o papel do capelão militar*. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006, p. 26.



capelães estavam subordinados diretamente ao Capelão Chefe, responsável por coordenar os demais capelães e reportar tais informações ao comando do Estado Maior, ao qual a repartição estava ligada. Além de ser o responsável pela atividade dos padres e pastores que atuam em outras armas, que funcionam de acordo com regras específicas e organização hierárquica distinta<sup>48</sup>.

Assim, foi possível determinar a quantidade de cargos específicos desses capelães, dentre outras medidas que formalizam a presença dos capelães nos quartéis. Divididos entre os postos de 1º Tenente, Major e Coronel, foram criados 40 cargos para capelães contratados e 45 vagas para os não remunerados. Para a Marinha e Aeronáutica, foram abertas 20 cargos remunerados e 20 não remunerados. Determina também a descentralização do serviço, antes prestado a todas as armas, criando subchefias subordinadas ao centro de comando de cada arma. No entanto, o serviço ainda é abrangente a todas as armas, isto é, a extinção do antigo SAR cede lugar a uma nova repartição, de maior abrangência no setor militar, sofrendo alterações novamente na década seguinte.

Na tentativa de atender a regulamentações específicas do funcionamento das Forças Armadas, foi feita uma nova reforma na organização do serviço. A nova denominação para a repartição foi cunhada como Serviço de Assistência Religiosa do Exército – SAREx, subordinado ao departamento Geral do Pessoal do Ministério do Exército. A Lei nº 6923, em 29 de junho de 1981, completa as transformações na estrutura organizacional do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas – (SARFA), ou seja, para o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Institui também o Quadro de Capelães militares e a distribuição de cargos entre as armas.

A legislação referente ao SAREx consiste em ratificações e alterações baseadas nas leis de 1981, pois estão subordinadas as regras específicas dessa repartição. Existem ainda outros dispositivos legais do próprio Exército, como Boletins Oficiais e regulamentos internos, que correspondem também a alterações no serviço espiritual, por necessidades específicas do cotidiano militar.

A Igreja católica também sinaliza apoio formal para legitimar a prestação do serviço de capelania militar durante o pontificado de João Paulo II. “Com a

---

<sup>48</sup> ALMEIDA, Marcelo Coelho. *A religião na caserna: o papel do capelão militar*. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006, p. 26.

Constituição Apostólica “*Spirituali Militum Curae* - de 21 de abril de 1986, com o qual se dá uma nova regulamentação canônica à assistência espiritual aos militares, o Papa João Paulo II cria, dentro da Estrutura de governo da Igreja Católica, as Dioceses e Arquidioceses Militares”.<sup>49</sup> Essa articulação gera um acordo entre a Santa Sé e o Estado com o objetivo de afirmar a prestação do apoio espiritual católico no meio militar.

Atualmente o candidato ao cargo de capelão militar, em especial do Exército, tem de ser aprovado no concurso e passar por um período de estágio. A distribuição dos cargos militares em caráter definitivo permitiu que o processo de formação militar dos capelães seja iniciado na Escola de Oficiais do Exército. O processo formação ocorre em três fases, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Escola de Sargentos das Armas (EsSA) e, posteriormente, na Guarnição para onde for designado<sup>50</sup>.

Destacamos ainda uma alteração em relação às condições de ingresso nesse serviço. Como no “Art. 4º Poderá candidatar-se à inscrição no concurso de admissão no Estágio de Instrução e Adaptação para Ingresso no Quadro de Capelães Militares (EIA/QCM) o sacerdote católico romano ou o pastor evangélico que satisfaça aos seguintes requisitos biográficos, [...] IV – ter sido ordenado sacerdote católico romano ou consagrado como pastor evangélico; [...]”.<sup>51</sup> No segmento evangélico, existem outras vertentes que passaram a integrar o serviço de capelania militar como as Igrejas Neo-Pentecostais, por exemplo.

Dentre as mudanças mais relevantes em relação à organização das respectivas repartições e, sobretudo, ao SAREx no que se refere ao campo de representações religiosas, percebe-se a continuidade de um processo de reconhecimento dos segmentos religiosos tradicionais, em detrimento da expressa pluralidade religiosa nos efetivos da organização e do país.

A comparação dos resultados do Censo do IBGE de 2000 e os resultados das pesquisas realizadas no Exército em 2004 e 2007 demonstram o aumento de pluralidade no contingente. Os dados confirmam também a presença majoritária do grupo católico,

---

<sup>49</sup> *HISTÓRICO*. Disponível em: <<http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/sarex.html>> Acesso em: 10 jun. 2010.

<sup>50</sup> ALMEIDA, Marcelo Coelho. *A religião na caserna: o papel do capelão militar*. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006, p. 48.

<sup>51</sup> Edital do processo seletivo 2010 para matrícula no estágio de instrução e adaptação do quadro de capelães militares de 2011. Disponível em: <[http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=21&Itemid=61](http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=21&Itemid=61)>. Acesso em: 10 jun. 2010, p. 1.

já conhecida tradicionalmente, e apresentam o avanço das denominações protestantes nessas instituições. Dentre as mudanças mais significativas percebidas através desses dados, o crescimento das denominações evangélicas também foi percebido nos quartéis.

Marcelo Camurça ressalta o crescimento do pluralismo religioso apresentado a partir dos dados do Censo de 2000. Nesse universo plural de denominações religiosas, destacam-se três blocos significativos, a saber, o catolicismo, os evangélicos e os denominados sem religião.<sup>52</sup>

O levantamento estatístico da pesquisa realizada em todo o país ainda aponta o catolicismo como a religião majoritária da população brasileira, mas comparado com os dados da década de 1990, tiveram um decréscimo no total de fiéis de 83,8% em 1991 para 73,8% em 2000. Por outro lado o segmento protestante apresentou um crescimento significativo durante o século XX, que aproximadamente duplicaram sua representação na sociedade que em 1991 era de 9,05% e em 2000 já representava 15,45% da população. Por fim, o terceiro bloco dos sem religião, antes de 4,8% surgem nas pesquisas de 2000 num total de 7,3%.

O pesquisador aponta ainda para os resultados regionais sendo o Piauí e o Rio de Janeiro, os estados com maior e menor representação católica respectivamente. Os evangélicos concentram-se predominantemente na região Centro-Oeste, onde são a maioria, e conseqüentemente a menor parcela dessa religiosidade foi detectada no Piauí. Os sem religião, apesar de representarem uma parcela relativamente pequena em comparação com os outros dois blocos, estão concentrados no estado do Rio de Janeiro (15,5%).<sup>53</sup>

Os dados apresentados pelo Exército, tomados a partir das pesquisas feitas no Exército em 2004 e 2007, confirmam as tendências destacadas no Censo do IBGE. Apesar de o Censo do IBGE ter identificado uma variação maior de denominações religiosas, podemos agrupar os segmentos afins considerados pelo Exército com o objetivo de comparar a representação desses grupos. Devido às categorias usadas para identificar as religiões dos soldados, optou-se por separá-las em quatro blocos. O

---

<sup>52</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres . A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE-2000. In: Faustino Teixeira; Renata Menezes. (Orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 37.

<sup>53</sup> CAMURÇA, Marcelo Ayres . A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE-2000. In: Faustino Teixeira; Renata Menezes. (Orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006, pp. 37-38.

segmento católico continua majoritário nos efetivos do Exército, com um total de 68,37%, seguidos dos evangélicos com 23,22%. Seguidores do espiritismo e de religiões afro-brasileiras, ainda não assistidas oficialmente pela repartição totalizam 4,34% dos soldados e respectivamente 3,95% e apenas 0,39%. Foram consideradas as categorias Igrejas Livres, Igrejas Brasileiras, outras religiões, ateus e sem religião, como formadoras de um bloco de pequena representação que somou 4,08%.<sup>54</sup>

Os resultados da nova versão dessa pesquisa em 2007 confirmam um decréscimo na parcela católica, que ainda mantém predominante, e um crescimento do bloco evangélico, impulsionado tanto pelo crescimento de fiéis, como também pelo surgimento de novas igrejas de denominação protestante. As demais denominações mantiveram sua parcela de representação estável nesse período. Assim como a pesquisa anterior, os dados foram coletados em 5 regiões que contemplaram 14 estados. Foram realizadas 384 entrevistas em 23 instituições militares, abrangendo desde oficiais superiores até soldados engajados.

O destaque dessa nova pesquisa foram as novas categorias aplicadas para classificação dos dois grandes blocos. Divididos entre Católicos Praticantes (36,2%) e não Praticantes (24,0%), Evangélicos Pentecostais (15,4%) e não Pentecostais (10,7%), esses grupos mantêm uma representação numérica expressiva e constantemente reforçada pelo exercício de atividades religiosas desempenhado pelo SAREx. Espíritas somam (4,4%) e as religiões Afro-brasileiras (0,3%), mantendo os índices anteriores.

Surge, como denominação específica, o credo Israelita (0,3%), que se torna visível no terceiro grupo destinado às religiões de menor representação e sem antecedentes significativos no desenvolvimento dessa repartição, acompanhado pela denominação outras religiões (1,8%). Por fim, os ateus foram incorporados ao grupo dos sem religião (7,0%), o que aponta um relativo crescimento deste segmento na instituição se comparado com os resultados anteriores.<sup>55</sup>

Esse pluralismo religioso faz parte da construção da sociedade brasileira e, por isso, fez-se presente também na evolução do Exército, apesar dos conflitos e reconciliações. Durante a campanha da FEB na Itália, o serviço retoma um modelo de capelania militar baseado na experiência católica interrompida formalmente no fim do

---

<sup>54</sup> *CADERNO* Informativo de diretoria de assistência ao pessoal para o ano de 2005. Disponível em: <<http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/sarex.html>>. Acesso em: 20/08/2010.

<sup>55</sup> *CENSO* religioso de 2007. Disponível em: <[http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/inst\\_religiosa\\_sarex.php](http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/inst_religiosa_sarex.php)>. Acesso em: 18 jun. 2010.

século XIX, mas reconhece a presença dos pastores protestantes. A maioria da parcela católica em contraste com a designação protestante foi fundamental para a formalização desse serviço nas Forças Armadas, e em especial no Exército.

O desafio atual dessa repartição consiste em ampliar os cargos de capelães, em ambas as denominações reconhecidas, e existem também grupos interessados na regulamentação de outras designações religiosas ainda não reconhecidas.

Concluindo, o que permitiu a existência de um serviço de assistência religiosa, representado pelo catolicismo e pelo protestantismo, foi o resultado da sua articulação política e da constante atuação dessas instituições na sociedade. Colabora também para essa estrutura organizacional, a tradição histórica da colonização portuguesa e o processo de implantação do protestantismo no Brasil iniciado no século XVI e que ganha força apenas nos séculos XIX e XX.

A criação do SAR/FEB tornou-se relevante no desenvolvimento do Exército devido ao contexto da guerra e suas implicações. Além disso, ela representa um momento de reaproximação entre o Exército e as Igrejas. A importância da referida repartição foi reconhecida pelos militares no século XX, depois da experiência na Segunda Guerra Mundial, em decorrência do processo de modernização, inspirado no modelo norte-americano, o que possibilitou sua efetivação definitiva em 1946. O reconhecimento dessa repartição foi, gradativamente, estendido às demais Armas das Forças Armadas brasileiras.

Desta forma, podemos afirmar que as experiências de guerra vividas entre 1944 e 1945 foram fundamentais para diversas transformações internas no Exército brasileiro, dentre elas a efetivação da repartição religiosa, que apresentou uma expansão e uma série de mudanças ao longo do século XX. No aspecto político e social, tanto a Igreja quanto o Exército buscam através de reformas o fortalecimento de suas instituições num campo de representações, políticas e religiosas, cada vez mais plural.

## **CAPÍTULO 2: RELIGIÃO, PLAUSIBILIDADE E IDENTIDADE: AS EXPERIÊNCIAS DE GUERRA DE UM SOLDADO E DE UM CAPELÃO**

Este capítulo tem por objetivo a análise das experiências de guerra de um dos soldados da FEB, a partir de relatos pessoais, cartas trocadas com familiares e amigos, além de diários e biografias que compõem o montante bibliográfico escrito pelos próprios veteranos. Além disso, interessa também investigar especificamente os relatos de um dos capelães do SAR/FEB, Frei Jacob Schneider, que atuou como mediador entre os soldados e o sagrado. Durante o conflito os capelães foram responsáveis pelo apoio espiritual das tropas e demais atividades de cunho religioso, dentre elas batizados, enterros, comemorações de datas religiosas, cívicas, etc.

Por fim, cabe compreender de que forma essas experiências de guerra, muitas vezes significadas religiosamente, compõem simbolicamente a identidade dos soldados que pertenceram à FEB. Destacamos que atribuir uma identidade homogênea à FEB seria incorreto, pois esse processo ocorre de maneira plural e, em parte, o que diferencia esses grupos identitários são os significados dados às suas experiências em relação ao conflito.

Essas experiências foram significativas tanto para os soldados quanto para seus familiares, sobretudo para aqueles que embarcaram definitivamente para a Itália. A convocação, o treinamento, o embarque e o período de combate na Itália proporcionaram momentos de reflexão, experiências religiosas e a reafirmação de sua fé, em alguns casos. Em suma, essas experiências individuais ou coletivas relacionadas ao medo da morte ou em relação aos familiares são significadas pelos soldados por meio da religião.

Para entender como a religião tornou-se um importante recurso para significar as experiências vividas no contexto da guerra, retomamos as discussões feitas pelo sociólogo Peter Berger, em sua obra *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. A perspectiva desse autor auxilia na compreensão do elemento religioso como uma forma de ordenar as experiências vividas no *front*.

Peter Berger afirma que a sociedade é construída pelo próprio homem num processo dialético composto por três fases: exteriorização, objetivação e interiorização. Resumidamente “é através da exteriorização que a sociedade é um produto humano. É através da objetivação que a sociedade se torna uma realidade *sui generis*. É através da interiorização que o homem é um produto da sociedade”<sup>56</sup>, isto é, o próprio homem constrói a sociedade.

Dentre as fases, merece destaque nessa dialética a interiorização, pois é por meio desse processo que homem consegue transformar as estruturas objetivas do mundo, em estruturas da consciência humana. Então, para Berger, o mundo socialmente construído resulta da ordenação da experiência dos indivíduos, isto é, corresponde a uma atividade ordenadora.

Diferentemente dos outros animais, cabe ao homem criar mecanismos para garantir ordem às suas experiências, no processo de construção da sociedade, isto é, a exteriorização é considerada como uma necessidade antropológica. Nas palavras de Peter Berger, “é, pois, a sociedade um produto do homem, radicado no fenômeno da exteriorização, que por sua vez se baseia na própria constituição biológica do homem”.<sup>57</sup> O homem não dispõe de dispositivos naturais capazes de ordenar sua experiência como os demais animais, daí sua necessidade de criar um mundo significado.

A objetividade coercitiva da sociedade garante o controle do social, mas sua importância encontra-se na sua capacidade de se construir e impor-se como realidade. Essa realidade objetiva permite a construção de um mundo no qual o indivíduo pode habitar, isto é, cria-se um mundo ordenado, significado. A objetividade da sociedade é exterior e coercitiva aos indivíduos o que impõe a eles os padrões pré-definidos pelas

---

<sup>56</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed, São Paulo: Paulus, 2004, p. 16.

<sup>57</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed, São Paulo: Paulus, 2004, p. 19.

instituições, identidades e papéis sociais, apreendidos enquanto fenômenos objetivamente pertencentes ao mundo social.<sup>58</sup>

O mundo das objetivações sociais, construído pela exteriorização da consciência, enfrenta a consciência como uma facticidade externa. Mas esse processo não caracteriza a interiorização. “A interiorização é antes a reabsorção na consciência do mundo objetivado de tal maneira que as estruturas deste mundo vêm a determinar as estruturas subjetivas da própria consciência. Ou seja, a sociedade funciona agora como ação formativa da consciência individual”.<sup>59</sup> Assim, o indivíduo apreende elementos do mundo objetivado como fenômenos internos de sua consciência e também como fenômenos da realidade exterior.

A interiorização merece destaque nessa dialética, pois é responsável pela socialização do indivíduo, um processo sempre inacabado. A socialização leva o indivíduo a interiorizar os sentidos relevantes de determinada sociedade. A socialização dos indivíduos permite a criação de uma tradição constantemente alterada ao longo do tempo. Esse processo de socialização nunca está completo, é contínuo na vida do indivíduo, além disso, há a dificuldade em manter esse mundo subjetivamente plausível. Desta forma a interiorização implica num equilíbrio entre a facticidade objetiva do mundo social e a facticidade subjetiva do indivíduo, criando um mundo ordenado.

O mundo socialmente construído pelo homem resulta então na ordenação das experiências humanas, ou seja, a construção da sociedade é uma atividade ordenadora ou nomizante. Segundo o sociólogo, “[...] viver num mundo social é viver uma vida ordenada e significativa. A sociedade é a guardiã da ordem e do sentido não só objetivamente, nas estruturas institucionais, mas também subjetivamente, na sua estruturação da consciência individual”.<sup>60</sup> Assim, a função mais importante da sociedade é a de nominação, ou seja, de servir como escudo à anomia.

A dificuldade em manter o equilíbrio nesse processo decorre da existência de fatores anômicos, que podem ser coletivos ou individuais. Nesses casos, o indivíduo perde a capacidade de dar sentido à vida e até mesmo de reconhecer sua identidade. Assim, o nomos instituído atua de forma a equilibrar os fatores anômicos vividos

---

<sup>58</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed, São Paulo: Paulus, 2004, pp. 26-27.

<sup>59</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed, São Paulo: Paulus, 2004, p. 28.

<sup>60</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed, São Paulo: Paulus, 2004, p. 34.



individual ou coletivamente. A necessidade de constituir um *nomos* comum leva as sociedades a criarem mecanismos que auxiliem seus membros na orientação para a realidade ou para voltar à realidade.

A religião, considerada pelo autor como um empreendimento humano, estabelece um cosmo sagrado transcendente que inclui o homem de maneira ordenada nesse projeto. Pois “o homem enfrenta o Sagrado como uma realidade imensamente poderosa distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, no entanto, e coloca a sua vida numa ordem, dotada de significado”.<sup>61</sup> E é através da dialética entre o cosmo sagrado e o caos que o homem estabelece a plausibilidade desse mundo construído socialmente. Peter Berger destaca ainda que a cosmificação pode ocorrer sem a presença da religião, entretanto, a cosmificação originalmente conserva um caráter sagrado.

A ruptura deste *nomos* totalizante, que ordena e significa as experiências do indivíduo, trona-se uma ameaça ao próprio indivíduo e a sociedade, construída a partir da organização dessas experiências. Com isso, na tentativa de conferir significado à realidade “a religião representa o ponto máximo da auto-externalização do homem pela infusão, dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo”.<sup>62</sup> Daí sua capacidade em significar as experiências vividas e garantir uma ordem nomizante no cotidiano da guerra.

A proposta do sociólogo permite relacionar a capacidade da religião em organizar a experiência devido a sua atividade nomizante, com as experiências limite vividas durante o período de guerra. O termo experiência limite caracteriza aquelas experiências, individuais ou coletivas, que atuam em caráter anomizante, por exemplo: o medo da morte em situações de combate.

A participação brasileira na guerra, desde a criação da FEB até o fim do conflito em 1945, foi profundamente marcada por seu caráter anômico. Nos sete meses de combate no *front* italiano, os soldados viveram experiências significadas religiosamente, dado ao nível de anomia e também em decorrência do contexto dessas experiências.

---

<sup>61</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed, São Paulo: Paulus, 2004, p. 39.

<sup>62</sup> BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed, São Paulo: Paulus, 2004, p. 41.

Desta forma temos experiências coletivas e individuais, nas quais a religiosidade atua de maneira a ordenar ou nomizar essas experiências limite relacionadas à morte e à família, reforçando simbolicamente sua estrutura de plausibilidade. A tensão presente na guerra levou alguns veteranos a reforçarem sua crença religiosa em função da necessidade de organizarem as experiências vividas no *front*. E, por isso, muitas dessas experiências foram relatadas pelos próprios veteranos, em forma de cartas, diários, crônicas, biografias e livros considerados fontes para a investigação dessas experiências vividas entre os anos de 1943 e 1945.

## **2. 1 Da convocação ao fim da guerra: a trajetória do veterano Dorvilho Testa na campanha da Itália**

A neutralidade do Brasil em relação ao conflito foi sustentada pelo jogo político de Vargas até o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo em 1942. Em represália ao alinhamento com a política norte-americana, seguiram-se os torpedeamentos de navios mercantes na costa brasileira. A agressão por parte do governo alemão causou o afundamento de 35 navios e a morte de 972 pessoas, dentre civis e militares da marinha e, além disso, a perda de estimado valor em cargas, contidas nas embarcações.

A declaração de guerra do Brasil às forças do eixo em 1942 cria um ambiente favorável à resignificação do patriotismo e da própria religiosidade através de manifestações populares. Nas palavras do veterano Ruy Fonseca de Oliveira, “o povo reagiu violentamente e principalmente influenciado pelos estudantes da época, inclusive eu era estudante na época também. Promovíamos comícios, passeatas de apoio ao Brasil, que tomasse uma medida de represália contra esses afundamentos que finalmente estavam matando os brasileiros”.<sup>63</sup> O apego ao sentimento patriótico foi fundamental na formação dos efetivos da FEB, sobretudo nos casos de veteranos que se tornaram voluntários. Assim, a defesa da soberania nacional, tornou-se uma forma de legitimação no discurso dos que participaram do conflito.

---

<sup>63</sup> FONSECA, Ruy de Oliveira: depoimento. *O “Lapa Azul”*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2007, 1 DVD.

Apesar da comoção popular, muitos jovens brasileiros foram incorporados à FEB devido à necessidade de obterem o certificado de reservista. O documento que comprovava o tempo de serviço militar, segundo os entrevistados, era fundamental para conseguir um emprego formalizado. Em função da necessidade de ingressar no mercado de trabalho, muitos desses jovens brasileiros encontravam-se alistados nos quartéis com o objetivo de adquirir o registro necessário e também para cumprir suas obrigações cívicas com o país. Assim, podemos dizer que a FEB foi constituída por militares, da ativa e de carreira, e também por cidadãos comuns, que, em parte, foram representados por voluntários e também por convocados.

Assim como o patriotismo, a religiosidade também se tornou uma forma de legitimação para os soldados e para suas famílias, expressa na forma de promessas, devoção a santos, orações coletivas e individuais. Essa expressão da religiosidade dos soldados serviu individual e coletivamente para ordenar o universo de possibilidades caóticas presentes na guerra, como o medo da morte, por exemplo.

Da mesma forma, aqui no Brasil, muitas famílias recorreram a promessas, a reza de terços e missas em intenção dos maridos, filhos, noivos, etc., como forma de criar uma ordem simbólica, significada religiosamente.

Essa legitimação religiosa permite um equilíbrio na ação anomizante produzida pelo conflito, uma vez que reforça a estrutura de plausibilidade, criando subjetivamente um vínculo com o passado ordenado, daí as lembranças da família e de momentos da vida pessoal vividos anteriormente à guerra. Visto que a convocação gera uma ruptura nessa estrutura de plausibilidade, ocorre que alguns soldados recorrem à sua religiosidade para organizar o caos dessa experiência, subjetiva e objetivamente, transformando-a numa experiência ordenada.

Essa função de legitimação que, segundo Peter Berger age como um escudo à anomia, funciona durante a guerra num binômio dialético que se alterna entre: a ação anômica e seu oposto, a ação nomizadora. Nesse sentido, destacamos a seguir alguns episódios narrados pelos veteranos em que o sentimento religioso atua como ação nomizadora, constituídos em correspondência com diversas ações anômicas.

Para compreender e observar mais de perto a trajetória dos expedicionários da FEB tomamos como referência a história de vida do veterano Dorvilho Testa, a partir de uma entrevista com sua filha, Rita de Cássia Testa Siqueira, e uma série de correspondências trocadas entre ele e sua futura esposa. As cartas e os pertences

pessoais deixados por Dorvilho Testa revelam a importância de sua religiosidade e também sua devoção à Nossa Senhora Aparecida. Cabe ressaltar que a presença marcante do catolicismo no país contribuiu para que essa característica também se manifeste nos efetivos da Força Expedicionária Brasileira.

Segundo Rita de Cássia Testa Siqueira, o pai sempre foi um homem religioso, praticante do catolicismo e, a seu ver, isso se deve à descendência italiana. Em função disso, durante o processo de convocação até o regresso ao Brasil, muitos momentos foram significados religiosamente pelo veterano e por sua família.

A convocação para a guerra cria uma situação de tensão vivida pelos familiares e pelo namoro recentemente iniciado com Glória Nocelli. Após a chegada na Itália, Dorvilho Testa sente-se constantemente afetado pela distância e pela incerteza do desfecho da guerra. A correspondência trocada entre o casal teve início a partir da transferência do soldado de Juiz de Fora para o treinamento em São João del-Rei.

O treinamento no 11º Regimento de Infantaria, no jargão militar 11 RI, limita a possibilidade de comunicação e causa um estranhamento em ambos. Segundo declarações do casal, as cartas amenizavam a tensão dos momentos difíceis e quando sentiam saudades. Na sua primeira carta escrita na caserna Dorvilho Testa confirma sua chegada.

Levo a mão a pena unicamente afim de fazer-te ciente que aqui cheguei sem a menor novidade estou gozando perfeita saúde só o que sinto e estar sozinho aliás sozinho não estou porque me acho no meio de bons colegas porém não é como ai sinto enorme saudade do povo amigo porém seja feita a vontade de Deus. Espero que ele se compadeça de mim fazendo com que em breve eu volte para ai porque só assim estariam completos os meus maiores desejos embora esteja aqui de [sic] mas acho que não me conformo com isto digo não me acostumo aqui.<sup>64</sup>

Dorvilho Testa é filho de italianos, natural de Piraúba, Minas Gerais, nascido em 25 de setembro de 1914. Mudou-se para Juiz de Fora aos 15 anos de idade e trabalhou como aprendiz de sapateiro até entrar para a indústria têxtil. Era o segundo filho de cinco irmãos e foi o único convocado para a guerra. Sobre o período de convocação Rita de Cássia Testa conta que

---

<sup>64</sup> TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 19 jan, 1944, São João Del Rey. s/p.

ele foi convocado para a guerra [...] e a partir daquele momento ele ficou naquela expectativa se ia para a guerra ou não. Porque demorou, até a chamada, até apresentar e partir para a Itália. Foi um período bem longo. Foi uma coisa bem cansativa; até psicologicamente. Porque primeiro eles foram para São João del Rei e ficaram lá um tempo fazendo treinamento. Ai eles vinham aqui em Juiz de Fora, nas folgas, e as vezes eles fugiam. Arrumava um jeito de fugir. Se fossem pegos eles eram, até presos, por deserção. Mas tudo isso era para ver os pais”.<sup>65</sup>

Em alguns casos, os soldados desertavam e por isso havia uma apreensão grande em relação às fugas, em geral para visitar seus familiares. A filha confirma que, durante o período de treinamento no 11º RI, Dorvilho Testa também manteve contato com seus familiares, por meio dessas fugas do quartel, correndo riscos de punição. Nas palavras dela, “ele ficou escondido ali no Mariano Procópio. Ai mandou um recado para a mãe e para o pai, que moravam lá em Santa Terezinha. [...] Com isso ele dava umas escapadas e vinha aqui”.<sup>66</sup>

O estado de guerra fez com que o Exército criasse um sigilo sobre o embarque das tropas, assim como a mobilização de efetivos durante períodos noturnos, treinamentos que ocasionaram mortes. Com isso, tanto as famílias dos convocados como os próprios expedicionários nada sabiam, oficialmente, sobre o desfecho dos treinamentos.

Limitados pelas possibilidades de comunicação, o casal em questão sofreu com as dúvidas sobre o embarque, já que o governo mantinha essas informações em sigilo. Em resposta à carta do trecho citado, Glória Nocelli destaca a questão da saudade e sobre a insegurança presente no relacionamento iniciado em meio à guerra. Preocupada com a impossibilidade de se comprometer com Dorvilho em função da guerra, Glória Nocelli envia uma carta cobrando uma resposta sobre o relacionamento, dirigindo-se ao rapaz nos seguintes termos: “Dorvilho você tem esperança de vir aqui, e se não tiver você escreve ao menos eu vou aplicando outros meios não é? mas eu tenho esperanças de você ainda sim? vir aqui. Dorvilho espero eu você venha aqui mais depressa possível que eu então falarei melhor”.<sup>67</sup> Nesta carta, ela afirma que não quer se casar no momento, mas que, se o pretendente quisesse esperar, poderiam dar início ao namoro.

<sup>65</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

<sup>66</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

<sup>67</sup> NOCELLI, Glória. *Correspondência a Dorvilho Testa*. 30 jan. 1944. Juiz de Fora. s/p.

Durante o treinamento em São João del-Rei, o casal ainda cogita a possibilidade de Dorvilho Testa ganhar baixa do Exército, o que não acontece. Pelo contrário, em fevereiro de 1944, o embarque para o Rio de Janeiro confirma o seu destino, ir para a guerra. A dúvida em relação ao destino dos pracinhas leva Glória a escrever uma carta na qual demonstra sua preocupação com o desfecho dos acontecimentos. “Dorvilho tudo para mim agora é tristeza. Não tenho prazer nenhum cada dia que passa mais os aborrecimentos vão aumentando mais tenho fé em Deus que breve estaremos felizes não é? Dorvilho vocês vão seguir de verdade mesmo? mais vocês vão para a Europa mesmo ou vai para as fronteiras? você me escreve para onde fôres sim?”<sup>68</sup>

Em resposta à preocupação de seus familiares, o soldado confirma as suspeitas sobre o embarque para a guerra.

Glória agora sei que vou mesmo partir para a guerra não sei como é que vou fazer não posso mais agüentar este sofrimento é triste ver-me longe de que a gente ama sem saber quando irei encontrar-nos novamente isso a de ser muito breve se Deus quizer. [...] Mais creia em Deus que ei de enfrentar o inimigo nos campos de batalha para o Brasil. Querida o teu retrato vai dentro da minha muchila porque nunca posso separar-me dele quando os nossos soldados Expedicionário que também sou estiver enfrentando o inimigo deitado dentro de uma trincheira e as balas dos canhoes inimigos as bombas esmagadoras que os carros de combate atiram sobre nós eu olho para o teu retrato e não perco a esperança de nosso futuro sim?<sup>69</sup>

Ainda antes do embarque para a Itália, Dorvilho recebe de Glória uma carta na qual já existe a certeza da partida para o combate e por isso a motivação dedicada ao militar.

Dorvilho você me escreveu que anda aborrecido de ir embora de deixar a sua Pátria e sua família. Mas o que havemos de fazer conformar com a sorte não é? [...] Dorvilho você disse que é capaz de embarcar breve mas não devemos desisperar tudo que Deus faz é bom não é? [...] Dorvilho você não deve se aborrecer com tua cina, tudo que Deus faz é bom. Se você arreclama e eu então que eu posso dizer: Tem 6 meses que eu perdi o papae e agora voce e o primo vae imhora isto para mim é um grande aborrecimento. Dorvilho você não deve disisperar tudo que Deus faz é bom breve se Deus quiser nós seremos feliz não é?<sup>70</sup>

<sup>68</sup> NOCELLI, Glória. *Correspondência a Dorvilho Testa*. 07 jun. 1944. Juiz de Fora. s/p.

<sup>69</sup> TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 27 jun. 1944. Rio de Janeiro. s/p.

<sup>70</sup> NOCELLI, Glória. *Correspondência a Dorvilho Testa*. 23 jun. 1944. Juiz de Fora. s/p.

Dentre as cartas trocadas, destacam-se dois aspectos presentes nessa correspondência, a saber, a religiosidade presente no discurso do casal e a projeção de um futuro construído após a guerra. Cabe ressaltar que Dorvilho Testa foi convocado a integrar a FEB, coincidentemente pouco antes de conhecer Glória Nocelli, ao contrário de outros veteranos que foram voluntários.

Próximo à data de seu embarque para a guerra, um mês antes aproximadamente, o casal realizou um noivado simbólico, já que a guerra não havia terminado ainda e visto que não havia indícios de sua dispensa da tropa. Por isso, Dorvilho Testa escreve uma carta endereçada à mãe de Glória Nocelli na qual diz.

Dona Virginia escrevo-lhe esta espero que vais encontrar gosando saude junto com todos da família. Quanto eu vou bem de saúde graças ao nosso Creador. Dona Virgínia é com grande respeito que levo a mão a pena unicamente afim de traçar-lhe estas poucas linhas para fazer-lhe sciente que achando na pessoa de vossa digna filha uma jovem capaz de assegurar a minha felicidade, a vista de eu não poder ir ai agora venho pedir a senhora se consçente que minha mãe ou minhas manas entregue a, liança a Glória, e acaso acham a minha pessoa digna de entrar para o seio de vossa família.<sup>71</sup>

Dorvilho Testa envia o pedido de noivado para Virgínia Nocelli, pois seu marido havia falecido há cerca de seis meses. Impossibilitado de voltar a Juiz de Fora antes do embarque, para oficializar o compromisso pessoalmente, o casal decide noivar à distância e aguardar o fim da guerra para que em fim pudessem se casar. Segundo a filha do expedicionário, “ele já estava na Itália quando ele mandou o irmão dele, mais velho, comprar uma aliança; para ele e para ela. Fizeram um noivado simbólico, à distância. Mandaram a aliança para ele, lá na Itália. Ele recebeu a aliança lá. E a partir desse momento nas cartas ele já tratava ela de minha noiva. E prometia que quando ele voltasse, eles logo se casariam. E realmente eles se casaram no dia 11 de maio de 1946”.<sup>72</sup> De volta ao Brasil Dorvilho e Glória casaram-se e tiveram seis filhos. Dorvilho Testa faleceu em 4 de fevereiro de 1984 e Glória Nocelli Testa no dia 28 de fevereiro de 1995.

A convocação de Dorvilho Testa para a guerra motiva em seus familiares a realização de atividades religiosas, inclusive por parte de Glória Nocelli. Segundo a filha do casal, “a minha mãe, a minha avó materna (mãe dele), faziam novenas para ele

---

<sup>71</sup> TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 18 set. 1944. Rio de Janeiro. s/p.

<sup>72</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

não ir. Fazia de tudo, rezando, pedindo a Deus, para que ele não fosse. Isso foi durante meses”.<sup>73</sup> As cerimônias eram realizadas nas casas dos expedicionários, agregando parentes, familiares, amigos e vizinhos próximos. Desta forma, as redes de orações criam laços de solidariedade entre os familiares daqueles envolvidos diretamente no conflito, esses grupos de orações, procissões, missas e promessas podem ser considerados como atividades nomizadoras, tanto para os familiares quanto para os soldados, que recebem essas notícias através de jornais, pelo correio e via rádio.

As rezas e promessas já faziam parte do cotidiano desses brasileiros, mas em função da guerra, esse hábito religioso ganha novos significados para as famílias diretamente envolvidas. Rita de Cássia Testa Siqueira afirma que sua família já partilhava dessa prática. “Rezava-se o terço, toda tarde, todos os dias às seis horas da tarde. Então já tinha esse costume, bem diferente de hoje. Acho que todas as famílias tinham esse hábito antigamente”.<sup>74</sup> A reunião dessas pessoas envolvidas diretamente pelo conflito reforça sua prática religiosa e organiza as experiências desses familiares, assim como alguns dos veteranos.

No caso da família Testa, as manifestações de cunho religioso atendem à necessidade cotidiana do exercício da fé, já presente entre os familiares. Devido à convocação para a guerra essa prática ganha um significado próprio para os envolvidos no conflito. Um exemplo dessa situação foi encontrado em uma carta de Glória Nocelli, respondendo aos pedidos de orações feitos pelo soldado. “Dorvilho você me pede pra mim rezar e pedir a Deus: mais que eu já rezei e pedi a Deus é impossível e meus lábios vivem cansados de rezar, quanto mais eu rezo mais vontade de rezar eu tenho”.<sup>75</sup> Considera-se, então, que esse exercício de fé garante aos indivíduos uma ordem à realidade, interiorizada pelos indivíduos a partir de uma ordenação sacralizada dessas experiências.

O argumento religioso destina-se a justificar os elementos desordenadores e cria a possibilidade da projeção de um futuro idealizado. Os elementos sagrados são constantemente usados para explicar situações de tensão e/ou perigo devido à sua capacidade equilibrar os fatores caóticos desse processo. Na carta endereçada a um de

---

<sup>73</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

<sup>74</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

<sup>75</sup> NOCELLI, Glória. *Correspondência a Dorvilho Testa*. 23 jun. 1944. Juiz de Fora. s/p.



seus familiares, por exemplo, Dorvilho destaca a necessidade de criar um equilíbrio no seu cotidiano anômico quando diz

Joaquim depois de muitos dias que aqui estou hoje é que tive a oportunidade para escrever-te esta, para dizer-te que fiz uma viagem boa e muito feliz, e gozo perfeita saúde graças ao nosso bom Jesus. Fasso voto que a mesma vai encontrar gosando de saúde e muitas felicidades juntamente com todos de sua casa. [...] Só que sinto é um pouco de saudades de vocês mais isto não a de ser nada, Deus é bom pae que breve estaremos ai em nossa querida pátria e também junto de vocês envolvido na quela mesma alegria de uns tempos para traz não achas.<sup>76</sup>

Na correspondência analisada, o soldado ordena seu universo de possibilidades caóticas a partir da intervenção do Sagrado, seja invocado como Deus, Jesus, Creador ou N. S. Aparecida. Por isso merecem destaque duas correspondências enviadas ao Brasil no final do conflito. Dorvilho Testa afirma estar bem de saúde, mas apesar disso “[...] sinto muita saudade de você mais o que ei de fazer para Deus nada é impocivel, com a ajuda de N. S. Aparecida ei de voltar hai muito breve para matar estas saudades não é”.<sup>77</sup> Ao final da carta, o remetente argumenta que ficou feliz ao receber notícias cotidianas de amigos e familiares no Brasil e aguarda com entusiasmo o envio de uma foto de sua noiva.

Meses depois, de posse da fotografia Dorvilho responde

Querida já faz quase oito mez que não te vejo o quanto sofro por isto, quando pensso na inorme distancia que nos separa e no grande mar que a entre nos tenho grande aborrecimento. Mais tenho fé em nossa S. Aparecida que brevemente voltarei ao meu querido Brasil e também para bem pertinho de você hai seremos novamente felizes não achas meu amor. Glória tive grande surpresa quando recebi sua delicada fotografia no mesmo momento pasado em que vivíamos juntinhos sem ser preciso a separação mais nunca é tarde a sim como Deus aqui me trouxe a de me levar para junto de quem eu tanto amo e a vemos de ser feliz? bem feliz.<sup>78</sup>

Assim como a família Testa, formada por católicos praticantes, muitos expedicionários receberam objetos de seus amigos e familiares, seja às vésperas do embarque ou através do serviço de correios. Dentre esses objetos, foi comum o envio de

<sup>76</sup> TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Joaquim Nocelli*. 25 out. 1944. Itália. s/p.

<sup>77</sup> TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 15 dez. 1945. Itália. s/p.

<sup>78</sup> TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 16 mar. 1945. Rio de Janeiro. s/p.

imagens religiosas aos soldados, além daqueles que já traziam consigo suas imagens, orações, terços, dentre outros.<sup>79</sup>

Dorvilho Testa levou consigo uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, dado por um de seus familiares. “Ele levou, não sei quem foi que deu a ele, uma estampa de Nossa Senhora Aparecida. Foi um familiar, só não lembro se foi a minha mãe ou a mãe dele. Ai ele levou aquela estampa, que a gente guarda até hoje. Porque é uma lembrança. A fé dele, ele falava, que ela ia levar ele e ia trazer ele vivo. E ele realmente foi e voltou, são e salvo”.<sup>80</sup> Segundo a entrevistada, essa imagem serviu como fonte de motivação e de esperança no regresso ao Brasil, sempre levada junto ao corpo.

Além da imagem, encontramos um *Manual de orações do Soldado Brasileiro*<sup>81</sup>, uma organização de orações feita por um major, membro da União Católica dos Militares em 1944, distribuído pelos capelães brasileiros às tropas. E também uma coleção de devoções católicas intitulada *Devoto de Josefino*,<sup>82</sup> a obra contém uma edição das devoções mais usadas em homenagem a São José, uma compilação feita pelo Padre Eusébio Sacristã Villanueva. A coleção de orações foi adquirida após a guerra, período no qual Dorvilho reforçou sua religiosidade.

O conteúdo das orações do Manual distribuído aos soldados trata especificamente do ambiente e da vida militar. No Exército brasileiro, uma instituição de cunho religioso declarado, percebe-se uma conciliação entre a fé cristã e o patriotismo. Dentre as orações encontradas no capítulo de mesmo título da obra *Manual de Orações do Soldado Brasileiro*, merece destaque um trecho da chamada oração diária.

Todo Cristão, com mais forte razão e soldado que se bate e luta por um ideal justo e digno, numa ameaça constante da morte e sofrimento, tem a obrigação de adorar e amar a Deus. Muito e muito temos a pedir: a felicidade da Pátria, a vitória de nossas armas, uma paz justa e cheia de venturas: saúde e felicidade para os nossos parentes: força, coragem, e vigor para a luta: a vitória nas tentações: e uma boa morte, que nos abra as portas do Céu – e da Vida Eterna.<sup>83</sup>

<sup>79</sup> Arquivo particular da Sra. Rita de Cássia Testa Siqueira. ver anexo 1 – Imagem de Nossa Senhora; anexo 2 - foto de glória Nocelli.

<sup>80</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

<sup>81</sup> DUARTE, Claudio de Paula. (org). *Manual de Orações do Soldado Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, s/d.

<sup>82</sup> VILLANUEVA, Eusébio Sacristã. (org.). *Devoto de Josefino*. 7 ed, São Paulo: Ave Maria ltd, 1945.

<sup>83</sup> DUARTE, Claudio de Paula. (org). *Manual de Orações do Soldado Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, s/d. p. 5.

As orações apresentam uma forma de devoção militar, e por isso fé e patriotismo são invocados de maneira complementar. As experiências de guerra desses clérigos e soldados alimentam as tradições católicas presentes nas tropas. A adoção de santos padroeiros para as armas foi estimulada pelos capelães, retomando uma tradição já existente na história militar brasileira. Desta forma, Imaculada Conceição é padroeira do Exército, Santo Inácio de Loiola da Infantaria, São Jorge da Cavalaria, Santa Bárbara da Artilharia assim por diante. Cabe ressaltar que mesmo os quadros permanentes do Exército que não existiam à época da guerra também têm como padroeiros santos católicos.

Essa tradição militar será analisada no próximo capítulo a partir da construção de uma memória da guerra, cujos símbolos religiosos retomam as experiências vividas no conflito.

Conforme o relato de sua filha, ao final da guerra Dorvilho tornou-se mais religioso do que anteriormente, tornando-se membro da Associação São Vicente de Paulo na Paróquia de Santa Terezinha e foi um praticante assíduo em suas atividades religiosas. Nas palavras de Rita de Cássia Testa Siqueira, “quando ele voltou da guerra ele continuou mais devoto ainda. Tanto é que ele foi várias vezes em Aparecida do Norte, em romaria para agradecer, a ela. [...] inclusive ele fez um santinho, agradecendo a Deus, a volta dele, por ter voltado são e salvo; nenhum tiro”.<sup>84</sup> Atendendo ao cumprimento das graças almejadas, o retorno do familiar em segurança, tanto Dorvilho Testa como seus familiares buscaram cumprir as promessas realizadas e dentre elas a peregrinação à cidade de Aparecida do Norte em São Paulo.

Com o fim da guerra na Itália, Dorvilho conheceu diversos pontos turísticos do país, dentre eles Roma. Os soldados brasileiros foram recebidos pelo papa em cerimônias coletivas que reuniram milhares de brasileiros. O expedicionário participou de uma dessas audiências, como relatou sua filha “ele foi no Vaticano, teve uma audiência com o papa Pio XII. Onde ele recebeu uma, várias cartas, bênçãos apostólicas, que ele trouxe para a minha mãe, trouxe para a mãe dele, para os irmãos dele [...]”.<sup>85</sup> As visitas ao Vaticano criaram nos comandantes da FEB a necessidade de facilitar o acesso dos soldados interessados, para evitar as fugas, chamadas “tochas” no

---

<sup>84</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

<sup>85</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

jargão militar. Assim, durante o conflito muitos oficiais e praças puderam visitar Roma, cujo objetivo de fato foi religioso e não apenas turístico. Dorvilho conseguiu fazer sua visita ao Vaticano somente ao final da guerra, quando foi realizada uma celebração em homenagem à vitória dos soldados brasileiros.

Terminado o conflito, as tropas aliadas continuaram ocupando os territórios libertados e no caso dos brasileiros esse período durou de maio de 1945 até outubro do mesmo ano. A demora no regresso com as tropas criou entre os soldados e suas famílias uma insegurança, já que a vitória da FEB tornou-se uma ameaça à ditadura varguista. Essa situação impediu que os soldados brasileiros pudessem voltar rapidamente ao Brasil permanecendo ainda como tropa de ocupação até outubro de 1945.

As famílias dos soldados, como relatou Rita de Cássia Testa Siqueira, ficaram apreensivas em relação à volta de seu familiares, pois a guerra já havia acabado “e depois o Brasil nada de trazer eles de volta. Então as famílias já estavam ficando desesperadas. Porque acabou a guerra e o meu filho, meu marido, meu noivo, meu namorado não vem embora?”.<sup>86</sup> A desmobilização dos efetivos torna-se uma questão política entre Vargas e uma parte do alto escalão da FEB, liderada por Dutra e Góes Monteiro. A chegada das tropas no Brasil causa novamente grande comoção popular, principalmente para as famílias que recebem seus regressos.

Quando retornaram às suas casas, os veteranos foram recepcionados com celebrações de missas, orações coletivas em agradecimento e posteriormente o pagamento das promessas realizadas. No pós-guerra, os expedicionários iniciam seu processo de mobilização para a reivindicação de seus direitos de guerra, através das associações de veteranos de guerra.

A Associação dos Veteranos da FEB, seção Juiz de Fora, tem como sócios soldados mineiros que foram incorporados ao 11º RI e também veteranos de outras localidades da região. A religiosidade desses veteranos foi intensificada após as experiências de guerra, além disso, a devoção católica mostrou-se uma característica relevante nos efetivos totais da Força Expedicionária Brasileira. Em específico, na Associação de Veteranos da FEB de Juiz de Fora, decidiu-se pelo início das reuniões a partir de duas orações: “Pai Nosso” e “Ave Maria”.

A abertura das reuniões com as respectivas orações representa uma homenagem aos companheiros mortos em combate e também uma demonstração da religiosidade

---

<sup>86</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

presente entre os veteranos e suas famílias, nesse caso predominantemente católicos. Dorvilho foi sócio na seção Juiz de Fora e participou dessas reuniões. Segundo narra sua filha Rita de Cássia Testa, isso ocorre “justamente pela religiosidade de todos. E você vai concordar comigo, que essa coisa de divisão de várias religiões vem de um tempo para cá. Então, naquela época, todos eram católicos, ou protestantes (mas muito poucos). Então quem era protestante ficava em silêncio.”<sup>87</sup> Cabe ressaltar que existiram soldados de inúmeras religiões nos efetivos da FEB, porém, a multiplicação das denominações religiosas no Brasil concentra-se a partir do pós-guerra. O destaque do catolicismo nas tropas brasileiras se deve à sua relevância na formação de uma matriz religiosa no país.

A história do casal Testa demonstra que a guerra causa uma crise na estrutura de plausibilidade dos indivíduos, não apenas nos soldados envolvidos diretamente com a tensão e o perigo do conflito, mas também em suas famílias. A comunicação através de cartas e telegramas foi fundamental para conservar nesses indivíduos a resignação para enfrentar o período da campanha na Itália. Diante de situações extremas, seja durante um combate ou mesmo pela falta de notícias do *front*, a religiosidade das famílias e dos próprios soldados auxiliou-os na tarefa de garantir ordem a essas experiências, o que reforça as estruturas de plausibilidade abaladas pelo conflito.

Sobre a importância da correspondência para os pracinhas da FEB, o correspondente de guerra Rubem Braga dedicou uma de suas crônicas de guerra, como pode ser observado no trecho abaixo.

Era preciso que a gente aí no Brasil assistisse a uma distribuição de correspondência aqui para ver o quando vale uma carta. “Chegou correio” é uma frase que mobiliza mais gente que qualquer ordem de general aliado ou inimigo. A cara do sujeito que não recebe carta nesse dia é uma cara de naufrago.” De qualquer modo, o que é importante é telegrafar e escrever carta. Escrevam, telegrafem, meus senhores e – muito especialmente – minhas senhoras! Escrevam cartas numerosas e enormes contando coisas, muitas coisas, coisas de toda a espécie.<sup>88</sup>

As cartas trocadas entre os soldados e seus familiares abordam temas cotidianos ou relatos de episódios e situações vividas na Itália. Interessa, entretanto, destacar a

<sup>87</sup> SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

<sup>88</sup> BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996. pp. 61-62.

relevância dessa comunicação como um vínculo criado entre o passado ordenado e a desordenação do presente. A projeção de um futuro ordenado, ou seja, o fim da guerra e a segurança física e mental preservadas compõem esse processo dialético significado religiosamente. Essa legitimação produzida pela religião é capaz de amenizar os fatores caóticos, criando uma realidade subjetivamente ordenada, a partir do exercício de fé dos indivíduos, sejam eles soldados ou membros da família.

Durante o período de guerra, esses soldados puderam contar com os serviços espirituais de capelães católicos e protestantes, incorporados à FEB na repartição de assistência espiritual. A atuação dos capelães do SAR/FEB foi fundamental no apoio espiritual, individual e coletivo dos soldados. Além das orientações espirituais, os capelães foram os responsáveis pela comunicação entre o soldado e sua família, escrevendo as cartas enviadas pelos militares analfabetos. Desta forma, em alguns momentos, os capelães atuam como mediadores nessas experiências religiosas entre os soldados assistidos e o sagrado, além da assistência social oferecida pelos clérigos às famílias dos mortos e feridos em combate.

## **2.2 O cotidiano dos capelães no *front*: significando as experiências de guerra**

Encarregados de auxiliar espiritualmente os soldados enviados ao *front*, os capelães foram fundamentais no apoio espiritual prestado aos militares brasileiros. As crônicas de guerra escritas por um capelão da FEB, Padre Jacob Emílio Schneider, descrevem suas vivências de guerra. A atuação desses capelães como mediadores das experiências limite entre os soldados e o caos do contexto ganhou destaque em momentos de anomia coletiva, como, por exemplo, nos seguidos ataques ao Monte Castello.

Jacob Emílio Schneider nasceu na cidade de Montenegro no Rio Grande do Sul, filho de pais agricultores. Sua educação foi iniciada na escola paroquial de Piedade e, em 1923, seguiu para o seminário de São Leopoldo para completar sua formação tornando-se sacerdote em 1942. Como relata o autor “estava eu no terceiro ano de Provação em Pareci, quando nos alcançou o pedido de capelães, para seguir com a FEB.

Um axioma de Santo Inácio é de que o jesuíta deve como que ser uma tropa de choque e socorrer lá, onde mais urgente fosse. No caso seria a guerra”.<sup>89</sup> Na FEB, o padre foi designado para servir junto ao 1º RI chamado Regimento Sampaio, no Rio de Janeiro.

Após a guerra, o capelão trabalhou nos Círculos Operários no Rio Grande do Sul, até que no natal de 1967 foi hospitalizado por 4 anos devido a um acidente de carro. Na década de 1970, volta ao estado de origem, vinculado à Universidade do Trabalho, onde já atuava antes do acidente. Em 1976, segue para Belém Velho para uma nova obra, a reconstrução da Casa de Retiro Vila Meridianeira. Por sugestão de Padre Walter Hofer, seu superior provincial, Pe. Jacob Emílio decidiu escrever suas vivências 37 anos após o fim do conflito. Apesar dos anos passados, o esboço de um diário de guerra foi usado para lembrar os momentos narrados.

De acordo com seu relato, apresentou-se como voluntário para o serviço em 22 de junho de 1944 atendendo ao convite assinado por Dom Jayme, uma convocação para a apresentação de candidatos ao cargo de capelão no Exército da FEB. Além de optar pela capelania, o padre de formação jesuítica indicou outros companheiros, também jesuítas, a saber, Padre Vendelino Junges e Padre Urbano Rausch.

Juntos, os padres voluntários viajaram até o Rio de Janeiro onde deveriam passar pelo treinamento e pelos testes de avaliação, antes da incorporação definitiva. Foram recebidos no colégio Santo Inácio, em Botafogo no Rio de Janeiro, até o embarque em 20 de setembro de 1944. A presença dos capelães gaúchos foi recebida com homenagens por Carmela Dutra, também conhecida como Dona “Santinha”, esposa do então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra.

No encontro com a família Dutra, os quatro capelães gaúchos foram apadrinhados pela esposa do ministro. Considerando a importância e o prestígio que Eurico Gaspar Dutra gozava entre os militares e o governo, coube a ele a efetivação definitiva do SAR/FEB reorganizado para atender às necessidades do Exército em tempo de paz e em caráter permanente no pós-guerra. A religiosidade desses militares e de suas famílias colabora fundamentalmente para que a prática religiosa do catolicismo seja reconhecida oficialmente após o conflito, dentro dos quartéis. Essa mudança ocorrida no pós-guerra permite, de uma maneira geral, que a prática religiosa volte a integrar o cotidiano e a formação dos militares brasileiros.

---

<sup>89</sup> SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983. p. 2.

Durante sua permanência no Rio de Janeiro, Pe. Jacob Emílio ministra a catequese em colégios e grupos católicos da cidade, além de missas campais, celebradas aos domingos, com a presença de todo o efetivo do Regimento presente no quartel (cerca de 3700 homens). E de fato, as celebrações campais com a presença de tantos soldados ocorrem durante o período de treinamento no Brasil e em alguns momentos da campanha da Itália, como, por exemplo, ao final da guerra em maio de 1945. Durante o conflito, os capelães mantêm um calendário de atividades religiosas regulares, com a celebração de missas, batizados, orientações espirituais. Mas, em função dos acontecimentos da guerra, essas cerimônias coletivas foram, em sua maioria, realizadas na retaguarda.

Entre os soldados, a distinção religiosa também deu lugar ao diálogo ecumênico conforme relata Padre Jacob Emilio Schneider no trecho a baixo.

O reverendo Soren, por diversos meses, foi meu companheiro de barraca e sempre admirei seu senso de ordem, asseio e gentileza. [...] Quando eu celebrava missa, ele cuidava espontaneamente da disciplina e silêncio nas imediações. Após a guerra ele foi eleito para presidente da Aliança Batista Mundial. O reverendo Juvenal aglutinava desde logo as simpatias de todos pela sua alegria e singeleza no trato. Reinava já então entre todos os capelães um sadio ecumenismo.<sup>90</sup>

Houve também demonstrações de fé católica, como a construção de uma gruta em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes. A iniciativa do tenente Thaedo Sobocinski e de outros companheiros foi aproveitada pelo Padre Jacob Emílio, realizando regularmente suas celebrações nessa gruta às 19h30 durante a guerra. Segundo o Padre, “após nossa retirada de Stáffoli, esta gruta foi entregue oficialmente ao governo italiano como lembrança do Brasil e devoção mariana do seu povo”.<sup>91</sup> Cabe ressaltar que esse altar foi construído com sucatas dos bombardeios inimigos.<sup>92</sup>

Durante a campanha na Itália, o catolicismo tornou-se, também, um elo de identificação entre a população civil e os soldados brasileiros, entretanto, a pluralidade étnica e religiosa presente nos efetivos do *front* italiano permite a vivência de experiências ecumênicas, uma vez que existiam tropas de outras nacionalidades na

<sup>90</sup> SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983. p. 72.

<sup>91</sup> SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983. p. 122.

<sup>92</sup> Não foi possível identificar o motivo da escolha da Santa Lourdes para a construção do altar.



frente de combate na Itália e mesmo entre os brasileiros, já que nem todos eram católicos. Nas palavras do veterano José Maria Nicodemos da Silva, no “pós-guerra, na Catedral da cidade de Allêssandria, também foi celebrado um culto ecumênico, com a participação de todos os capelães. Com introdução do hino nacional brasileiro”.<sup>93</sup> Essa celebração foi assistida também por soldados de outras nacionalidades e civis italianos, em comemoração ao fim da guerra na Itália.

Essas celebrações atuam simbolicamente de maneira a criar um sentido ordenador que marca um processo de reorganização da sociedade, para os civis italianos. Já para os soldados brasileiros, esse culto permite a reafirmação da fé e das práticas religiosas e marca, também, o fim do processo caótico e traumático vivido durante a guerra.

Durante a campanha, os capelães promoveram encontros entre os clérigos, com o objetivo de fomentar a convivência entre eles já que atuavam em posições distantes uns dos outros. Assim, ficou decidido que mensalmente haveria uma reunião dos capelães militares, realizada em casas canônicas disponíveis. De acordo com o relato do Padre Jacob Emílio, essas reuniões eram divididas em três momentos: adoração, debates e almoço; e por vezes tomaram parte da reunião, oficiais de comando do Exército norte-americano e brasileiros e também com a presença dos capelães evangélicos.

Sobre o convívio entre as tropas aliadas e os civis italianos, o capelão aponta as vantagens dos brasileiros em relação aos demais exércitos, dentre eles merece destaque a questão do catolicismo. “Vantagem tínhamos, sobre as outras tropas aliadas: éramos de ascendência latina e com isso gozávamos de acesso mais fácil aos italianos, cuja língua já entendíamos, mormente os gaúchos. [...] Outra vantagem que nos aproximava da população italiana, era a religião católica”.<sup>94</sup> Esses dois aspectos destacados, a religião e a latinidade, tornaram-se fatores de aproximação entre os soldados brasileiros e civis italianos em diversas situações da guerra.

No período de inverno, as condições climáticas dificultaram a reunião de grandes montantes de fiéis, militares ou civis, o que não impediu a prestação da assistência religiosa. De maneira improvisada, o padre serviu-se de um paiol para

---

<sup>93</sup> SILVA, José Maria Nicodemos. *Entrevista*, Juiz de Fora, 11 nov. 2010.

<sup>94</sup> SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983. pp. 84-85.

realizar suas celebrações, improvisando com seu altar portátil na residência de civis italianos.

Segundo relata o autor, “rezei a missa num paiol, onde as espigas de milho estavam penduradas por cima da cabeça, presas, pela palha aberta, em estacas. Os mais corajosos, brasileiros e civis italianos, assistiram com comovente devoção. Era a festa dos Santos Reis, ou, como diziam os locais, ‘La Pifania’, isto é, a Epifania”.<sup>95</sup> Nesse paiol foram celebradas diversas missas durante o inverno, momento indispensável pelos soldados e pelos moradores. Apesar de não revelar a localidade do episódio, a primeira celebração ocorreu em 06 de janeiro de 1945, já nos meses finais da resistência nazista.

Em sua visita à cidade de Roma, Pe. Jacob Emílio realizou sua audiência com o papa, recebendo sua bênção antes de voltar ao cotidiano da guerra. O episódio ganhou destaque nos relatos do autor, principalmente os momentos relacionados ao encontro com o líder da Igreja Católica. Destacado como o momento mais marcante da visita, o Padre narra a bênção concedida a ele e seus companheiros pelo pontífice. “ ‘Abençôo a vós, vossas famílias e todo Brasil. E tudo o que quereis que benza, seja bento, ainda que esteja nos vossos bolsos’. Via nossos bolsos estufados de terços, medalhas e análogos. Pedi uma bênção especial para uma lata de AYMORÉ, cheia de terços. [...] Alegres, confortados pela maior bênção da terra, regressamos ao *front*.”<sup>96</sup> Essa visita ao papa foi realizada antes dos preparativos para o último ataque ao Monte Castello, último de uma série de quatro ataques fracassados.

No início de 1945, o avanço das tropas aliadas sobre os territórios ocupados indicava que o destino da guerra já estava decidido, apesar da forte resistência ainda mantida pelos alemães. No *front* italiano, restava ainda uma posição de significativo valor estratégico, ainda em poder dos nazistas, o Monte Castello. A conquista dessa localidade decretou o desfecho da guerra na Itália e com isso gerando um clima de apreensão entre as tropas brasileiras.

A necessidade de controlar o Monte Castello impôs aos aliados a difícil tarefa de desalojar os inimigos numa posição considerada extremamente bem guarnecida. Os quatro primeiros ataques realizados pelos brasileiros não foram suficientes para a vitória, pelo contrário, resultou em severas baixas nos seus efetivos. E, por isso, vários

---

<sup>95</sup> SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983. pp. 90-91.

<sup>96</sup> SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983. p. 87.

oficiais, em sua maioria capitães, pediram auxílio aos capelães para levantar o moral de seus homens.

O apoio solicitado pelos oficiais de comando foi atendido pelos capelães, dentre eles Padre Jacob Emílio. Nas suas palavras, “com grande satisfação atendia o capelão do 1º Batalhão os convites dos capitães para celebrar missas em suas unidades. Nestas ocasiões era sempre mútuo e recíproco o conforto e estímulo, que se dava e recebia. Inesquecíveis me ficaram os nomes Arnóbio, Paulo Ramos, Vilaboim, Everaldo, Yedo, Varejão, Mandim, Andersen, Hildebrando, Saraiva, Edson e alguns outros, capitães em funções de comando na época da frente”.<sup>97</sup> Dentre os oficiais citados, o padre destaca aqueles que marcaram suas lembranças por estarem preocupados com a prestação do apoio espiritual aos seus comandados e por sua própria religiosidade.

Com o fim do inverno próximo, as tropas aliadas iniciaram os preparativos para o último assalto ao Monte Castello e com isso destaca o padre, que as atividades militares e religiosas cresceram significativamente em função da proporção e importância da operação. O trecho abaixo relata os preparativos do último ataque ao Monte Castello.

Finalmente, dia 21 de fevereiro, às cinco horas da manhã, a tropa brasileira desembocou para o assalto final ao famoso baluarte. Toda a frente do Quarto Corpo estava em ação nos respectivos setores. Dois regimentos nossos de infantaria, quase toda a artilharia, o batalhão de engenharia, todos os comandantes e o último pracinha, com o coração na Mão e o pensamento voltado para Deus e o Brasil [...] Sabíamos pelas cartas, que lá longe, no outro lado do Atlântico, as famílias estavam unidas a nós pela prece”.<sup>98</sup>

Com a conquista da posição, em 21 de fevereiro de 1945, estava definitivamente decidida a guerra na Itália e com isso as rendições alemãs tornaram-se constantes. Se os brasileiros já se preocupavam com o fim da guerra em meados de fevereiro, o mesmo ocorreu com soldados alemães e poloneses. Dentre os pertences dos prisioneiros muitos guardavam consigo fotografias de seus filhos e esposas, assim como os soldados brasileiros.

---

<sup>97</sup> SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983. p. 92.

<sup>98</sup> SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983. p. 95.

A conquista do Monte Castello foi definitiva para a rendição alemã no *front* italiano, mas a guerra na Europa terminaria oficialmente em 8 de maio de 1945. O fim do conflito não encerra a participação brasileira na guerra, visto que os efetivos permanecem no país como tropa de ocupação, até outubro do mesmo ano. Dentre as comemorações realizadas no dia da “Vitória” da guerra na Itália, foram celebradas missas por capelães militares e padres italianos.

As experiências vividas em decorrência da participação na guerra, tanto pelos capelães como pelos soldados, foram fundamentais para a formação de uma identidade dos veteranos da FEB, cuja religiosidade pode ser considerada como um elemento identitário.

### **2.3 A construção da identidade cultural dos veteranos da FEB**

A participação brasileira na guerra permite que os veteranos da FEB construam uma identidade cultural baseada em experiências significativas, nas características culturais relevantes do grupo e também em resposta ao jogo político entre o Exército e o Estado Novo. Cabe destacar que a análise dessa pesquisa também se concentra em identificar os elementos religiosos presentes nesse complexo simbólico, bem como sua importância na definição da auto-imagem construída pelo grupo dos veteranos da FEB.

O termo identidade divide opiniões entre os teóricos da sociologia e de outras disciplinas. Por isso adotamos a análise de Stuart Hall, por apresentar as principais correntes metodológicas que tratam do assunto com ênfase na hipótese de uma crise de identidade na modernidade tardia e também a proposta de Manuel Castells, cuja obra discute o processo de formação e origem de identidades nas sociedades em redes, isto é, os processos de fragmentação das identidades nas sociedades transformadas a partir do desenvolvimento do capitalismo e de seu oposto, o estatismo industrial.

Stuart Hall considera a proposta de que

as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais

amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”.<sup>99</sup>

Essa crise traduz a fragmentação dessas velhas identidades na modernidade tardia, isto é, existe uma descentralização na concepção dos papéis sociais na sua forma tradicional. Essa perda de sentido provoca transformações nas identidades pessoais dos indivíduos, chamada de deslocamento ou descentralização do sujeito. Ocorre que essa crise de sentido produz um duplo deslocamento, a saber, uma descentração dos indivíduos no mundo social, cultural e também em relação a si mesmos.<sup>100</sup>

Para isso Stuart Hall apresenta três concepções de identidade, o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e por fim o sujeito pós-moderno. Desta forma temos as seguintes definições, a primeira do sujeito do Iluminismo:

o sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa”.<sup>101</sup>

A segunda, do sujeito sociológico, ainda considera um centro simbólico de referência, assim, “a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”.<sup>102</sup> A internalização de significados e valores dessas identidades tornam-se partes constituintes dos indivíduos e esse processo auxilia na compreensão que eles têm de sua posição no mundo social e cultural.

A crise de identidade apontada pela terceira concepção, o sujeito pós-moderno, considera que essas identidades unificadas e estáveis estão sendo fragmentadas, isto é, o sujeito é formado por várias identidades. A diferença entre a definição anterior resume-se na idéia de que o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou

<sup>99</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 7.

<sup>100</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. pp. 8-9.

<sup>101</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 10.

<sup>102</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 10.

permanente. “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.<sup>103</sup> Essas identidades são definidas historicamente e ainda, esses sujeitos assumem identidades diferentes ao longo do tempo e esses complexos simbólicos não estão atrelados à existência de um “eu” coerente.

Considerando os processos do deslocamento iniciados com a Modernidade, o autor destaca três pontos de mudança na compreensão do sujeito. Essa perspectiva toma como base as transformações sociais e culturais ocorridas com o fim do período medieval, dentre elas a centralização do Homem no universo e o surgimento do Protestantismo.

No contexto do século XVII, o filósofo Rene Descartes desenvolve a compreensão do sujeito situado no centro do conhecimento. O chamado sujeito cartesiano permite a criação de uma identidade centralizada no indivíduo. Entretanto, as sociedades modernas tornaram-se mais complexas e com isso o aspecto individual assume formas coletivas e sociais.

Contribuem significativamente para essa mudança a biologia darwiniana (indivíduo biológico) e também o surgimento das novas ciências sociais (interação social do indivíduo). A sociologia faz a crítica ao sujeito cartesiano, destacando o indivíduo em meio a processos e normas de abrangência coletiva. O dualismo entre mente e matéria do sujeito cartesiano foi criticado pela sociologia, que

desenvolveu uma explicação alternativa do modo como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversalmente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham. Essa “internalização” do exterior no sujeito, e essa “externalização” do interior, através da ação no mundo social [...], constituem a descrição sociológica primária do sujeito moderno e estão compreendidas na teoria da socialização.<sup>104</sup>

Na segunda metade do século XX, ocorre uma ruptura no discurso moderno, o que gera uma crise na compreensão do sujeito sociológico. Essas mudanças decorrem

<sup>103</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 13.

<sup>104</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 31.

de descentramentos desse sujeito. Stuart Hall argumenta que esse processo foi marcado pelo estruturalismo de Marx, a descoberta do inconsciente por Freud, a lingüística de Saussure e, por fim, o surgimento do feminismo que politizou a subjetividade e a identidade baseado na idéia de grupo social.

As análises apresentadas na referida obra concentram-se, sobretudo na investigação da formação de comunidades imaginadas, formalizadas segundo o projeto de Identidade Nacional. “Essas comunidades imaginadas caracterizam-se basicamente pelas memórias do passado, pelo desejo de viver em conjunto e pela perpetuação da herança”.<sup>105</sup> Entretanto, esse processo de formação de identidades vem sendo afetado pela globalização, capaz de fragmentar essas identidades num segmento definitivamente plural e constantemente inacabado.

Segundo as proposições até aqui apresentadas, pode-se concluir que a construção da identidade cultural dos veteranos da FEB não está centralizada no projeto de Identidade Nacional desenvolvido durante o Estado Novo, mas compartilha elementos comuns, como, por exemplo, o patriotismo e o nacionalismo. Entretanto, a presente pesquisa defende a idéia de que os veteranos da FEB tomam as “experiências de guerra” como ponto fundamental para a construção da identidade cultural do grupo no pós-guerra.

Para a análise da formação da identidade cultural dos veteranos da FEB, optou-se pela proposta apresentada por Manuel Castells. Seu objetivo é entender o funcionamento das identidades culturais na sociedade em rede, o mesmo fenômeno chamado por Stuart Hall de globalização.

Ele considera que as identidades são construídas socialmente e por isso deve-se levar em consideração o contexto e suas relações de poder. O autor propõe ainda uma distinção de três formas e origens de identidades. São elas: a Identidade legitimadora, introduzida por instituições dominantes que objetivam expandir sua dominação na sociedade e se aplica às teorias relacionadas ao nacionalismo; a Identidade de resistência, criada pelos atores sociais desvalorizados ou estigmatizados e atua em caráter de resistência ou oposição à ordem dominante e a Identidade de projeto, quando

---

<sup>105</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 58.

os atores sociais constroem uma nova identidade que permite a redefinição de sua posição na sociedade e, com isso, a transformação de toda a estrutura social.<sup>106</sup>

Essa proposta assemelha-se a análise anterior no tocante à abordagem sociológica do termo, com ênfase na constituição de identidades na chamada modernidade tardia e sua conseqüente fragmentação no mundo globalizado. Sua diferença consiste na análise de identidades que representam atores sociais e não sujeitos.

Segundo Manuel Castells,

no que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social.<sup>107</sup>

O autor esclarece a existência de uma diferença entre identidade e o conjunto de papéis sociais (mãe/pai, trabalhador, etc) assumidos pelos indivíduos, pois identidades organizam significados, já os papéis sociais organizam funções.

Desta forma temos a definição do termo identidade como “fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. [...] as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização”.<sup>108</sup> Assim, pode-se afirmar que a formação de identidades envolve um processo de autoconstrução e individuação no qual os indivíduos ou grupos sociais organizam simbolicamente suas experiências, suas fantasias pessoais, revelações religiosas, dentre outras.

O caráter coletivo na formação dessas identidades foi destacado como proposta de análise desses complexos simbólicos e por isso optou-se por essa proposta. Com isso destacamos que a formação da identidade febianiana utiliza-se de elementos culturais

<sup>106</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: Economia, sociedade e cultura*. 5 ed, v 2, São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 24.

<sup>107</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: Economia, sociedade e cultura*. 5 ed, v 2, São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 22.

<sup>108</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: Economia, sociedade e cultura*. 5 ed, v 2, São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 23.



significativos presentes na sociedade brasileira, e já internalizados antes da guerra (o nacionalismo e a religiosidade, por exemplo) e também as experiências de guerra significadas a partir das narrativas dos veteranos. Destaca-se, nessa narrativa, os efeitos do nacionalismo desenvolvido durante o Estado Novo, o patriotismo que foi estimulado com a entrada do Brasil na guerra, e por fim, a resignificação da família e o medo da morte.

Optou-se por analisar a contribuição da religião na formação simbólica dessa identidade, sobretudo a partir de sua capacidade de significar as experiências relacionadas à família e à morte e, por fim, a formação de uma memória coletiva fragmentada, que cria divisões e diferenciações entre os integrantes da FEB.

A natureza das experiências de combate e o processo de desmobilização da FEB no pós-guerra são dois fatores decisivos para a construção de uma identidade fragmentada. Para Michel Pollak, identidade “é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”.<sup>109</sup> Essa imagem construída, de si próprio, baseia-se nas experiências vividas pelos sujeitos, nesse caso os veteranos da FEB.

Pode-se concluir que durante o processo de formação identitária dos veteranos há uma presença marcante de significados religiosos nas experiências vividas, nas quais suas crenças particulares foram compartilhadas com outros indivíduos, desde familiares, companheiros de batalha e até mesmo com civis italianos. Essas experiências narradas pelos ex-combatentes e capelães indicam as características da Identidade cultural dos Veteranos da FEB, isto é, os elementos simbólicos que atribuem valor a essas experiências.

Têm-se então dois períodos fundamentais para compreender o processo de formação dessas identidades. O primeiro momento representado pelas experiências vividas durante a guerra, isto é, efetivamente entre os anos de 1943 e 1945, por concentrar o intervalo temporal e espacial da vivência das experiências limite. O segundo período compreende o pós-guerra com destaque para a criação das Associações

---

<sup>109</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n.10, 1992. p. 5.

de Veteranos e Ex-combatentes, termos que caracterizam tipos de identidades cuja diferença se encontra na natureza das experiências de guerra vividas pelos indivíduos.

Assim, optou-se por analisar os relatos dos soldados que participaram efetivamente dos combates em território italiano, identificados como veteranos da FEB, destacando as passagens mais significativas desses depoimentos relacionadas à religiosidade, à família e ao medo da morte. Como, por exemplo, nas palavras de Raimundo de Castro Sobrinho, que recordou a função do serviço de assistência religiosa e sua importância para os soldados.

[...] a assistência religiosa normalmente era praticada antes que o homem seguisse para realizar alguma ação. Especialmente, porque ele considerava que, destacado para realizar alguma missão, bem apoiado religiosamente, teria mais possibilidades de sobrevivência e, se morresse, estaria assistido após a morte.<sup>110</sup>

O veterano da FEB, Silas de Aguiar Munguba, também destacou o serviço de assistência religiosa. Em suas palavras, “essas reuniões eram muito úteis. Para mim, foram de vital importância. Costumo dizer que, quando estava naquela confusão toda de matar, só me ocorria um recurso: orar muito a Deus. Orei tanto que penso ter abusado da paciência do Senhor”<sup>111</sup> e destaca ainda que além de evangélico era muito religioso e por isso levava consigo o Novo Testamento no bolso.

A prestação da assistência religiosa durante o conflito foi adaptada e adequada ao contexto da guerra, ou seja, as adversidades do conflito impuseram dificuldades à prestação de um serviço regular. As mudanças constantes de posição, bombardeios inimigos, dentre outras atividades de guerra levaram os capelães realizar suas atividades de acordo com as circunstâncias vividas no momento, isto é, muitas vezes não foi possível cumprir as atividades previstas em função de acontecimentos resultantes do conflito. Dentre elas, as missas semanais e o atendimento aos soldados em postos avançados foram os casos mais relatados entre os veteranos, por vezes interrompidos pelo ritmo do conflito.

Essa limitação no acesso ao apoio espiritual mereceu destaque nos relatos dos veteranos da FEB, como, por exemplo, no trecho a seguir, “quanto à assistência

---

<sup>110</sup> SOBRINHO, Raimundo de Castro. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 2, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p. 83.

<sup>111</sup> MUNGUNBA, Silas de Aguiar. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 2, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p. 99.

religiosa, tínhamos de, quando em vez, a visita do capelão. Porém, o que mais nos impressionava e nos comovia era a atitude do nosso soldado. Todas as noites eles se reuniam no *fox hole*, ou numa parte qualquer, para fazer as suas orações, e me chamavam para rezarmos juntos.”<sup>112</sup>

A questão da família e do medo da morte também ocupa lugar de destaque nas narrativas encontradas e por vezes relacionadas à religiosidade. Dentre as crônicas do padre Cássio Abranches Viotti, um capelão da FEB, encontramos uma expressão da importância que a família ganha, simbolicamente, para esses soldados. Comentando sobre a censura das cartas enviadas e recebidas pelos pracinhas ele destaca que

as letras às vezes são firmes e ágeis, outras, lerdas e brancas. Mas todas contam as mesmas saudades – saudades de Itapeceira, Minas, de Rosário do Catete, Sergipe, de Birigui, Noroeste do Brasil, São Paulo. Os homens estão à distância de poucos metros um do outro, atrás de suas metralhadoras. Mas cada um tem a sua mira. Este pensa na ‘Gentil senhorita Anita Carvalho, Rua Francisco Sardinha, 749, aos cuidados do Armazém Sardinha, Engenhoca, Niterói’, aquele se dirige ao Sr. Firmino Isaías de Mendonça, Rua Duque de Caxias, 74, aos cuidados do Sr. Eugênio Francisco de Araújo, Nova Friburgo.<sup>113</sup>

Os relatos que envolvem a família demonstram a necessidade dos soldados em projetar um futuro estável e idealizado a partir de suas experiências anteriores à guerra como mostra o correspondente de guerra Joaquim Xavier Silveira. “Separados pelo Atlântico, das terras do Brasil e no meio das lides do combate, em plena guerra, sentíamos as saudades infindas de nossos entes queridos, de nossa Pátria, de nossos hábitos e costumes. Voávamos, em pensamento, ao encontro desses seres distantes, mas tudo ficava na imaginação.” Ele conclui dizendo que apenas as correspondências eram capazes de amenizar esse sentimento gerado pela guerra.<sup>114</sup>

Em seu diário, o correspondente de guerra demonstra ainda o quão delicado se tornou a palavra morte durante o período de guerra, pois “o verbo, aliás, era ‘sobrar’,

---

<sup>112</sup> VIEIRA, Joel Lopes. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 5, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p. 228.

<sup>113</sup> VIOTTI, Cássio Abranches. *Crônicas de Guerra: a força expedicionária brasileira na Itália*. s/ed, 1998. pp. 174-175.

<sup>114</sup> SOBRINHO, Raimundo de Castro. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 2, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p. 84.

pois não se falava em morte. Nunca tocávamos em morte nas nossas conversas e quase nunca mencionávamos o nome dos que tinham sobrado”.<sup>115</sup>

O medo de morrer ou da morte de companheiros também foi destacado pelos veteranos da FEB como uma das experiências mais significativas. Segundo narrou o veterano Enéas de Sá, “não vou dizer que não tive medo. Quando começam a cair as granadas de artilharia e o combatente é iniciante, ele fica meio nervoso e irrompe um pouquinho de ‘paura’ (medo); isto não deixa de correr; mas há homens em que o medo é maior; a minha “paura” era tolerável, dava para suportar; Deus me ajudou, até que, no fim, saí são e salvo. Graças a Deus, estou aqui contando estas histórias [sic]”.<sup>116</sup> A questão do medo aparece com frequência nos depoimentos dos soldados que tiveram a experiência de combate e representa um momento no qual os indivíduos se reconhecem como pertencentes ao conflito e suas imprevisíveis conseqüências.

Após recolher dois companheiros mortos pela artilharia alemã, um comandante de grupo de combate, o veterano Enéas de Sá revela que sentiu medo em função das circunstâncias do ataque. Segundo seu relato

ambos tinham sido vitimados por uma granada de morteiro que caiu dentro do buraco, uma toca mais ou menos grande, que servia para dois homens. Eu até gostava de dormir sozinho naquele lugar. Foi a primeira vez eu tive medo, pela manhã sempre encontrava covas conseqüência de arrebentamentos da Artilharia, de morteiros; toda a noite cavava mais um pouco o abrigo para me proteger. Eu tinha medo e acho que todos eles, também.<sup>117</sup>

A análise dessas entrevistas revelou que as experiências de guerra foram fundamentais para que a religiosidade dos indivíduos pudesse organizar o caos da natureza dessas experiências. Assim, a família e o medo da morte tornaram-se pontos de referência numa dialética, constantemente equilibrada através da espiritualidade, o que garante destaque a esses elementos na formação da identidade dos soldados que participaram da guerra na Itália, chamados de veteranos da FEB.

---

<sup>115</sup> SILVEIRA, Joaquim Xavier. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Bibliex, 2001. p. 57.

<sup>116</sup> SOBRINHO, Raimundo de Castro. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 2, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p. 86.

<sup>117</sup> ARAÚJO, Enéas de Sá. Depoimento. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 3, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. p. 106.

Com o fim da guerra, esse conjunto de vivências passa por um processo de seleção, ou seja, os atores sociais que constituem esse grupo de veteranos iniciam a sua mobilização política e social a partir da eleição de símbolos e valores resignificados pela experiência de guerra. Esses símbolos e valores, o nacionalismo, o patriotismo, a família, o medo da morte e a religiosidade, foram relacionados no processo de formação de suas identidades devido a sua abrangência coletiva em relação ao grupo.

No segundo momento de formação dessas identidades no pós-guerra, a construção de memórias coletivas baseadas nas experiências dos soldados institui uma divisão entre eles. A principal diferença que impõe essa divisão encontra-se na natureza da autoconstrução de uma memória coletiva que sustente a identidade do grupo. Nesse caso, tem-se a formação da memória dos veteranos FEB e a memória dos ex-combatentes, militares que incorporaram à FEB, mas não tiveram a experiência de guerra na Itália. Essa diferenciação é reforçada pelo significado atribuído pelos veteranos de guerra à sua participação em operações de combate no *front* italiano em relação aos ex-combatentes, que atuaram no litoral do Brasil ou não foram enviados para a campanha na Europa.

Por fim, no pós-guerra, percebe-se um processo de construção das memórias coletivas dos veteranos da FEB e dos ex-combatentes, o que delimita os contornos dessas identidades assumidas pelos grupos. Nosso foco de análise se restringe ao processo de formação da memória coletiva dos veteranos da FEB e dos ex-combatentes, organizados em duas associações distintas. No próximo capítulo, destacaremos a importância dos símbolos ou valores religiosos presentes nesse complexo simbólico, através da construção de uma memória coletiva da guerra pelos soldados que dela participaram.

Por fim, no pós-guerra, percebe-se um processo de construção das memórias coletivas dos veteranos da FEB e dos ex-combatentes, o que delimita os contornos dessas identidades assumidas pelos grupos. Nosso foco de análise se restringe ao processo de formação da memória coletiva dos veteranos da FEB e dos ex-combatentes, organizados em duas associações distintas e através da construção de lugares de memória. No próximo capítulo, destacaremos a importância dos símbolos ou valores religiosos presentes nesse complexo simbólico, através da construção de uma memória coletiva da guerra pelos soldados que dela participaram.

Nesse capítulo foi possível perceber que as experiências de guerra foram significativas para a construção identitária desses soldados. Através de vestígios de suas memórias individuais, relatos, diários e correspondências, foi possível perceber que muitas dessas experiências foram significadas religiosamente. Destacamos trechos representativos dessas experiências, além de analisar o papel dos capelães no apoio espiritual às tropas. A presença desses capelães foi de fundamental importância na mediação entre os soldados e o sagrado no processo de significação de suas experiências de guerra. Alguns deles, mesmo sem o contato direto com os capelães, relataram também que sua religiosidade foi reforçada durante o conflito.

Destacamos ainda que a crise de plausibilidade causada em função da guerra contribuiu para que essas experiências fossem vivenciadas religiosamente, tanto por soldados como por seus familiares. O destaque do aspecto religioso nesses casos corresponde a sua capacidade de servir de escudo à anomia. Essa necessidade de organização das experiências no cotidiano do *front* foi demonstrada de diferentes formas e mostrou-se presente na maioria das fontes consultadas.

No pós-guerra, essas identidades entram em conflito com os interesses do Estado Novo, seguido de um afastamento por parte do Exército. Assim, a ressocialização dos soldados da FEB depende de sua organização e da luta por seus direitos políticos. A busca por reconhecimento leva à criação de uma memória que legitime as experiências vividas durante o conflito. A partir desse momento, surgem classificações para os febianos, identificados pela natureza de suas experiências de guerra.

### **CAPÍTULO 3: OS (NÃO) LUGARES DO SAGRADO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA FEB**

O objetivo deste capítulo é analisar a presença e o sentido dos símbolos religiosos na construção de um imaginário coletivo pelos veteranos da FEB sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, representado por um lugar de memória significativo nesse complexo simbólico. Interessa investigar, na construção dessa memória, o processo de seleção e de julgamento dos acontecimentos, o que garante aos sujeitos o status de vítima ou de herói, percebidos através dos discursos de agentes envolvidos na construção de associações de ex-combatentes e veteranos, além de outros lugares de memória, em âmbito regional. Por fim, interessa também identificar a presença de símbolos e tradições católicas no Exército, considerando Caxias e Frei Orlando como representantes simbólicos desse processo.

Para compreender essas tradições e símbolos, é necessário situá-las em um quadro maior por meio de uma descrição dos aspectos externos e internos relacionados ao processo de construção da memória da FEB. Para analisar a construção dessa memória no pós-guerra consideramos três fases que representam momentos significativos para a organização simbólica de uma memória da FEB. A primeira de 1945 a 1947, pois ainda na Itália alguns soldados discutiam sobre a criação de uma associação de ex-combatentes para representar o grupo, mas, desde o desembarque no Brasil, as tropas brasileiras tornaram-se alvo da ditadura varguista. Houve também um afastamento em relação às Forças Armadas, o que reforça a necessidade da criação da Associação de Ex-Combatentes do Brasil - AECB e o chamado “desfile do silêncio” em

1947, medidas que levam a uma reaproximação entre os ex-combatentes brasileiros, o Exército e a sociedade civil.

A segunda fase, de 1950 a 1960, resulta na necessidade de reconhecer o esforço de guerra da FEB, um processo marcadamente influenciado pelo Marechal Mascarenhas de Moraes o chefe da já extinta força expedicionária. Para isso foi constituída a comissão de repatriamento e posteriormente o edital para a construção física do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, o que permitiu o traslado dos soldados mortos em combate para o Brasil. O monumento inaugurado em 1960 marca um discurso cívico sobre a morte, uma característica encontrada também em outros momentos relacionados a homenagens regionais.

Por fim, consideramos a criação da Associação dos Veteranos da FEB – ANVFEB como uma tentativa de legitimação de um tipo específico de veteranos de guerra. A criação dessa instituição indica o caráter plural das identidades e das memórias construídas por esses indivíduos, uma vez que nos efetivos da FEB podemos diferenciar seus participantes da seguinte forma: civis e militares da ativa, convocados e voluntários, “saco A” e “saco B”<sup>118</sup>, ex-combatentes e veteranos. As distinções correspondem ao tipo de experiências vividas durante o conflito e leva em conta também o seu passado, na construção das memórias individuais e coletivas. Essa instituição foi criada em 1963, como Clube dos Veteranos da Campanha da Itália e, em 1972, passou a ser chamada de Associação Nacional dos Veteranos da FEB – ANVFEB.

Percebe-se então que nos anos iniciais do pós-guerra ocorrem simultaneamente dois processos relevantes para a construção da memória da FEB: o primeiro compreende as disputas políticas entre Vargas e os militares, o que dificulta a ressocialização desses indivíduos; o segundo processo relevante é a criação da AECB, em 1945, uma medida que permitiu aos ex-combatentes brasileiros organizarem-se na luta por seus direitos e pelo reconhecimento do esforço de guerra.

---

<sup>118</sup> As expressões correspondem a uma analogia entre a atividade no front e o equipamento dos soldados. Desta forma, os soldados de linha de frente, isto é, aqueles que atuam diretamente contra o inimigo são chamados de “saco A”, uma mochila de lona que o soldado dispunha de seus itens necessários para o combate e por isso trazia consigo para a retaguarda. Já aqueles soldados que atuavam em serviços referentes a burocracia, aspectos internos da retaguarda (hospital, cozinha, depósito, etc...), ou seja, estiveram no *front* mas não participaram ativamente de combates foram chamados de “saco B”, uma mochila de lona na qual o soldado trazia itens menos necessários para as atividades de frente.



Neste sentido, cabe ressaltar que a pesquisa indica que mesmo após a reconciliação entre o Estado, as Forças Armadas e os veteranos da FEB ainda reside no discurso de muitos ex-combatentes o descontentamento em perceber que seu esforço de guerra não foi reconhecido pela sociedade. Desta forma, a construção de memórias individuais sobre a FEB, por vezes, apresentam um ressentimento que destaca o aparente esquecimento das autoridades militares e civis em relação aos ex-combatentes. Por outro lado, pudemos identificar processos regionais e nacionais de construção de lugares de memória relativos à FEB e seus atores. Uma tentativa dos veteranos brasileiros em fazer com que o reconhecimento de seu esforço de guerra faça parte do imaginário coletivo da sociedade, seja a nível regional ou nacional. Para analisar a relação entre esse esquecimento e a criação de espaços públicos de memória da guerra, optamos pela proposta de Pierre Nora e Henry Rousso, um de seus comentadores.

Parte integrante desse esforço de memória é a seleção dos acontecimentos e também sua valorização através de um julgamento moral. Isso se torna relevante no caso dos expedicionários da FEB visto que há uma necessidade interna de diferenciação das experiências vividas pelos indivíduos e também permite a criação de um discurso que valoriza a figura do herói. Essa proposta, desenvolvida por Tzvetan Todorov, considera que os governos totalitários do século XX desenvolveram mecanismos eficientes no controle da memória, isto é, nos processos sociais de construção e rememoração do passado.

Por fim, ocorre também uma aproximação entre os expedicionários e as Forças Armadas. Com o reconhecimento do passado da FEB como parte constituinte do passado do Exército que deve ser glorificado, temos a criação de símbolos e práticas, que compõem a tradição militar brasileira e são significados de acordo com os objetivos da instituição. Por isso, optou-se pela análise feita por Celso Castro em “A invenção do Exército Brasileiro” para entender a criação de tradições e símbolos relacionados à memória da FEB na história do Exército Brasileiro, com destaque para a presença e para o papel de dois atores relevantes na invenção de tradições religiosas no Exército.

Com a volta dos soldados para o Brasil, inicia-se o processo de construção da memória coletiva do grupo e a ressocialização dos soldados integrantes da FEB, mesmo dos grupos que não participaram das atividades bélicas na Itália. Neste sentido, cabe considerar dois aspectos relevantes que influenciam o processo de construção de uma memória da FEB.

O primeiro aspecto a considerar foi o impacto político da volta dos expedicionários ao Brasil, que se tornaram uma ameaça à ditadura Vargas e causam uma cisão entre os militares brasileiros. Além disso, ocorre um gradativo processo esquecimento dos expedicionários no imaginário coletivo da sociedade brasileira, que, por sua vez, lutam pelo reconhecimento legal e moral de suas experiências de guerra.

Assim, a partir da chegada ao Brasil, os combatentes foram recebidos com aclamação cívica e popular. Por outro lado, a FEB foi dissolvida ainda em solo italiano, uma medida preventiva tomada por Vargas, o que levou a uma cisão entre os militares que regressavam e os militares destacados para a composição da comemoração.

Devido ao contexto político do Brasil ao final da guerra, a FEB ganhou a conotação de um Exército libertário, que lutou pela democracia, o que lhe atribuía um caráter revolucionário. Do outro lado, estão os militares da ativa que não tomaram parte no conflito e atuam na defesa do Estado Novo.

Assim, a recepção aos veteranos foi marcada por festividades e comemorações cívicas. No Rio de Janeiro, por exemplo, foi criada em junho de 1945 a comissão de Honra de Recepção da FEB, formada por ministros militares e civis, diplomatas, dentre outras autoridades.<sup>119</sup> O objetivo dessa comissão era o de organizar e fiscalizar as cerimônias e festividades.

Somou-se ao clima de comemorações da vitória brasileira a valorização dos soldados regressos, agora recebidos como heróis. E por isso muitos pracinhas desfrutaram de suas glórias e do dinheiro recebido, alguns rapidamente. A adaptação ao cotidiano social pacífico resultou também em alguns casos de violência contra os ex-combatentes e em ocorrências provocadas por excessos por parte dos próprios veteranos.

Desta forma, os problemas de ressocialização e a falta de uma legislação eficiente para respaldar social e legalmente os veteranos levaram, gradativamente, a um processo de esquecimento dos veteranos da FEB no imaginário coletivo da sociedade brasileira.

---

<sup>119</sup> FERRAZ, Francisco César. *A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 145.

Sobre o reconhecimento legal das experiências de guerra Francisco César Ferraz argumenta que

a partir dos anos 60, a política brasileira de amparo ao ex-combatente também começaria a seguir a trilha da concessão de aposentadorias e, no final dos anos 80, de pensões a todos os considerados ex-combatentes. A inovação, com relação às práticas de outros países, é que a extensão dos benefícios àqueles que não participaram diretamente das operações de guerra tornou-se tão generalizada que o número de não veteranos suplantou o número daqueles que realmente estiveram em missões de combate no Teatro de Operações.<sup>120</sup>

Mas a conquista desses direitos resulta da atuação política dos veteranos de guerra, combatentes ou não, organizados em associações. A idéia foi cogitada ainda em solo italiano e, em 01 de outubro de 1945, foi fundada sob o nome de Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – AECEB, o primeiro órgão representativo dos membros da já extinta FEB. Já na década de 1960, surge uma segunda instituição desse gênero, porém mais restritiva, pois representa os direitos e interesses apenas daqueles que efetivamente participaram de atividades bélicas.

Com isso temos dois tipos de órgãos representativos dos expedicionários, a AECEB e a Associação Nacional dos Veteranos da FEB - ANVEFEB, criada em 1963 e inicialmente chamada de Clube dos Veteranos da Campanha da Itália, ambas originadas pela mobilização política de militares da ativa ou civis, cujo objetivo é garantir sua representação política e constitui também um esforço de memória desses indivíduos. A diferença entre as associações também delimita uma diferenciação entre os tipos de ex-combatentes e com isso delimita os pré-requisitos para a filiação como sócio.

Nesse sentido, Francisco Cesar Ferraz considerou a AECEB e a ANVEFEB (e suas respectivas filiais) como espaços públicos nos quais expedicionários familiares e

---

<sup>120</sup> FERRAZ, Francisco César. *A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 220.

simpatizantes atuam como agentes de memória. Por sua vez esse espaço público é considerado um lugar de memória, tanto no aspecto físico como no simbólico.<sup>121</sup>

A primeira instituição, AECB, considera como “ex-combatentes” não expedicionários aqueles que foram treinados e ficaram à disposição do país durante o período de guerra, ou seja, reconhece que essas atividades compõem o esforço de guerra brasileiro. Já a ANVFEB foi uma entidade criada por veteranos que tiveram a experiência de combate na Itália. É uma instituição que visa representar os expedicionários segundo sua acepção inicial no qual o termo ex-combatente era usado para caracterizar aqueles que tomaram concretamente parte em atividades na Campanha da Itália ou no patrulhamento do litoral do país.

Apesar das diferenças entre as instituições analisadas, o historiador argumenta que “não houve cisão, mas colaboração mútua nas políticas da AECB e da ANVFEB. Esta última, contudo, reúne menos membros e tem menos sedes que a AECB. Participam das mesmas solenidades, em clima cordial e solidário, e convidam-se entre si, nas cerimônias e eventos que promovem. Nestes momentos, é possível diferenciar os membros de uma e de outra pelas boinas de cores diferentes, verdes para a AECB e azuis para a ANVFEB”.<sup>122</sup>

Essas instituições foram fundamentais no processo de construção da memória da FEB, criando arquivos, museus, bibliotecas especializadas, dentre outras. Além de sua função política na defesa dos direitos e no amparo social dos veteranos, essas instituições inicialmente estimulam a realização de cerimônias e solenidades não militares (palestras, sessões solenes, celebrações religiosas, festas, dentre outros) num esforço de memória sobre esse passado.<sup>123</sup>

Desta forma consideramos que o processo de esquecimento social iniciado após a chegada dos expedicionários dificulta a valorização dessas memórias, que não integram imediatamente o imaginário coletivo da sociedade brasileira. Entretanto, a

---

<sup>121</sup> FERRAZ, Francisco César. *A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 241.

<sup>122</sup> FERRAZ, Francisco César. *A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 247.

<sup>123</sup> FERRAZ, Francisco César. *A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 331.

partir da organização desses indivíduos nas associações descritas acima, ocorre um esforço de memória que visa valorizar esse passado e reconhecer a experiência de guerra desses indivíduos.

Concorrem paralelamente então dois processos: um esquecimento da memória da FEB no imaginário coletivo brasileiro e também um esforço de memória desses indivíduos, que buscam neste aspecto o reconhecimento moral dessas experiências.

Os esforços para comemorar os feitos e conquistas da FEB se desenvolvem durante a década de 1950, período de crescente esquecimento em relação à FEB ainda. Isso ocorre em função de uma aproximação entre os expedicionários da FEB e as Forças Armadas brasileiras, através do diálogo entre representantes das associações e das respectivas repartições militares nas três armas. Desta forma, as associações constituíram-se como entidades interlocutoras entre os membros da já extinta FEB que reivindicam seus direitos de guerra e o Exército, instituição aqui analisada, que concede alguns benefícios a esses indivíduos. Dentre os benefícios concedidos, considera-se o pagamento de pensão, indenizações, amparo hospitalar, dentre outros, pois alguns resultam de processos jurídicos e outros como medidas de amparo estabelecidas em acordo entre as instituições.

No campo simbólico, sobretudo no tocante à memória, essa relação de solidariedade permite também que o Exército incorpore os sentidos e significados produzidos pelo esforço de memória dos veteranos e desta forma inicia um processo de reconhecimento desse passado como parte integrante da história do Exército, moldado segundo seleções e interpretações de militares que participam dessa construção. Exemplo disso foi a criação, em 1950, da comissão de repatriamento dos mortos enterrados no Cemitério Militar da cidade de Pistóia e posteriormente com a conclusão do projeto do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, um lugar de memória construído para valorizar o esforço de guerra dos brasileiros.

Sobre o Cemitério Militar de Pistóia cabe destacar que sua construção ocorreu em 02 de dezembro de 1944, devido à dificuldade em sepultar os soldados mortos em outros locais usados para esse fim dado à distância dos locais. Por isso, outros locais receberam também corpos de soldados brasileiros distribuídos desta forma: Cemitério Municipal de Tarquinia (02); Cemitério Militar Americano de Folonica (01); Cemitério Militar Americano de Vada (65); Cemitério Civil de Vada (02); Cemitério Americano

de Nápoles (02) e Cemitério Americano de Roma (01). No Cemitério Militar Brasileiro em Pistóia constam 187 soldados e o total de sepultados na Itália foi de 260.<sup>124</sup>

A construção desse monumento, considerado como um lugar de memória para os febianos torna-se importante para a análise dos símbolos e significados religiosos relacionados à FEB devido a dois aspectos. O primeiro está relacionado ao repatriamento dos restos mortais dos soldados brasileiros, uma medida tomada pelo Exército em meados da década de 1950. Já o segundo, a uma apropriação simbólica do esforço de guerra da FEB, por parte do Exército brasileiro que se encarrega de reconhecer e resignificar esses acontecimentos relacionados à Segunda Guerra Mundial e também consagra um discurso cívico sobre a morte na inauguração do monumento em 1960.

### **3.1 O sagrado nos lugares de memória da FEB: a criação do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial**

Henry Rousso argumenta que a história da memória já se tornou um campo específico de estudo no início dos anos 1980. Sua proposta de análise retoma as obras de Pierre Nora e de Maurice Halbwachs. O autor considera a existência de uma memória coletiva, mas esse caráter coletivo não implica numa totalidade.

Para ele, cabe à memória coletiva

garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Mas essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de toda uma nação.<sup>125</sup>

---

<sup>124</sup> CASTRO, André da Silva. *Cemitério Militar brasileiro na Itália: Relatório sobre o Cemitério Militar Brasileiro*. Disponível em: <[http://www.anvfeb.com.br/cemiterio\\_militar\\_brasileiro\\_na\\_italia.htm](http://www.anvfeb.com.br/cemiterio_militar_brasileiro_na_italia.htm)>. Acesso em: < 10 jan. 2011>.

<sup>125</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 2. ed. São Paulo: CPDOC-FGV, 1998, pp. 94-95.

Sua proposta considera que a necessidade de caracterização e diferenciação entre história e memória já foi superada. Pois “o próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa essa oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender”.<sup>126</sup> Assim, a história da memória torna-se um exercício crítico do historiador à história erudita.

A valorização dos sujeitos enquanto narradores de um passado inacessível, considerados como fontes orais, permite ao historiador investigar os vestígios das vivências desses indivíduos. Desta forma, a recordação do acontecimento ganha a mesma importância do próprio acontecimento, na tarefa dos historiadores.

Henry Rousso conclui que houve uma evolução na história da memória na França e ressalta que em todo contexto cabe uma historiografia adequada, como, por exemplo, na ex- URSS onde a História foi usada para legitimar a opressão, essa relação entre memória e história se coloca de maneira distinta.

Desta forma, o objetivo desta análise é destacar a criação de um desses lugares de memórias dos veteranos da FEB e suas implicações na construção de uma memória coletiva, a partir do pós-guerra. Merece destaque, dentre os lugares de memória considerados pelos veteranos da FEB como tal, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, inaugurado em 1960.

Pierre Nora analisa a história da memória e seu desenvolvimento na França, demonstrando um processo de transformações que relaciona a memória e a história. Para o historiador, o desenvolvimento da história da memória representa, na França, uma história da História, isto é, o surgimento de uma consciência historiográfica. Esse exercício crítico permite a transformação de uma história-memória numa tradição baseada na memória coletiva como fonte de verdade.

O autor destaca ainda que a industrialização, a mundialização e a democratização são processos da memória. As gradativas transformações históricas das sociedades afetadas pelas mudanças da modernidade levam ao fim das sociedades-memória, isto é, as sociedades tradicionais.

Essa crise de memória aumenta, sobretudo, a partir da modernidade. A racionalização, a laicização das sociedades, a tomada de consciência do homem,

---

<sup>126</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 2. ed. São Paulo: CPDOC-FGV, 1998, p. 97.

entendido agora como agente ativo na empreita histórica, levam à adequação da história e da memória. Sua definição conceitual se baseia numa relação de oposição entre memória e história.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.<sup>127</sup>

Nas sociedades tradicionais ou arcaicas, a memória coletiva une o homem ao mundo, pois representa o modelo e os segredos desse grupo. São características dessa memória: é integrada, ditatorial e inconsciente de si, é uma memória sem passado que liga e significa o tempo ancestral, os mitos, as origens ao presente vivido. Diversamente, as sociedades modernas estão condenadas ao esquecimento e a memória, que agora indica vestígios de um passado inacessível.

O surgimento de uma consciência historiográfica na França resulta da aceleração da história da memória. “O nascimento de uma preocupação historiográfica, é a história que se empenha em emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela”.<sup>128</sup> Esse exercício metalingüístico leva à subversão de uma história-memória em uma história-crítica.

Na França, a história busca questionar a tradição, o que indica que os indivíduos não se identificam mais com essa herança. Assim, a historiografia questiona a história e a Nação, que aparentemente poderiam cristalizar uma tradição de memória, como por exemplo, com a III República na França. Mas a crise do nacionalismo leva progressivamente à mudança de idéia sobre o binômio Estado-Nação, passando à nova relação, o Estado-sociedade. A Nação não é mais reconhecida como quadro unitário de referências da consciência coletiva.

Resultado dessa crise na cristalização de uma tradição de memória é que “com a emergência da sociedade no lugar e espaço da Nação, a legitimação pelo passado,

---

<sup>127</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 9.

<sup>128</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 10.



portanto pela história, cedeu lugar à legitimação pelo futuro. O passado, só seria possível conhecê-lo e venerá-lo, e a Nação, servi-la; o futuro, é preciso prepará-lo. Os três recuperam sua autonomia. A nação não é mais um combate, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social; e a memória um fenômeno puramente privado”.<sup>129</sup> Com essas mudanças, surge a proposta de estudar a memória, a partir, dos chamados lugares de memória e sua relação com o passado.

Pierre Nora afirma então que o estudo dos lugares de memória encontra-se entrecruzado por dois movimentos, de um lado um movimento historiográfico, como exercício reflexivo da história sobre si e um movimento histórico, consolidado pelo fim de uma tradição de memória. Assim, considera que

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria.<sup>130</sup>

O sentimento de que não há uma memória espontânea na sociedade que se dessacraliza leva o homem à necessidade de criação de arquivos, manutenção de aniversários e comemorações, ou seja, a necessidade de criar e manter vestígios de uma memória construída pela história. A mudança de paradigma, segundo Pierre Nora, representa um conjunto de mudanças na compreensão do passado e com isso, a passagem de uma história totêmica para uma história crítica.

Nas sociedades desligadas da memória coletiva como fonte unitária de sentido, cujo mito e a tradição são suficientes para manter o equilíbrio entre o homem e o mundo, residem os lugares de memória e suas representações, constituindo uma nova forma de relação que busca resignificar os vestígios do passado.

Assim, aquilo que chamamos de memória, na contemporaneidade, passa ao campo da história, pois a necessidade de memória é própria da história. Surgem então duas formas diferenciadas de entender a memória e sua passagem pela história, pois a

---

<sup>129</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 12.

<sup>130</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 13.

memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea: psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante.<sup>131</sup>

Essa pluralização do campo de memórias, agora intimamente ligadas a grupos sociais, etnias, religiões, dentre outras, revela uma memória arquivística que se empenha na preservação de vestígios do passado. Esse processo traduz-se numa materialização da memória que dilatou-se, desacelerou-se, descentralizou-se e democratizou-se e a isso se deve também à multiplicação de arquivos e instituições de memória. A democratização e a descentralização da memória permitem que surjam novos arquivos e fontes de vestígios memoriais, ao contrário dos tempos clássicos quando havia um controle por parte da Igreja, do Estado e das grandes famílias sobre esses acervos.

Essas mudanças encerram a necessidade de memória, que é substituída por uma vontade geral de registro. Assim, os arquivos mudam de sentido e de *status*, pois “ele não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Ele dubla o vivido, que se desenvolve, muitas vezes, em função de seu próprio registro – as atualidades são feitas de outra coisa? – de uma memória secundária, de uma memória – prótese”.<sup>132</sup> A passagem da memória ao campo da história leva a uma consciência de uma memória historicizada.

Essa transformação obriga os grupos a redefinir suas identidades em relação a sua própria história, ou seja, “o fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história”.<sup>133</sup> A transformação da memória em história leva a primeira ao campo da psicologia individual, pois quem lembra, agora, é o indivíduo. A isso Pierre Nora esclarece que, além do desabamento do mundo rural no final do século XIX, a memória ganha o centro da reflexão filosófica com Bérson,

---

<sup>131</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 15.

<sup>132</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 16.

<sup>133</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 17.

Freud e Proust. Há um “deslocamento decisivo que se transfere da memória: do histórico ao psicológico, do social ao individual, do transmissivo ao subjetivo, da repetição à rememoração. Inaugura-se um novo regime de memória, questão daqui por diante privada”.<sup>134</sup>

O terceiro passo dessas transformações está na relação que o sujeito mantém com seu passado. A laicização da sociedade quebra a relação de equilíbrio entre o indivíduo e o passado mitológico. Pois, “a perda de um princípio explicativo único precipitou-nos num universo fragmentado, ao mesmo tempo em que promoveu todo objeto, seja o mais humilde, o mais improvável, o mais inacessível, à dignidade do mistério histórico”.<sup>135</sup> O passado na contemporaneidade está distante do indivíduo, que o reconhece apenas intelegivelmente.

O fim das tradições de memória e das formas da memória-nação, como fontes unitárias de sentido capazes de definir a identidade e a origem dos grupos, é substituída por uma vontade geral de registro, na qual o passado é construído historicamente e os grupos buscam vestígios de seu passado para construir suas identidades. O passado torna-se uma produção histórica, investida de sentidos e significados, através da constituição dos lugares de memória.

Pierre Nora considera que os lugares de memória a partir de três aspectos, a saber, material, simbólico e funcional. Entretanto, os lugares de memória necessitam de um investimento simbólico, de rituais e de uma função (cristalizar a lembrança e permitir sua transmissão). Esses aspectos se relacionam e coexistem conjuntamente para caracterizar um lugar de memória.

Podem ainda existir lugares de história, o que não implica um lugar de memória necessariamente, para isso é necessário que haja vontade de memória. Caso não ocorra essa vontade, cujo objetivo é cristalizar essa lembrança, caracteriza-se um lugar de história. O surgimento de lugares de memória depende, então, dos objetivos dos grupos que querem preservar e transmitir os valores e significados de um passado construído. Cabe ao historiador, através de um exercício reflexivo sobre esse processo, investigar o passado a partir da formação de um conjunto simbólico de lembranças cristalizadas na

---

<sup>134</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 18.

<sup>135</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 19.

forma de lugares de memória, que traduzem a auto-imagem construída pelo grupo que recorda.

Neste sentido, as historiadoras Ana Maria Mauad e Daniela Ferreira Nunes analisaram o processo de construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial como parte constituinte do imaginário coletivo brasileiro sobre a Segunda Guerra Mundial, considerando esse espaço como um lugar de memória.<sup>136</sup>

Ao longo desse processo, iniciado em 1952, cabe destaque a atuação do marechal Mascarenhas de Moraes, sobretudo em dois aspectos do discurso sobre a morte. Assim, “o primeiro destaca a morte como um fato cívico, posto que o mesmo comandante responsável pela saúde e segurança da tropa é também aquele que tem a missão de enterrá-los, de devolver à terra natal os corpos dos heróis que a defenderam, mesmo longe dela. Já o segundo diz respeito à construção de uma memória pública sobre a morte”.<sup>137</sup> Esses aspectos tornam-se claros no ritual de inauguração oficial do monumento, com destaque nas figuras do próprio marechal e também do presidente da República, na época Juscelino Kubitschek.

A análise dos aspectos internos da construção do monumento foi descrita em três etapas, a saber, de 1952 a 1955; de 1955 a 1956; de 1956 a 1960. O primeiro momento constitui-se a partir da criação da comissão de repatriamento aos Mortos do Cemitério de Pistóia, criado em 1952, presidido por Mascarenhas de Moraes e formado exclusivamente por militares do Exército e da Aeronáutica. Por isso, coube à comissão o traslado dos restos mortais dos soldados sepultados na Itália e para isso a construção de um monumento capaz de abrigá-los satisfatoriamente.

A segunda parte desse processo decorre da seleção dos projetos arquitetônicos analisados por uma comissão técnica e uma comissão julgadora, por sua vez, presidida pelo marechal Mascarenhas de Moraes. Ao final das etapas de avaliação dos projetos, foram selecionados três dos cinco finalistas. A escolha final elege o projeto dos arquitetos Marcos Konder e Hélio Ribas Marinho.

Concluída a seleção dos projetos, foi aberto um crédito de Cr\$ 50.000.000,00 para a conclusão das obras. No ano seguinte, 1957, iniciam-se efetivamente os trabalhos

---

<sup>136</sup> MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 73.

<sup>137</sup> MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 76.

sob a supervisão de Mascarenhas de Moraes. Durante as construções foram feitas várias exposições com os projetos premiados, uma medida que reforça o aspecto simbólico e material desse lugar de memória, ainda em processo de construção em ambos os sentidos.

Em 1959 e 1960, ocorrem duas complementações desse processo. Pela Lei nº 3.645, de 15 de outubro de 1959, o monumento foi incorporado ao patrimônio das Forças Armadas, sob a chefia e administração do Ministério da Guerra. Já em 1960, foi criado através do decreto nº 48.071 o regulamento do monumento, assinado pelas pastas militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

O respectivo regulamento estabelece medidas para a preservação da memória da participação brasileira na Guerra, sob o aspecto arquivístico e também ritual. Além do traslado dos restos mortais dos soldados, o documento prevê a criação de um acervo de peças relacionadas aos acontecimentos e também a criação de uma biblioteca especializada. No aspecto simbólico, há uma valorização da figura do soldado desconhecido e, por isso, uma chama é mantida acesa em sua homenagem, além da necessidade de promover solenidades referentes a datas comemorativas da guerra.<sup>138</sup>

De acordo com o aspecto físico do monumento destacam-se três ambientes com atribuições específicas, a saber,

o Túmulo do Soldado Desconhecido, local reservado para as homenagens referentes à guerra; o mausoléu, destinado à oração e ao recolhimento espiritual dos visitantes e o museu, dividido em três partes – seção de objetos e condecorações, seção de biblioteca, filmoteca, filatelia, mapoteca e a seção de arquivo, destinada a guardar toda a documentação escrita, gravada e fotográfica, relativa à participação do Brasil no conflito. Tal ambientação fornece ao monumento um caráter múltiplo e dinâmico, corroborado pelo seu funcionamento cotidiano.<sup>139</sup>

A conclusão desse espaço, como um lugar de memória, ocorre finalmente em 1960, com a solenidade oficial e a colocação das urnas nos lugares destinados. Nesse ritual que consagra um discurso cívico sobre a morte, Mascarenhas de Moraes e o Presidente da República representam os ícones dessa transformação carregando a urna

<sup>138</sup> MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 81.

<sup>139</sup> MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 81.

do Soldado Desconhecido. O local escolhido para o monumento foi o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, no Aterro do Flamengo, onde funciona também um museu aberto a visitas durante a semana.

Desta forma, a criação desse monumento, cujo caráter representativo é de abrangência nacional, indica uma valorização da participação brasileira na Segunda Guerra, valorizando as Forças Armadas e também outros atores sociais, como a população brasileira vítima dos torpedeamentos no litoral do país em 1942, por exemplo. O objetivo simbólico desse monumento, segundo as autoras citadas, foi delimitado por treze temas mais relevantes para a representação e valorização dos acontecimentos. Dentre eles, o Túmulo do Soldado Desconhecido ganhou destaque na forma do sacrifício anônimo dos combatentes brasileiros.

Esses temas organizam um tempo histórico e valorizam as Forças Armadas e a festa da vitória. Os indivíduos são identificados segundo categorias (capelães, enfermeiras, mortos, etc...) aos quais também cabem suas respectivas homenagens.

O projeto executado pela equipe de arquitetos e pintores, Anísio Medeiros, Alfredo Ceschiati, Julio Castelli Filho, e liderada por Marcos Konder e Hélio Ribas optou pela representação de três elementos externos que compõe o monumento. São eles

um grupo escultórico no primeiro plano, homenageando os pracinhas; dois painéis em cerâmica, nas laterais, exaltando as Marinhas de Guerra e Mercante, e um elemento construtivo, em chapas metálicas, simbolizando a Aeronáutica. Internamente, um painel a óleo sobre madeira representa a campanha dos soldados brasileiros na Itália. Neste projeto, a preocupação simbólica recaiu mais sobre a ação militar e o caráter cívico que a morte se revestiu, no conflito, do que no aspecto religioso.<sup>140</sup>

Uma dessas mudanças que valorizam o caráter cívico em relação ao aspecto religioso foi a mudança no projeto da escultura dos três soldados que representam as Forças Armadas, que substituiu uma *pietá*, escolhida inicialmente. Nesse caso, cabe destacar a influência de Mascarenhas de Moraes ao longo de todo o processo, já que essa mudança foi feita em acordo entre a equipe vencedora e a comissão responsável pelo edital. O objetivo estético externo do monumento foi o de valorizar a imagem das

---

<sup>140</sup> MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 87.

Forças Armadas numa relação de unidade nacional, embora nos espaços internos se dedique a outros temas também.

A substituição da imagem religiosa pela figura dos três soldados (representantes das três armas) demonstra a necessidade de valorização do esforço de guerra através do patriotismo. Neste sentido, o sacrifício dos mortos em atividades bélicas ganha nesse monumento uma carga simbólica que apresenta a unidade do país e os valores democráticos e patrióticos defendidos pela FEB. Cabe ressaltar que, em certa medida, os familiares dos 468 sepultados e também os companheiros de batalha compartilham sentidos religiosos próprios, que não estão representados esteticamente ou simbolicamente com grande destaque no monumento.

O monumento é significativo quando considerado como um lugar de memória no tocante à história da FEB e do Exército brasileiro. Entretanto, é importante ressaltar que desde 1945 foram criados diversos monumentos em homenagem aos soldados brasileiros, restritos às suas peculiaridades e contextos locais, regionais ou mesmo como demonstrado acima, a nível Nacional.

Segundo dados encontrados no artigo de Uri Rosenheck, apresentados em 2008 no I Seminário sobre a Força Expedicionária Brasileira, realizado na UFRJ, somam um total de 192 monumentos relacionados à história da FEB. E dentre eles cerca de 50% foram criados ainda em 1945.<sup>141</sup>

A maior concentração dessas obras está localizada no Estado de São Paulo. Além disso, há uma predominância desses monumentos na região sudeste e sul, e também números significativos na Bahia e em Alagoas. Assim, “o padrão estabelecido para a representação cívica da morte variou entre: o obelisco, a estátua, busto ou pira e a placa, marco ou bloco. Formas plásticas canônicas para a construção de monumentos públicos, geralmente colocados no centro das praças públicas, acompanhados de inscrições em bronze, aludindo aos soldados da região que participaram do conflito”.<sup>142</sup> Existem ainda sete monumentos que não obedecem esse padrão representativo, dentre eles o próprio Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>141</sup> ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. In: *Revista Militares e Política*. n. 3, jul/dez, 2008, p. 09.

<sup>142</sup> MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 90.

O monumento em questão, devido a sua abrangência nacional e ao caráter cívico representado por ele, constitui um lugar de memória no imaginário coletivo dos veteranos da FEB e também da sociedade brasileira. Pois, “há que se compreender o monumento como um discurso militar sobre a morte, conferindo a ela um conteúdo cívico, que se define na relação sociedade civil-Forças Armadas, onde “dar a vida pela Pátria” significa não somente morrer por ela, como também ‘viver’ por ela”.<sup>143</sup> Desta forma, o discurso militar sobre a morte valoriza o aspecto cívico em relação ao caráter religioso.

Em visita ao monumento em janeiro de 2010, foi possível observar os aspectos até agora descritos. Entretanto, deve-se acrescentar que o aspecto religioso do monumento encontra-se no mausoléu, local reservado ao Túmulo do Soldado Desconhecido e às demais sepulturas dos soldados transladados. Construída sob a forma de uma capela católica, encontram-se perfilados de forma simétrica as lápides dos soldados, além de um espaço para a realização de cerimônias religiosas e um altar para as celebrações. Em julho do mesmo ano, o monumento comemorou seus cinquenta anos de existência com uma cerimônia militar, entrega de medalhas e com a presença de autoridades civis, militares e também com veteranos da FEB.<sup>144</sup>

Ainda no ambiente do mausoléu, existem dois painéis, um com os nomes dos soldados mortos em combate e outro com os nomes das vítimas dos naufrágios causados pelos submarinos alemães em 1942. Por fim, cabe ressaltar a imagem de Nossa Senhora Aparecida que também foi trazida do cemitério italiano. Na placa de identificação da imagem, constam as seguintes informações: “oratório doado ao Cemitério Militar de Pistóia por mães brasileiras em 1945 e transferido para o Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial por ocasião do traslado dos restos mortais dos pracinhas em 1960”<sup>145</sup>. Esse ambiente do monumento caracteriza-se pelo seu aspecto religioso, o que o diferencia dos demais ambientes.

Ocorre então que dos três espaços que constituem o monumento, o mausoléu representa um espaço para o culto aos mortos na Segunda Guerra, onde predomina o aspecto religioso, caracterizado pelo catolicismo. Segundo informações informais dos

---

<sup>143</sup> MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 92.

<sup>144</sup> Consulta ao web site do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Disponível em: < mnm2gm@ig. com .br>. Acesso em: 09 jan. 2011.

<sup>145</sup> Monumento aos mortos da Segunda Guerra Mundial. Placa de identificação.



entrevistados, nesse mausoléu foram realizadas cerimônias em homenagem aos companheiros mortos, como, por exemplo, vigílias no dia do soldado. Entretanto, com o avanço da idade dos membros e a conseqüente redução do número de febianos, essas cerimônias coletivas desapareceram gradativamente. Apesar da ênfase na morte cívica e da retirada da pietá, Nossa Senhora Aparecida acaba ganhando espaço dentro do monumento.

O destaque ao catolicismo consolida aparentemente uma imagem homogênea sob o aspecto religioso, muito embora já se tenha dito que dentre os soldados brasileiros havia várias denominações religiosas. Isso decorre da abrangência simbólica atribuída ao monumento, pois ele representa de maneira geral a participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

Podemos considerar então que o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial apresenta um esforço de memória que unifica os acontecimentos da participação brasileira no conflito, simbolizado pelos mortos em combate e nos naufrágios de 1942. O traslado dos corpos para o Brasil atende também às famílias dos soldados, entretanto, observamos que existiram tentativas de repatriação dos corpos para suas cidades de origem, mas sem sucesso.

Entretanto, ainda residem diferenças em relação à maneira como entendemos os homenageados, sobretudo entre as vítimas dos torpedeamentos e os soldados brasileiros. Essa diferenciação entre vítimas e heróis torna-se interessante na construção da memória dos veteranos da FEB, sobretudo no processo de seleção dos acontecimentos e na valorização dos indivíduos, o que será analisado a seguir.

Por fim, os caminhos encontrados para a preservação de uma memória pública da guerra, através da construção de arquivos, museus, associações, dentre outros levam à construção de uma memória coletiva fundada na criação de lugares de memória e na preservação de vestígios desse passado.

### **3.2 O pós-guerra e a construção da memória: as características da memória coletiva dos veteranos de guerra**

Percebe-se que a luta dos febianos pelo reconhecimento de seus direitos políticos no pós-guerra leva à construção de uma memória pública sobre a FEB através da criação de lugares de memória em diversas partes do país. Por outro lado, ocorre também um processo de seleção e julgamento desse passado, cujo objetivo é organizar a ordem dos acontecimentos cronológicos que serão alvo de destaque. Ainda nesse processo de seleção do passado, há uma valorização de determinados temas e sujeitos, idealizados ou estigmatizados, de acordo com o interesse dos narradores através de um julgamento moral. Desse julgamento do passado surgem discursos, de vítimas e de heróis, disputados pelos agentes envolvidos no processo. No caso dos veteranos da FEB percebemos através dos discursos produzidos nas associações e em cerimônias públicas, como, por exemplo, na inauguração de monumentos. Nos casos apresentados, percebemos que os lugares de memória regionais representam outros eventos e agentes, ligados simbolicamente à FEB pelo compartilhamento de valores comuns.

Para entender esse processo, optamos pela análise desenvolvida por Todorov, já que sua proposta tem o objetivo de entender as mudanças causadas na produção de memórias após a derrocada dos regimes totalitários do século XX, que criam mecanismos para o controle das memórias das sociedades.

Sua análise demonstra que essas ditaduras se empenharam em eliminar os vestígios e informações da memória vigente, com o objetivo de controlar a memória da sociedade. O III Reich, a URSS ou a China são exemplos dessa tentativa, nem sempre bem sucedida de controle total da memória.

Tomaremos os exemplos referentes ao III Reich para descrever os quatro processos de controle da memória usado pelos regimes totalitários, embora existam outros mecanismos. O mais comum foi a supressão de vestígios. Sobre isso ocorrem dois momentos: em 1942, após a derrota de Stalingrado, os nazistas iniciaram um processo de exumação e cremação dos cadáveres. O mesmo acontece nos campos de concentração, pois o objetivo é eliminar as vítimas e os vestígios do massacre. Em outro momento, com a derrocada nazista, durante as evacuações dos campos de concentração houve uma sistemática destruição de arquivos e documentos referentes às atividades internas do campo.<sup>146</sup>

---

<sup>146</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, pp. 135/136.

Um segundo procedimento é a intimidação da população e a proibição ao acesso à informação. No caso dos nazistas, por exemplo, os SS<sup>147</sup> receberam ordens severas para calarem-se em relação aos assuntos ligados aos campos de concentração. A terceira forma de controle da memória e distorção da realidade é o uso de eufemismos. O uso de expressões como “solução final” ou “tratamento especial” são usados para “impedir a existência de certas realidades na linguagem e, assim, facilitar aos executantes o cumprimento da tarefa”.<sup>148</sup> Mas, a medida em que seu sentido secreto é descoberto, é necessário substituir os termos por uma forma mais neutra, o que pode torná-la inutilizável. Ocorre também que esses eufemismos tornam-se linguagens, como a língua do III Reich, por exemplo.

O quarto processo destacado é a mentira ou a propaganda, cujo objetivo é o controle da informação para manipulação da memória. No regime nazista, a propaganda foi amplamente usada para a divulgação do partido, com destaque para a atuação de Goebbels, o ministro da propaganda nazista.<sup>149</sup>

Desta forma, todo ato de reminiscência foi assimilado ao ato de resistência aos regimes totalitários. Todorov adverte que, se nos governos totalitários a memória foi alvo de manipulações e controle, já nas sociedades democráticas a memória não está garantida. Ao invés de controle da memória, nas sociedades democráticas, há um consumo desenfreado de informações, o que transforma os indivíduos em agentes consentidores da marcha para o esquecimento. Então, no pós-guerra, surge uma valorização da memória e um esforço para recuperar esse passado através de um julgamento. Esse momento representa uma nova relação entre esquecimento e memória, é a vida do passado no presente.

Mas esse esforço de memória passa por um processo descrito em três fases que podem se confundir entre si ou se sucederem desordenadamente. O início desse processo de recuperação do passado baseia-se inicialmente no estabelecimento dos

---

<sup>147</sup> As tropas SS inicialmente formavam a guarda de segurança de Adolf Hitler, mas com o passar do tempo tornou-se uma tropa especializada em serviços de segurança. Entretanto com o início da guerra esses militares ocuparam cargos administrativos, alguns relacionados aos campos de concentração, e também tomaram parte em ações de combate, devido a suas qualidades táticas para o conflito.

<sup>148</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 137.

<sup>149</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 138.

fatos, isto é, identificar as testemunhas confiáveis e através de um processo inconsciente estabelecer uma hierarquia dos fatos selecionados.<sup>150</sup>

O segundo estágio é o da construção do sentido o que nos permite interpretar os fatos e relacioná-los uns aos outros. Com a construção de arquivos é possível apropriar-se do passado na busca pela verdade de elucidação, que garante sentido ao acontecimento.<sup>151</sup> E, por fim, após o passado ter sido reconhecido e interpretado, ele será utilizado para orientar o presente.

O chamado aproveitamento é a seleção dos dados provenientes dos arquivos, testemunhas mais relevantes, depoimentos, dentre outros que constituem uma ordem propícia à demonstração do acontecimento.<sup>152</sup>

Assim, Todorov conclui que o esquecimento é parte constitutiva da memória. A seleção dos acontecimentos e vestígios do passado é necessária e é o que orienta a utilização desse passado. Esse processo de reapropriação do passado dá origem a três tipos de discurso, a saber, o discurso da testemunha, do historiador e do comemorador.

Apesar das diferenças quanto à forma e o objetivo, a testemunha e o historiador podem se complementar. A testemunha representa aquele indivíduo que usa suas lembranças para dar sentido a sua vida, construindo uma identidade. Esse trabalho pode valer-se de vestígios materiais do passado, além disso, essas lembranças podem entrar para a esfera pública e concorrer com o discurso histórico.

O historiador se empenha em analisar esses vestígios do passado como fontes para a construção do discurso histórico. Diferente das testemunhas, os historiadores buscam através da seleção desses vestígios recriarem sentidos desse passado no presente, numa relação dinâmica de esquecimentos e lembranças.

O comemorador não se submete aos testes de verdade como o historiador, pois é guiado pelo interesse de beneficiar-se da impessoalidade do seu discurso. Assim como o historiador, o comemorador produz seu discurso no espaço público, dotado de uma verdade irrefutável. E adverte que, “a verdade histórica, verdade de elucidação, está sempre e felizmente sujeita a revisão. O contrário da história revisionista, neste outro

---

<sup>150</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, pp. 141-142.

<sup>151</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 144.

<sup>152</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, pp. 149-150.

sentido da palavra, é a história piedosa, que justamente tem mais a ver com a comemoração do que com a pesquisa”.<sup>153</sup>

A comemoração reduz o conhecimento do passado, pois seu objetivo é produzir ídolos a serem venerados e inimigos a serem combatidos. Mas a comemoração não é uma maneira eficiente de fazer o passado viver no presente, pois se transforma num modelo imutável que serve aos interesses dos protagonistas e não à sua elevação moral.

Desta forma, o uso do passado a serviço do presente ultrapassa os critérios de verdade de adequação (para estabelecer os fatos) ou de verdade de elucidação (para construção de sentido), é necessário avaliá-los em termos de bem e mal, considerando os critérios políticos e morais.<sup>154</sup>

A recuperação do passado passa pelo julgamento moral, cujo objetivo é diferenciar o bem, do mal. Quanto à legitimidade de criar julgamentos sobre o passado, ação presente no exercício histórico, Todorov adverte que os julgamentos podem ser questionados de diversas maneiras.

A primeira forma de questionamento considera a influência de três formas de determinismo, social, biológico e psíquico nas ciências humanas. No início do século XIX, a história era entendida como um encadeamento de eventos e o homem submetido às causas transcendentais, como, por exemplo, no determinismo social da teoria de Marx.<sup>155</sup>

Na segunda metade do século, surge uma invocação de causalidade biológica representada pela idéia de raça. No início do século XX, surge uma causalidade psíquica, que compreende a conduta do indivíduo a partir de uma configuração adquirida na infância, na relação com seus parentes próximos. No entanto, essas formas de determinismos propõem-se a uma ambição totalizante que não deixa lugar para o julgamento moral.

Uma segunda forma de contestar a legitimidade dos julgamentos morais é reconhecer sua existência e considerá-lo arbitrário.

---

<sup>153</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 156.

<sup>154</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 157.

<sup>155</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, pp. 157-158.

Entramos ai no ‘perspectivismo’ nietzschiano. Já que todos os julgamentos se equivalem, que nos importa conhecê-los, se os fatos pertencem ao passado? Se a moral e o direito não passam de uma máscara com a qual o desejo e a vontade de poder gostam de enfeitar-se para melhor se impor, pode-se constatar a presença deles no discurso do historiador, mas não se pode considerá-los racionalmente.<sup>156</sup>

Mas, apesar da relativização dos valores, Todorov acredita que, por meio do sentimento e da intuição, alguns valores não são relativizados pelo contexto histórico ou particularidade cultural. Por exemplo, não aceitamos o genocídio, a escravidão ou a tortura em função de seu contexto histórico ou cultural, pois, conscientemente ou não, temos critérios que nos possibilitam distinguir, se não o bem e o mal absolutamente, ao menos o melhor do pior. Sobre essa capacidade de distinção através do julgamento moral, o autor destaca as diferenças na concepção do bem, segundo a tradição européia, que permite identificar os critérios que utilizamos de forma mais ou menos consciente na interpretação do passado.<sup>157</sup>

A primeira diferença é a passagem da heteronomia à autonomia, ou seja, “de um estado em que a pessoa se submete a uma lei vinda de fora a um estado em que a própria pessoa é quem erige essa lei”.<sup>158</sup> Então, em Atenas ou Jerusalém, os indivíduos tornam-se virtuosos a medida que se adaptam à lei externa. Já para os modernos o mérito moral está relacionado à liberdade, se o ato é ou não fruto da minha própria vontade.

A segunda diferença que separa as concepções acerca do bem está na passagem da objetividade à intersubjetividade. A mudança na religião judeu-cristã, sobretudo a partir dos mandamentos amar a Deus e amar ao próximo como a si mesmo, implica que Deus se manifeste aos homens através da alteridade humana. O autor destaca ainda que o desenvolvimento do humanismo ocidental preservou os ideais de benevolência e beneficência da concepção religiosa excluindo-os, porém, de uma relação divina.

Segundo os critérios a cerca da compreensão do bem, Todorov considera a análise moral do relato histórico no sentido de bem e mal e suas implicações nos indivíduos que recordam. Essa análise se emprega em relatos históricos que não podem

---

<sup>156</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 159.

<sup>157</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 161.

<sup>158</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 161.

ser considerados neutros, isto é, aqueles que estão ligados a valores morais e por isso são julgados segundo critérios morais.

Nesses casos, o autor identifica quatro papéis mais relevantes: o benfeitor, o beneficiário do ato, o malfeitor e a vítima e destaca que

à primeira vista, somente dois desses papéis são claramente marcados no plano dos valores – o benfeitor e o malfeitor -, ao passo que os outros dois se mantêm neutros, porque são passivos – o beneficiário e a vítima. Na realidade, estes dois últimos papéis estão, pela força de sua relação com os dois primeiros, conotados moralmente: ser o beneficiário de um ato é uma situação bem menos gloriosa do que ser o agente desse ato, porque marca o momento de nossa importância; ser a vítima de uma malfeitoria é evidentemente mais respeitável do que ser o responsável por ela. Reconhecem-se aqui os dois grandes tipos de construção histórica: o relato heróico, que canta o triunfo dos museus; e o relato vitimário (se é que podemos empregar esse termo), que conta o sofrimento deles.<sup>159</sup>

Exemplo dessa situação foi o fim da guerra na Europa no dia 9 de maio de 1945, que marca para os russos a vitória final sobre o nazismo e o fascismo, exaltando seus sacrifícios e o heroísmo do povo. Mas a mesma data significou para os povos do Leste Europeu o início da submissão à autoridade soviética e não um momento de comemoração pela liberdade.<sup>160</sup>

Os discursos dos heróis são tão disputados quando o status de vítima, sobretudo quando representam grupos. O sucesso em se estabelecer como vítima de uma injustiça no passado garante ao grupo crédito no presente. Mas Todorov adverte ainda que a evocação do passado deve levar o sujeito a conscientizar-se dos erros do próprio grupo, pois, “a moral é desinteressada, ou então não é moral”<sup>161</sup>.

A análise apresentada pode ser usada comparativamente, para compreender o julgamento dos agentes de memória. Ocorre, entretanto, uma tentativa de silenciamento dessas testemunhas, os próprios veteranos, por representarem uma ameaça ao Estado Novo. Essa situação, segundo os veteranos de esquecimento, levou a uma organização desses membros em instituições capazes de representar seus direitos. Ainda nos anos iniciais do pós-guerra, a partir do governo Dutra, ocorre um reconhecimento do passado

<sup>159</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 165.

<sup>160</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 168.

<sup>161</sup> TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002, p. 168.

da FEB como parte integrante do passado do Exército e leva a uma aproximação entre os veteranos e o Exército. Assim, a partir da organização desses membros em instituições representativas e na luta por seus direitos de guerra, foi possível construir uma memória pública da FEB, seja através das instituições ou de lugares de memória, construídos no espaço público.

A seleção dos valores que caracterizam a figura do “herói da FEB”, considerada aqui não apenas como uma expressão, mas também como um conjunto de símbolos e significados que compõem essa imagem. Cabe ressaltar que no caso dos heróis da FEB o patriotismo, o sacrifício e a luta pela democracia são os temas mais citados nos discursos públicos e coletivos, podendo ser compartilhado com outros agentes não relacionados à FEB.

Nesse sentido ocorrem dois tipos de agentes externos que compartilham e reproduzem esse discurso, são eles os entusiastas, intelectuais ou simpatizantes que se mobilizam na construção de uma memória da FEB, e há também os políticos, presentes em todas as cerimônias oficiais relativas a comemorações e inaugurações de lugares públicos pesquisados. Em específico, os dois monumentos aqui analisados, foram financiados com verbas públicas o que sem dúvida contribui para que os representantes políticos compartilhem desse discurso do herói da FEB.

O momento inicial da construção da memória da guerra foi marcado pela repressão do Estado Novo. No pós-guerra, se inicia(inicia-se) um choque entre a memória oficial produzida e controlada pelo projeto de Identidade Nacional do regime varguista e as memórias desses indivíduos. Assim, a repressão iniciada com a desmobilização dos efetivos brasileiros coloca em disputa a identidade e a memória desse grupo constituído durante as experiências de guerra.

O confronto entre essas memórias, no pós-guerra, traduz a disputa pelo poder através da imposição de uma memória oficial que mantenha os pressupostos da Identidade Nacional. A autonomia relativa da qual os combatentes usufruíam na Itália sob o ponto de vista ideológico, permite que essa memória seja construída sem o controle autoritário do Estado. Assim, a volta para o Brasil representa o início de um novo processo de resignificação de suas memórias e identidades sociais, inicialmente reprimidas pelo Estado Novo e pelo Exército.



Desta forma, o silenciamento dos veteranos da FEB leva-os a construírem um discurso sobre a guerra e resignificar alguns valores compartilhados anteriormente, dentre eles destacamos o patriotismo, o sacrifício e a defesa da democracia. Esse processo de construção de uma memória da guerra, por parte dos próprios indivíduos, leva à cristalização desses valores o que permite que eles sejam compartilhados por demais membros do grupo.

Iniciamos a análise proposta apresentando os trechos mais significativos sobre o momento de construção da filial da AECB na cidade de Juiz de Fora, já no ano de 1947, dois anos após a criação de sua matriz, no Rio de Janeiro. Essa iniciativa regional corresponde a interesses políticos de veteranos não combatentes e de ex-combatentes. A filial criada na cidade segue os princípios norteadores de sua matriz, o que implica em atuar de forma a garantir um espaço para a convivência social entre os veteranos, defender a memória da FEB e oferecer orientação jurídica na defesa de seus direitos.

Então, no dia 20 de abril desse ano, reuniram-se numa sede provisória vários combatentes da FEB para a primeira assembléia. A reunião foi presidida por J. H. Viana Júnior que abriu os trabalhos com a leitura do estatuto da AECB. Destacam-se ainda nesse processo os expedicionários Adson Marques e Adailton Garcia, dois dos idealizadores da criação da associação.

Por indicação de Adson Marques foi aclamada a proposta para a primeira Diretoria. Em homenagem ao comandante da FEB foi criado o cargo de Presidente de Honra, ocupado simbolicamente pelo Marechal Mascarenhas de Moraes. Nos cargos efetivos, seis são ocupados por expedicionários, dentre eles Adson Marques como Vice-Presidente e Adailton Garcia como 1º Tesoureiro e apenas o Presidente Executivo, o professor J. H. Viana Júnior não é relacionado como expedicionário. Com isso, deram por encerrados os trabalhos naquele dia.

Ocorrem outras reuniões até o início de maio, dia da posse oficial da 1ª Diretoria da filial da AECB, realizada na prefeitura da cidade. A cerimônia ocorreu no dia 8 de maio de 1947, um dia significativo na memória dos ex-combatentes

pois sendo esta data tão festiva para o Brasil, data esta em que o Brasil viu os seus filhos regressarem de sua grande missão das terras estrangeiras e com eles a Vitória Tão almejada e por isto fora escolhido este dia para mais um marco de nossa sacrificada vitória de nossas lutas em prol da

Democracia. Este dia foi amplamente abrilhantado pelas laudas musicais do 12º Regimento de Infantaria e do 2º Batalhão de caçadores de Minas, muitíssimo concorrido tendo a presença dos seguintes chefes: D. senhor representante do General da 4ª região militar, representante da Exmo Sr Bispo [s.i.c.] de Juiz de Fora, e pelos senhores coronéis comandantes de tropas desta cidade, Sr. Prefeito municipal, Sr. Delegado, Representantes da imprensa e pela alta sociedade de Juiz de Fora.<sup>162</sup>

Destacamos que o uso do espaço público, neste caso a prefeitura, e a busca de apoio político entre os setores da sociedade local, evidenciam a busca por reconhecimento de suas memórias e de seus direitos políticos. Na cerimônia, seguem-se ainda discursos das autoridades presentes e de membros da Diretoria empossada. A presença de autoridades locais, militares e eclesiásticas é comum nas reuniões e cerimônias dos veteranos da FEB e, neste caso, há um apoio amplo na construção da seção regional na cidade.

Dentre esses discursos cabe destacar um trecho que aponta para uma valorização da memória dos ex-combatentes no imaginário coletivo da sociedade, a nível regional. Com a palavra, o presidente J. H. Viana Júnior falou

sobre a capacidade espiritual e moral dos ex-combatentes de Juiz de Fora, [...] na organização, fundação e direção da tão esperada Associação dos Ex-combatentes de Juiz de Fora esta cidade hospitaleira que deu seus filhos para também honrar o nome de sua pátria e terra querida, dissemos que era necessária a fundação da associação para que não ficasse ao relento o nome dos veteranos da grande guerra mundial.<sup>163</sup>

A construção da AECB/JF foi importante para a organização dos veteranos de Juiz de Fora e região. Em agosto, o recém empossado presidente deixa seu cargo para disputar uma vaga na Câmara Municipal. Por isso o ex-combatente Aliatar Pinto de Andrade assume o cargo e forma uma nova Diretoria para o funcionamento da associação.

Concluído esse processo de criação da AECB/JF, percebe-se que é possível divulgar e compartilhar o discurso de guerra entre os veteranos, através da atuação de seus sócios. Acrescentamos que os princípios de apoio e solidariedade entre esses ex-combatentes correspondem à resignificação desses sentimentos desenvolvidos durante as experiências de guerra.

<sup>162</sup> LIVRO ata da Associação de Ex-Combatentes Brasileiros – Seção Juiz de Fora. 1947, p. 03.

<sup>163</sup> LIVRO ata da Associação de Ex-Combatentes Brasileiros – Seção Juiz de Fora. 1947, p. 03.

No momento de criação dessa associação, os veteranos brasileiros buscam legitimar o patriotismo, o sacrifício e a defesa da democracia no discurso coletivo do grupo. Na reconstrução dessa memória, os soldados brasileiros assumem o papel de benfeitores, já que se sacrificaram por esses valores. Os malfeitores são representados pelas forças nazi-fascistas, representantes opostos no sentido moral e físico do conflito. Isso atribui ao grupo o status de heróis, justificados pela morte dos companheiros, pela experiência de combate e pela vitória conquistada. Além disso, cabe a essas instituições o esforço de memória, isto é, os associados compartilham a ideia que são os próprios veteranos os responsáveis pela preservação da memória da FEB. Além do amparo jurídico e da criação de um espaço de convivência entre os diferentes tipos de veteranos da FEB, essas instituições se empenharam na criação e preservação de museus e bibliotecas especializadas.

Analisando o estatuto do clube dos veteranos da campanha da Itália, posteriormente chamado de Associação Nacional dos Veteranos da FEB, podemos destacar os princípios compartilhados por seus sócios. Dentre eles destacamos os quatro primeiros itens do artigo 2º do estatuto do CVCV em 1963, referente ao clube e suas finalidades. Dentre eles temos então

- a) Promover e incentivar manifestações cívicas e patrióticas comemorativas dos grandes feitos da Fôrça Expedicionária Brasileira (FEB) e do Primeiro Grupo de Caça da Fôrça Aérea Brasileira (FAB) na campanha da Itália; b) Cultuar a memória dos nossos mortos na Segunda Guerra Mundial e desenvolver, entre os veteranos de guerra, os laços de sadia e consciente camaradagem e fraternidade nascidos durante a campanha na Itália.; c) Sugerir, estimular e patrocinar em medidas de amparo aos veteranos de guerra e seus herdeiros; d) Organizar e patrocinar reuniões cívicas, sociais, esportivas e culturais e artísticas, bem como outras atividades que proporcionem recreação, convívio e conforto aos sócios e seus familiares em linha direta.<sup>164</sup>

Além desses princípios compartilhados pelos sócios, foram criados cargos específicos para esse esforço de memória, isto é, a instituição é composta pelos seguintes órgãos: Assembléia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. Dentre os órgãos encontra-se, na Diretoria, uma subdivisão de cargos específicos para o desempenho das atividades de caráter institucional, e por isso foi dividida em

---

<sup>164</sup> ESTATUTO. Clube dos Veteranos da Campanha da Itália. Rio de Janeiro, s/ed, 1963, p. 1-2.

Secretaria, Tesouraria, Patrimônio, Recreação e Esportes, Educação Cívica e Cultural e Relações Públicas.

Temos então que através dessa organização institucional, seja através da AECB ou da ANVFEB, foi possível consolidar um esforço de memória que busca valorizar e significar os acontecimentos relativos à FEB e seus integrantes. Essas instituições atuam também de forma a reunir os veteranos da região, numa relação de assistência social e de forma a incentivar a convivência entre esses indivíduos no pós-guerra.

Organizados em suas respectivas instituições, veteranos e ex-combatentes puderam construir um discurso compartilhado pelos demais companheiros e se empenham também na difusão de valores e das memórias do grupo no imaginário coletivo de suas respectivas regiões e conseqüentemente a nível nacional. Mas, além da atuação dessas duas instituições, ocorrem também outras iniciativas, por vezes idealizadas por membros da sociedade civil, que levam a construção e preservação de uma memória da FEB.

Décadas depois, após a instauração do regime militar, surge a filial em Juiz de Fora da ANVFEB, em 1971, e é significativo ressaltar como a relação dos papéis entre os veteranos e o Exército sofre uma transformação. Neste contexto, é interessante perceber que houve avanços nas conquistas dos direitos de guerra e benefícios destinados aos veteranos e também um compartilhamento de datas comemorativas e de símbolos entre o Exército e os veteranos.

Do ponto de vista simbólico, o Exército reconhece o valor moral da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, antes reprimido por Vargas, e com isso incorpora esse passado e seus sentidos. A criação das associações de veteranos da FEB fortalece essa relação de compartilhamento de valores e símbolos desse passado devido à influência marcante de militares da ativa na construção e gerência dessas instituições, regionais e nacional.

A mistura entre as cerimônias dos veteranos da FEB com as comemorações do Exército resultam na militarização das celebrações. Desta forma, torna-se comum a presença de veteranos da FEB em cerimônias de comemoração nacional, como, por exemplo, nos desfiles da Independência e do Dia da Bandeira.

Analisaremos a seguir duas iniciativas que levaram à construção de monumentos dedicados à FEB, respectivamente nas cidades de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro e no município mineiro de Barbacena. Ambos os monumentos ocupam o

espaço público e demonstram um esforço de memória regional. Diferentemente do monumento analisado anteriormente, percebemos que há um compartilhamento simbólico entre diferentes eventos temporais e agentes históricos. Apresentaremos resumidamente alguns aspectos desses lugares de memória públicos, com destaque para esse compartilhamento simbólico.

O monumento de Campos de Goytacazes foi projetado para receber os restos mortais dos febianos da cidade e também em homenagem a outros dois episódios da história militar brasileira, a saber, os voluntários da guerra do Paraguai e das batalhas de Canudos. Localizado na Praça São Salvador o monumento aos expedicionários foi idealizado pelo deputado e jornalista Dr. Thiers Cardoso e executado pelo escultor Modestino Kanto. Essa obra é dedicada aos soldados que morreram pela pátria, por isso outros episódios e agentes históricos foram homenageados numa relação simbolicamente complementar.

Esse monumento foi construído com o intuito de receber os restos mortais de pracinhas brasileiros e, por isso, representa uma tentativa de regionalização desse culto aos mortos na guerra. Sobre essa situação destacamos um comentário feito pelo idealizador da obra, que “não exclui a hipótese do Panteon no Rio de Janeiro. Mas compreende-se que tendo sido organizada a Força Expedicionária com elementos, pode-se dizer, de todas as regiões do país, é natural que as mesmas queiram glorificar os seus filhos que morreram com beleza e heroísmo”.<sup>165</sup> Acrescenta ainda que outros monumentos sejam construídos pelo país, para que as cidades possam sepultar e homenagear seus mortos.

Então, no dia de sua inauguração, 14 de abril de 1947, participaram da cerimônia diversas autoridades civis, militares e eclesiásticas. Dentre eles, encontramos o governador do estado do Rio de Janeiro, na época, o Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva e, por isso, destacamos um trecho de seu discurso. Durante seu pronunciamento o militar destaca apenas a comparação entre febianos e os voluntários da guerra do Paraguai. Interessante perceber o efeito da ligação entre o passado da FEB e o passado da guerra do Paraguai no discurso oficial do governador, em suas palavras

---

<sup>165</sup> BARROS, Aluizio. *Expedicionários Sacrificados na Campanha da Itália: mortos e desaparecidos*. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1957, p. 169.

Não somos, atualmente, diferentes do que fomos no passado. Bem avisada se mostrou a comissão, que tomou a seu cargo realizar esta obra, pensando em reunir os restos de um veterano glorioso da guerra do Paraguai à memória dos que tombaram em solo europeu. Sucumbiram, sem dúvida, pela mesma idéia, a de defender a Pátria, em qualquer emergência, com sacrifício da própria vida. É a realização da promessa que canta o conscrito nos quartéis e que está inscrita no Monumento: “Todo o vigor que o nosso corpo encerra é teu, só teu, Brasil amado!”<sup>166</sup>

Podemos perceber que há uma escolha em rememorar o compartilhamento de valores entre os febianos e os comandados no Paraguai e também um esquecimento da homenagem aos soldados de Canudos, um episódio da história militar brasileira comparativamente menos glorioso do que o anterior. A aproximação entre o passado recente do século XX com o século anterior se dá através do culto aos mortos e aos valores defendidos por eles, nesse caso, cabe destaque ao patriotismo.

A cerimônia contou ainda com a celebração de uma missa solene, oficiada pelo Bispo Otaviano Pereira de Albuquerque, na catedral da cidade. Em seguida, foi realizado o traslado dos despojos do Capitão de Voluntários da Pátria Manuel Teodoro de Almeida Batista, morto na batalha de Tuiuti, em maio de 1866.

Cabe ressaltar também que o reconhecimento oficial desses lugares de memória por parte do Exército levou a uma significativa valorização desses símbolos e significados representados nos monumentos. Participam ativamente nesses processos membros do Exército, pertencentes à FEB ou não, e também políticos, intelectuais, além de saudosistas dos feitos da FEB.

Outro exemplo do compartilhamento simbólico de valores e de passados distintos ocorreu em MG, na cidade de Barbacena, em 1951. O projeto da construção desse monumento foi realizado pelo arquiteto paulista Luís Morrone e presta homenagem, simultaneamente aos expedicionários e a Tiradentes.

Essa obra foi dividida em dois monumentos distintos que compartilham o mesmo espaço de memória, mas não apenas por sua ligação simbólica. Neste sentido, “ambos [foram] inaugurados no dia 21 de janeiro de 1951, com pomposas festividades e com a presença de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas. A herma está situada no adro da Igreja do Rosário, onde, segundo reza a história, esteve exposto à execração

---

<sup>166</sup> MONUMENTO AOS EXPEDICIONÁRIOS – Campos Goytacazes – RJ. Disponível em: <<http://www.anvfeb.com.br/>>. Acesso em: <05 jan. 2011>.

pública um dos braços do protomartir”.<sup>167</sup> A analogia entre os febianos e Tiradentes é reforçada pelo significado do local escolhido para o monumento, já que o local está carregado de referências históricas.

Assim como no caso anterior, a cerimônia de inauguração contou com a celebração de uma missa e posteriormente os discursos das autoridades municipais completando a solenidade. Não encontramos nenhuma referência ao traslado de soldados da região, pois na época da inauguração a comissão de repatriamento do monumento nacional já estava composta e em atividade.

Então, após a celebração feita pelo padre Mario Quintão, o idealizador do monumento, Sr. Álvaro Monteiro de Azeredo Coutinho, e sua esposa, Sra. Maria Leite de Castro, proferiram seus discursos em homenagem aos ex-combatentes da FEB e a Tiradentes respectivamente. As autoridades presentes também fizeram uso da palavra e exaltaram o caráter patriótico dos homenageados e também da iniciativa de construção do monumento. Fizeram uso da palavra ainda o prefeito do município, Sr. Theobaldo Tollendal, o Major Antônio Carlos de Andrada Serpa, dentre outros.

Além disso, foi inaugurado um retrato do tenente Alípio Napoleão de Andrada Serpa, um dos 118 barbacenenses que pertenceram à FEB. Assim como em Campos de Goytacazes, em Barbacena, observamos novamente o compartilhamento entre diferentes acontecimentos do passado, entretanto destacamos uma diferença entre ambos<sup>168</sup>.

Ocorre que, no monumento mineiro, foram listados todos os barbacenenses enviados à FEB sem uma distinção entre mortos e vivos. Essa característica de exposição dos nomes dos febianos nesses monumentos locais foi percebida em algumas outras cidades de Minas Gerais, como, por exemplo, nos monumentos decidados à FEB em São João Del Rei, Rio Novo, São João Nepomuceno e Juiz de Fora. Essa característica ocorre em função da necessidade de reconhecimento dos heróis locais, já que o monumento nacional não exclui a existência de outros lugares de memória ou de outras formas de homenagear os febianos.

Podemos perceber então que a construção desses monumentos expressa uma tentativa de construção de uma memória pública da FEB. Nesse processo atuaram diferentes indivíduos, sejam eles febianos, civis, militares ou representantes do governo.

---

<sup>167</sup> BARROS, Aluizio. *Expedicionários Sacrificados na Campanha da Itália: mortos e desaparecidos*. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1957, p. 180.

<sup>168</sup> BARROS, Aluizio. *Expedicionários Sacrificados na Campanha da Itália: mortos e desaparecidos*. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1957, p. 182.

Desta forma, a criação de monumentos dedicados à FEB em espaços públicos demonstra uma das formas de construção e perpetuação dessa memória.

Assim, podemos concluir que no pós-guerra os febianos buscam consolidar a identidade assumida durante o conflito, através da construção de uma memória de FEB. O fim do Estado Novo favorece a valorização desses agentes históricos a partir, da atuação das respectivas associações citadas surgem novos e diferentes tipos de rememoração desses acontecimentos.

A aproximação gradativa entre o Exército brasileiro e os febianos permite que a instituição reconheça esse passado e o considere digno de uma valorização. Mas ao reconstruírem a participação brasileira na guerra, tanto os militares quanto os febianos selecionam símbolos, episódios e indivíduos que se destacaram. Nesse processo demonstramos que há uma valorização significativa do patriotismo, do sacrifício e do civismo, elementos simbólicos que legitimam a imagem construída dos heróis da FEB.

Percebemos também que, com o surgimento de homenagens públicas à FEB, outros atores históricos e lugares de memória compartilham simbólica e fisicamente esses espaços. Podemos destacar que esses monumentos têm como focos centrais a homenagem aos soldados mortos em combate, em alguns casos, incluem também aqueles que foram expedicionários e apresentam os símbolos das Forças Armadas brasileiras.

Analisaremos a seguir alguns aspectos das tradições militares relativas à FEB, com ênfase na influência de Caxias, transformado no símbolo do soldado brasileiro e na transformação de Frei Orlando em patrono do SAR. Ambos tornaram-se significativos na construção de tradições religiosas no Exército brasileiro, bem como no desenvolvimento dessa repartição de apoio espiritual.

### **3.3 A construção simbólica da tradição militar brasileira: a transformação do capelão Frei Orlando em patrono do serviço de assistência religiosa do Exército**

O reconhecimento do passado da FEB por parte do Exército leva a uma apropriação e reformulação dessa história. O Exército reconstrói simbolicamente esses acontecimentos numa ordem propícia aos seus interesses políticos, isto é, constroem sua



versão oficial. Parte constituinte desse processo é a criação de tradições militares com os símbolos da FEB, tanto no sentido material como simbólico. Nosso objetivo é identificar o processo de invenção de uma tradição católica no Exército que está relacionada à história da FEB e compõem-se a partir de um sentido religioso.

Celso Castro analisa a invenção de tradições no Exército brasileiro influenciado pela definição inicial de Eric Hobsbawm, que trabalha com a oposição entre tradições inventadas e tradições genuínas. Celso Castro opta por enfatizar a invenção como atividade cultural humana.

As tradições são invenções de cerimônias e símbolos que suscitam uma relação com o passado, por vezes idealizado ou mítico. Esses símbolos referentes à guerra na Itália, selecionados por sua capacidade simbólica de representação ou investidos de significados, são relacionados num processo dinâmico de esquecimento e lembrança.

A pesquisa de Celso de Castro analisa a invenção de três tradições no Exército brasileiro, o culto a Caxias, a vitória contra a Intentona de 1935, e a Batalha dos Guararapes em 1648. As celebrações criadas estão inseridas em momentos importantes da organização interna do Exército.

Destacaremos a análise referente ao culto à Caxias devido a suas implicações na criação de tradições católicas no Exército. A invenção do culto a Caxias foi orquestrada pela elite militar durante as primeiras décadas do século XX e seu objetivo era construir um modelo simbólico do soldado brasileiro. Nas palavras de Celso Castro,

mais do que a “reorganização” de uma instituição fragmentada após décadas de clivagem organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a *invenção* do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica da Nação brasileira. Vencidas as resistências internas e externas e os projetos alternativos, chegou-se a um arranjo organizacional e simbólico que vigorou, com poucas modificações, por mais de meio século.<sup>169</sup>

A comemoração que se dedica a Caxias foi sugerida, em 1923, por Eugênio Vilhena de Moraes, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e introduzido no Exército pelo general Setembrino de Carvalho oficialmente dois anos depois. A cerimônia contaria com a formatura de tropas em frente à estátua de Caxias, contando com grupamentos da Marinha e da Brigada Policial. “Em 1925, o dia de

---

<sup>169</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. pp. 12-13.

nascimento de Caxias passou a ser, conforme aviso ministerial, oficialmente comemorado como Dia do Soldado. A transformação da festa de Caxias em festa do soldado servia para vincular, simbolicamente, uma categoria genérica – o soldado brasileiro – a seu guia”.<sup>170</sup>

No mesmo ano, Caxias, foi adotado como patrono de uma turma de oficiais da Escola Militar do Realengo. A identificação serve como uma ligação entre um modelo carregado de significados e o espírito reformista, valorizando o profissionalismo, já bastante desenvolvido na década de 1920. Entretanto, inicialmente o culto a imagem de Caxias tem o objetivo de incentivar o comportamento legalista entre os militares.

A criação de uma tradição baseada no passado que se refere ao Império tem explicações. Com a revolução de 1930 e as constantes reformas desenvolvidas por oficiais de destaque, foi possível a criação de um “Novo Exército”. “Uma das características centrais dos processos de criação de novas tradições é justamente a tentativa de se estabelecer continuidade com um passado histórico considerado apropriado.”<sup>171</sup> A República Velha é preterida em relação ao período intermediário do Império, justamente por serem os anos iniciais e finais do regime imperial marcados por períodos conturbados e posteriormente a República Velha com as intervenções militares na política.

O objetivo da criação de novos elementos dessa tradição é o de enfatizar o papel dos militares, representantes de uma instituição coletiva, cuja missão é a defesa nacional. O “Novo Exército” substitui simbolicamente as marcas de um passado marcado pela intervenção militar, interna e externamente, para exaltar a ordem e a disciplina representadas pela figura de Caxias, o símbolo da legalidade e da unidade do Exército brasileiro.

Destaca-se também que a figura de Caxias está carregada de valores religiosos devido a sua relação com a vida militar e a fé católica. Além disso, ele pode ser considerado como produtor de tradições católicas, dentre elas o culto à imagem de Imaculada Conceição transformada em padroeira do Exército brasileiro. Desta forma, já podemos identificar os primeiros traços de tradições católicas no Exército.

Por isso, no século XX a figura de Caxias reforça simbolicamente as características católicas no perfil da instituição, essa escolha corresponde também às

---

<sup>170</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 18.

<sup>171</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 p. 48.

características culturais e históricas da instituição. Mas é na medida em que o SAR/FEB se desenvolve que essas tradições católicas são atualizadas e recriadas.

Segundo informações da atual repartição de assistência religiosa, a adoção de santos padroeiros foi reconhecida como uma tradição do Exército brasileiro e, por isso, foi regulamentada pelo Decreto nr. 78.724, de 12 de novembro de 1976. Além de reconhecer a adoção de representantes espirituais das Armas, Quadros e Serviços, determina também que sejam incluídas no calendário militar as comemorações em homenagem aos respectivos santos padroeiros.

Segundo o documento, foram relacionados como padroeiros 18 santos católicos divididos em quatro grupos, Armas, Serviços, Quadros e Outros, além da padroeira do próprio Exército. A escolha dos modelos espirituais por vezes busca relacionar a história de vida dos santos às características do grupo ao qual representa, por exemplo, São Jorge tornou-se padroeiro da Cavalaria, Santo Inácio de Loyola patrono da Infantaria, e assim respectivamente<sup>172</sup>.

Dentre as invenções dessas tradições, destacamos a da homenagem feita ao capelão militar Frei Orlando, transformado em Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército pelo decreto nº 20.680, em 1946<sup>173</sup>. A homenagem feita ao capelão morto em combate reforça a construção de uma tradição que reforça o catolicismo na tradição militar brasileira.

Antônio Álvares da Silva nasceu em 13 de fevereiro de 1913, em Morada Nova, município mineiro de Abaeté. Ficou órfão ainda quando criança, aos dezesseis meses de idade, e por isso passou a ser criado pelos tios Sebastião de Almeida Pinho e D. Emirene Teixeira Pinho. Em 1924, ingressou no colégio dos Franciscanos em Divinópolis e, posteriormente, em 1931, partiu para o colégio Seráfico de Sittard na Holanda. Completada a sua formação na Europa, regressa ao Brasil em 1935 vindo a ser ordenado dois anos depois. Seguindo a vocação eclesiástica, Frei Orlando foi mandado para o Colégio de Santo Antônio em São João Del Rei, Minas Gerais, onde lecionava Português e História<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> BRASÍLIA. Decreto Lei nº 78.724, de 12 de novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.dgp.eb.mil.br/portalsarex/Pagina/Santos%20Padroeiros/santossarex.html>> . Acesso em: 05 jan. 2011.

<sup>173</sup> PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. 2 ed, Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, p. 213.

<sup>174</sup> PILLAR, General Olyntho. *Os Patronos das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981, pp. 251-252.

Com a entrada do Brasil na Guerra e a criação do SAR/FEB, Frei Orlando tornou-se voluntário como capelão militar desse contingente. Aprovado pela seleção segundo os critérios descritos no regulamento da repartição o franciscano foi nomeado Capitão-Capelão do II Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, o Regimento Tiradentes.

Querido pelos companheiros, o franciscano ficou conhecido por seu espírito solidário e por prestar assistência espiritual nos postos avançados, mesmo durante os combates. Assim, durante os ataques a Monte Castelo em fevereiro de 1945, o capelão decidiu visitar as subunidades que participavam do combate para levar-lhes o conforto espiritual.

A caminho da 6ª companhia, pelo trajeto Bombiana – Falfre ocorreu o acidente que levou Frei Orlando a morte. Acompanhado pelo Capitão de Infantaria Francisco Ruas Santos, pelo cabo Gilberto Tôrres e um *partisan*<sup>175</sup> italiano, a comitiva teve seu percurso interrompido por uma pedra que ficara presa ao eixo do carro de transporte. Na tentativa de superar o imprevisto e concluir o trajeto, “o Capitão tudo fazia para desembarcá-lo do incômodo obstáculo. Na tentativa de ajudar o *partisan* entra a desferir rudes golpes de coronha de seu fuzil no indesejável pedregulho. De súbito, a arma dispara e o projétil vai atingir o pacato capuchinho que, a cerca de três metros de distância, assistia ao titânico esforço dos companheiros de viagem”.<sup>176</sup> Ferido fatalmente por um disparo acidental, Frei Orlando faleceu na companhia do Capitão Francisco Ruas Santos que tentou acudir o companheiro ferido sem sucesso.<sup>177</sup>

Frei Alfredo vestiu o corpo do capelão com hábitos franciscanos, segundo seu desejo. Em seguida, foi alocado numa capela dedicada a Santo Antonio próximo do local do acidente. Realizadas as cerimônias religiosas de um funeral militar, Frei Orlando foi sepultado no Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia. Na década de 1960, foram trasladados para o Brasil os corpos dos veteranos da FEB, depositados no Monumento dos Veteranos de Guerra, no Rio de Janeiro.<sup>178</sup>

A jovialidade, o carisma e o espírito cristão, características atribuídas ao capelão mineiro, e principalmente, a relevância na prestação de seus serviços contribuiu para

<sup>175</sup> Termo empregado aos italianos que formaram milícias para combater os nazistas e fascistas, por vezes empregados como auxiliares nas atividades bélicas.

<sup>176</sup> PILLAR, General Olyntho. Os Patronos das Forças Armadas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981, p. 254.

<sup>177</sup> PILLAR, General Olyntho. Os Patronos das Forças Armadas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981, p. 254.

<sup>178</sup> PILLAR, General Olyntho. Os Patronos das Forças Armadas. Rio de Janeiro: Bibliex, 19[--], p. 254.

que ele se tornasse o patrono do SAR/FEB em 1946. Por outro lado, essa transformação foi fundamental para a consolidação do serviço dessa repartição.

Podemos concluir então que no pós-guerra surgiram diversas tentativas de rememorar o passado da FEB, com a construção de monumentos, museus, bibliotecas, a partir das associações, através de publicações, dentre outros. Em relação aos lugares de memória, podemos perceber que houve uma valorização de aspectos militares e de valores comuns aos indivíduos de uma sociedade, o patriotismo, o sacrifício e a defesa da democracia.

A atuação de membros do alto escalão da FEB, como o Marechal Mascarenhas de Moraes, por exemplo, foi significativa na construção de uma memória da FEB. Contribuem também nesse processo outros indivíduos, como políticos, entusiastas ou mesmo febianos, que compartilham esse esforço de memória. Mas para que as homenagens e os lugares de memória sejam compatíveis com os significados atribuídos, à FEB foi necessária a criação de um discurso dos heróis.

As transformações ocorridas no Exército, sobretudo após a experiência de guerra, fortalecem a presença da repartição religiosa no cotidiano dos soldados e na história da própria instituição. Ao longo de seu desenvolvimento o SAR tomou medidas para a criação de novas tradições católicas no Exército e contribui para isso a transformação de Frei Orlando em patrono desse serviço. Na medida em que essa repartição se desenvolve novamente no Exército, novas tradições católicas vão sendo criadas continuamente.

## CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa analisamos o percurso das instituições religiosas que compõem o SAR/FEB e também as transformações históricas dessa repartição dentro do Exército. Entretanto, a existência de um serviço de apoio religioso já fazia parte da história militar e está intimamente relacionada ao processo de construção da sociedade brasileira. Identificamos a presença de capelães desde a chegada dos portugueses no país, momento em que o regime político e social favoreceu a presença dos religiosos em meio às tropas.

Com a formação de um Exército brasileiro, sobretudo a partir da batalha dos Guararapes, o catolicismo tornou-se a expressão oficial da religiosidade presente na instituição. Apesar do caráter homogêneo assumido pelo catolicismo na história militar tradicional, percebemos que o Exército constituiu-se por um contingente de múltiplas denominações religiosas em todos os períodos aqui considerados.

Então, durante a colônia e o período imperial, tanto o Exército como a Igreja católica compartilharam de objetivos comuns e em certa medida o catolicismo justificava simbolicamente a atuação de ambas as instituições na construção da sociedade. Essa relação entre militares e clérigos ganhou destaque durante o período imperial, devido às experiências dos soldados brasileiros na Guerra do Paraguai e também pela atuação interna de Caxias, um militar marcadamente católico. Mas contraditoriamente a valorização desse serviço que levou à criação da Repartição Eclesiástica do Exército, em 1850, ele perde sua importância nos anos iniciais da República devido à forte influência do pensamento positivista em parte da alta cúpula militar desse período.

Podemos considerar então, que a participação dos militares de influência positivista nos acontecimentos políticos de relevância nacional como a proclamação da República levou o Exército a acelerar um processo interno de secularização. A extinção da repartição criada por Caxias levou à separação institucional entre Exército e Igreja católica, mas identificamos grupos católicos que reagiram a essas medidas secularizantes, com a criação da União Católica dos Militares na Escola Militar do Realengo. Com a perda de influência em alguns setores da política, a Igreja católica passou a concorrer com outras instituições religiosas e buscou recuperar sua importância nesses setores por meio de reformas internas.

Durante a República Velha, ocorreu, então, um expurgo oficial da Igreja católica dentro do Exército, o que não implicou numa secularização radical da vida militar, pois identificamos a presença de capelães católicos em atividade mesmo sem a existência de um serviço regular. Neste sentido, somente em função da participação brasileira na guerra, em 1944, os capelães puderam ser reconhecidos novamente em suas atividades, de modo oficial.

Em relação ao Exército, podemos concluir que a instituição passou por diversas reformas e transformações internas, cujo objetivo era o amadurecimento e a profissionalização dos militares. A participação de grupos de oficiais na política, sobretudo no século XX, gerou conflitos e divergências internas devido ao caráter das reformas almejadas.

Destacamos que, no período de transição entre a República Velha e a revolução de 1930, o apoio de um grupo de militares liderados por Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra favorece a instalação de um novo regime político. Nesse processo, tanto os militares quanto Vargas tornam-se atores políticos relevantes e, conseqüentemente, tornam-se responsáveis pela modernização do Exército brasileiro.

A aliança constituída entre Vargas e os militares favorece o fortalecimento do Exército, que por sua vez, atua de forma a garantir a permanência desse governo. Mas se por um lado os militares e Vargas constituem uma aliança que reforça a presença de ambos no poder, por outro lado, a Igreja católica busca recuperar sua representação nessas relações. Mas somente com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi possível restabelecer uma aproximação entre o Exército e as Igrejas, já que além do catolicismo, o protestantismo também busca um espaço representativo nesse campo.

Então, a partir da declaração de guerra em 1942 e da criação da FEB, foi possível recriar provisoriamente uma nova instituição de assistência religiosa que acompanhasse os soldados em campo de batalha. Sobre isso podemos concluir que a criação do SAR/FEB em 1944, representa não apenas uma reaproximação institucional entre o Exército e as igrejas católicas e protestantes, mas também demonstra uma necessidade na prestação do apoio espiritual por parte das tropas brasileiras. Em relação a isso, podemos afirmar ainda que a existência dessa repartição no século anterior foi determinante na formação de um corpo de capelães, predominantemente católico.

Após o fim do conflito os militares percebem que o aspecto religioso é parte integrante da vida militar, apesar de não reconhecerem oficialmente outras práticas religiosas além das já citadas. Outro fator importante em relação à constituição de um serviço religioso permanente no Exército se dá em função da própria religiosidade de alguns oficiais do alto escalão da FEB, dentre eles Eurico Gaspar Dutra, responsável pela oficialização do SAR em caráter definitivo em 1946.

Desta forma, o aspecto religioso torna-se parte integrante da vida na caserna, um processo que ocorre de maneira geral nas Forças Armadas e leva gradativamente ao reconhecimento e especialização dessa repartição nas três instituições. As reformas e adaptações referentes a essa repartição ocorrem ao longo das décadas do século XX e dentre elas destacamos o reconhecimento de novos seguimentos do protestantismo no atual serviço de assistência religiosa.

Concluimos então que a relação entre Exército e Igreja, no Brasil, passa por transformações que levam ao afastamento ou à aproximação de ambos, dependendo do período analisado. O percurso histórico dessas instituições indica que a participação brasileira na guerra constitui-se como um momento relevante na retomada institucional de relações entre o Exército e as igrejas. Por outro lado, a presença de capelães no *front* atende também às necessidades dos próprios soldados e não apenas à dinâmica política desse processo.

A presença desses representantes religiosos no *front* foi destacada pelos febianos em suas memórias coletivas e individuais e, além disso, esses padres e pastores atuaram como mediadores nas experiências significadas religiosamente pelos soldados. Percebemos que, durante o conflito, a religião ganhou importância no cotidiano dos soldados devido à sua capacidade de combater a anomia.



Desta forma, percebemos que as experiências de guerra significadas religiosamente são fundamentais na construção de uma identidade febianana. Para isso tomamos como referência a trajetória de Dorvilho Testa, um voluntário que demonstra a importância da plausibilidade criada pela religião. Identificamos também que, em função da guerra, as famílias dos soldados enviados para o combate buscam organizar essas experiências anômicas religiosamente, seja através de procissões, grupos de orações ou promessas.

No período de guerra, a religião e a presença de capelães foram fundamentais para a organização de um cotidiano caótico, marcado pelo medo da morte e pelo sentimento de saudade em relação aos familiares. Em decorrência disso pudemos identificar através de cartas e relatos, momentos nos quais os soldados usam a religião para equilibrar simbolicamente essas experiências limites.

Para os expedicionários que atuaram nos conflitos, as experiências limites são determinantes na legitimação de sua identidade e posteriormente é o que permite uma distinção interna no grupo. Devido à natureza da participação na guerra, esses expedicionários combatentes usam a religião para organizar suas experiências mais caóticas. Outros aspectos religiosos também foram vivenciados pelos febianos, já que há uma presença marcante do catolicismo no país, com destaque para o acervo monumental da tradição católica na Itália.

Considerada sob o aspecto cultural a religião tornou-se um importante fator de aproximação entre soldados brasileiros e civis italianos. Assim, o compartilhamento dos valores e tradições católicas, entre brasileiros e italianos, favoreceu a criação de laços de solidariedade no contexto do conflito. Em relação aos capelães, ocorre também um compartilhamento de espaços religiosos, inclusive em caráter ecumênico já que havia representantes protestantes nesse grupo.

O relato do capelão Jacob Schneider demonstra que em função do contexto vivido cotidianamente não foi possível estabelecer a prestação de um serviço religioso tradicional. Além disso, consideramos que o número de capelães foi pequeno em relação ao contingente total da FEB, isto é, foram designados 26 capelães para um contingente de 25.334 soldados. Por isso, muitos febianos relataram que não tiveram contato com os capelães durante o conflito, o que não os impediu de organizarem suas experiências.

Concluimos então que as experiências vivenciadas durante a guerra legitimam a auto-imagem desse grupo e a natureza da participação dos indivíduos leva a construção de identidades específicas. Percebemos então que, nos relatos dos febianos que tiveram participação ativa em combate, a religião tornou-se significativa para a organização das experiências caóticas, devido a sua natureza. Essas memórias individuais compartilham elementos coletivos e dentre eles destacamos a importância do aspecto religioso encontrado nos relatos dos ex-combatentes.

Assim, a construção de uma identidade febiana baseada na experiência desses soldados favorece a organização desse grupo, que se torna alvo do Estado Novo a partir do seu regresso ao Brasil. O surgimento logo em 1945 da AECB leva progressivamente à busca por reconhecimento dos direitos de guerra, já que o Estado Novo não foi capaz de criar uma política de ressocialização desses indivíduos. Por isso, ao longo do pós-guerra os veteranos se engajam na luta pelo reconhecimento de seus direitos legais, como o pagamento de pensões e indenizações, por exemplo, e constituem através das associações órgãos de representação política e de difusão cultural.

Com o fim da ditadura varguista e em função de uma ação política dos veteranos em 1947, o “desfile do silêncio”, ocorre uma aproximação com o Exército. A partir disso, o passado da FEB passa a ser considerado pelo Exército como digno de ser glorificado. Nesse sentido destacamos a atuação do comandante da já extinta FEB, Marechal Mascarenhas de Moraes, em iniciativas de reconhecimento da memória da participação brasileira no conflito.

Algumas medidas significativas desse processo foram analisadas, considerando que a memória coletiva da FEB se constitui no espaço público, através da criação de lugares de memória. Entretanto, esse processo é marcadamente influenciado por símbolos e valores militares, o que explica os “não-lugares” do sagrado nesses monumentos. Identificamos a presença de símbolos e significados religiosos no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, entretanto, o foco central da obra está na valorização simbólica da união entre as Forças Armadas.

Nesse monumento, há um ambiente dedicado a espiritualidade onde localizam-se as sepulturas dos soldados mortos em combate. Isso representa uma forma de reconhecimento do sacrifício de guerra por parte do país e também da necessidade das famílias em receber seus mortos. Esse ambiente, além de constituir-se como mausoléu, oferece também uma capela católica para o ofício de celebrações religiosas. No altar

podemos identificar a imagem de Nossa Senhora Aparecida que representa a religiosidade dos soldados.

De fato podemos afirmar que o aspecto religioso não ganha destaque nos lugares de memória constituídos no espaço público, pois ocorre uma valorização do aspecto cívico e patriótico. Isso ocorre tanto no monumento nacional como nas demais obras regionais analisadas.

Com a difusão de uma memória da FEB, apoiada pelo Exército, pelas associações de ex-combatentes de guerra e por representantes civis, foi possível perceber que há uma construção simbólica do Herói da FEB, legitimado pelo reconhecimento do sacrifício de combate e pela valorização do patriotismo e do civismo. Esses elementos foram representados em monumentos regionais dedicados aos expedicionários e destacados nos discursos de inauguração das obras.

O compartilhamento desse esforço de memória regional entre membros do Exército, febianos e autoridades políticas foi o que permitiu a criação desses lugares de memória. Nos casos apresentados, percebemos que novamente o aspecto religioso não é destacado, já o civismo e patriotismo ocupam física e simbolicamente esses espaços. Essa carga simbólica, no caso desses monumentos, está centralizada na figura dos heróis e em ambos os casos são representados materialmente.

Analisando esses processos identificamos também duas características do percurso da memória pública da FEB. No caso do monumento em Campos de Goytacazes, percebemos uma tentativa de regionalização do repatriamento dos corpos dos soldados, um projeto inconcluso em função da unificação desse processo. Uma outra característica, encontrada em ambos os monumentos, foi o estabelecimento de ligações entre diferentes episódios da história para a valorização do passado da FEB.

Destacamos que nos monumentos regionais há um reconhecimento não só dos soldados mortos em combate, mas geralmente de todos os participantes do conflito. Isso indica que existiram diferentes formas de representação e reconhecimento desse passado. Afirmamos, entretanto, que, em função das características desse processo, esses lugares de memória públicos não destacam o aspecto religioso presente nas memórias individuais dos veteranos.

Por isso, optou-se por identificar os símbolos e tradições católicas no Exército brasileiro através de dois ícones representativos, respectivamente, Caxias e o capelão Frei Orlando. Caxias foi transformado em patrono do Exército ainda na década de 1920

com o objetivo de exaltar a figura do soldado brasileiro e também porque o período imperial é considerado como glorioso pelos militares. Entretanto, a figura de Caxias retoma um momento em que a religiosidade faz parte da vida militar e esse aspecto reforça as características católicas na instituição.

Além disso, concluímos que com a permanência definitiva do SAR, em 1946, essa repartição torna-se difusora de novas tradições católicas no Exército. Nesse complexo simbólico, merece destaque a figura do capelão morto em combate, Frei Orlando. Assim como Caxias, Frei Orlando representa um modelo que se refere ao serviço de assistência religiosa.

No Exército, essas tradições são criadas e reconhecidas através de portarias, leis, decretos, dentre outros. Observamos que culturalmente essas tradições religiosas indicam uma homogeneidade simbólica entorno do catolicismo e o não reconhecimento da pluralidade devocional impede que esse monopólio seja representado de outra maneira.

Por fim, podemos concluir que a religião desempenha um papel significativo na construção das memórias e identidades dos expedicionários que participaram dos combates na Itália. Durante o conflito, os capelães atuam como mediadores espirituais entre os soldados e o sagrado. Na impossibilidade da presença dos capelães, os soldados organizam individual ou coletivamente essas experiências. A presença desses clérigos na FEB expressa o resultado das transformações históricas ocorridas entre o Exército e a Igreja Católica, além disso, foi um momento determinante para a permanência do aspecto religioso na vida militar. No pós-guerra, percebemos que a religião perde sua importância no processo de construção de uma memória pública da FEB, em função da construção da figura do Herói e da seleção de valores, como o civismo e o patriotismo. Entretanto, identificamos a presença de símbolos e a criação de tradições católicas no Exército, o que indica a permanência do sagrado nesses espaços simbólicos.

## BIBLIOGRAFIA

ALENCAR NETTO, Edmundo Leonel. “... *com a Mão sobre a Cruz e a Bandeira Nacional...*”: A Igreja Católica e o Exército: da República Velha ao Estado Novo – uma abordagem sócio – Histórica. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002.

ALMEIDA, Marcelo Coelho. *A religião na caserna: o papel do capelão militar*. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2006.

AZZI, Riolando. A Cristandade Colonial: um projeto autoritário. In: *História do Pensamento Católico no Brasil – I*. São Paulo: Paulinas, 1987.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. São Paulo: Unicamp, 1999.

BARROS, Aluizio. *Expedicionários Sacrificados na Campanha da Itália: mortos e desaparecidos*. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1957.

BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5 ed, São Paulo: Paulus, 2004.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, O Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984, pp. 271-341.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz Religiosa Brasileira: Religiosidade e mudança social*. Petrópolis: Vozes & Koinonia, 2003.

BRAGA, Rubem. *Crônicas da guerra na Itália*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

CAMURÇA, Marcelo Ayres . A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE-2000. In: Faustino Teixeira; Renata Menezes. (Orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006, pp. 533-551.

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares. In: Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Dulce Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, pp. 341-345.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: Economia, sociedade e cultura*. 5 ed, v 2, São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

FERRAZ, Francisco Cesar. *A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. 2003. 395 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, pp. 73-92.

NEVES, Guilherme Pereira. Questão Religiosa. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1899)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 608-609.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, pp. 7-28.

PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: o capelão que não voltou*. 2 ed, Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.

PILLAR, General Olyntho. *Os Patronos das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n.10, 1992, pp. 200-212.

ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos. In: *Revista Militares e Política*. n. 3, jul/dez, 2008, pp. 7-16.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 2. ed. São Paulo: CPDOC-FGV, 1998, pp. 93-101.

SCHNEIDER, Jacob Emílio. *Vivências de um ex-capelão da FEB*. 2 ed, Curitiba: Edições Rosário, 1983.

SILVEIRA, Joaquim Xavier. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Bibliex, 2001.

SILVEIRA, Joel. *O Brasil na 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1976.

TODOROV, Tzvetan. A conservação do passado. In: \_\_\_\_\_. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002.

VIOTTI, Cássio Abranches. *Crônicas de Guerra: a força expedicionária brasileira na Itália*. s/ed, 1998.

## **CORRESPONDÊNCIAS**

NOCELLI, Glória. *Correspondência a Dorvilho Testa*. 30 jan. 1944. Juiz de Fora. s/p.

NOCELLI, Glória. *Correspondência a Dorvilho Testa*. 07 jun. 1944. Juiz de Fora. s/p.

NOCELLI, Glória. *Correspondência a Dorvilho Testa*. 23 jun. 1944. Juiz de Fora. s/p.

TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 19 jan, 1944, São João Del Rey. s/p.

TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 27 jun. 1944. Rio de Janeiro. s/p.

TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 18 set. 1944. Rio de Janeiro. s/p.

TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Joaquim Nocelli*. 25 out. 1944. Itália. s/p.

TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 16 mar. 1945. Rio de Janeiro. s/p.

TESTA, Dorvilho. *Correspondência a Glória Nocelli*. 15 dez. 1945. Itália. s/p.

## **FONTES ORAIS**

ARAÚJO, Enéas de Sá. Depoimento. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 3, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, pp. 95-109.

FONSECA, Ruy de Oliveira: depoimento. *O “Lapa Azul”*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2007, 1 DVD.

MUNGUNBA, Silas de Aguiar. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 2, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, pp. 87-106.

SIQUEIRA, Rita de Cássia Testa. *Entrevista*, Juiz de Fora, 27 out. 2010.

SILVA, José Maria Nicodemos. *Entrevista*, Juiz de Fora, 11 nov. 2010.

SOBRINHO, Raimundo de Castro. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 2, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, pp. 81-86.

VIEIRA, Joel Lopes. In: MOTTA, General Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 5, Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, pp. 221-232.

## FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo particular da Sra. Rita de Cássia Testa Siqueira:

DUARTE, Claudio de Paula. (org). *Manual de Orações do Soldado Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, s/d.

VILLANUEVA, Eusébio Sacristã. (org.). *Devoto de Josefino*. 7 ed, São Paulo: Ave Maria ltd, 1945.

Arquivo Histórico do Exército:

*Regulamento SAR/FEB*. Arquivo Histórico do Exército- Seção/FEB. 1944. Cx. 355, p. 09

*Relatório de declaração de religião oficiais da 1ª DIE*. Arquivo Histórico do Exército – Seção/FEB, s/p.

Arquivo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB – Seção Juiz de Fora (ANVFEB/JF):

LIVRO ata da Associação de Ex-Combatentes Brasileiros – Seção Juiz de Fora. 1947. 50f.



ESTATUTO. Clube dos Veteranos da Campanha da Itália. s/ed, 1963, pp. 1-32.

## **FONTES CONSULTADAS NA INTERNET**

*CADERNO* Informativo de diretoria de assistência ao pessoal para o ano de 2005. Disponível em: <<http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/sarex.html>>. Acesso em: <20 ago. 2010>.

*CENSO* religioso de 2007. Disponível em: <[http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/inst\\_religiosa\\_sarex.php](http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/inst_religiosa_sarex.php)>. Acesso em: <18 jun. 2010>.

CASTRO, André da Silva. *Cemitério Militar brasileiro na Itália: Relatório sobre o Cemitério Militar Brasileiro*. Disponível em: <[http://www.anvfeb.com.br/cemiterio\\_militar\\_brasileiro\\_na\\_italia.htm](http://www.anvfeb.com.br/cemiterio_militar_brasileiro_na_italia.htm)>. Acesso em: <10 jan. 2011>.

EDITAL do processo seletivo 2010 para matrícula no estágio de instrução e adaptação do quadro de capelães militares de 2011. Disponível em: <[http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=21&Itemid=61](http://www.esaex.ensino.eb.br/esaex/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=21&Itemid=61)>. Acesso em: <10 jun. 2010>

HISTÓRICO. Disponível em: <<http://dapnet.dgp.eb.mil.br/sarex/sarex.html>> Acesso em: 10 jun. 2010.

MONUMENTO AOS EXPEDICIONÁRIOS – Campos Goytacazes – RJ. Disponível em: <<http://www.anvfeb.com.br/>>. Acesso em: <05 jan. 2011>.

## **DECRETOS E LEIS**

BRASÍLIA. Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103693&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: <18 jun. 2010>.

BRASÍLIA. Decreto Lei nº 8.921, de 26 de jan de 1946. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=153400&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: <18 jun. 2010>.

BRASÍLIA. Decreto Lei nº 78.724, de 12 de novembro de 1976. Disponível em: <<http://www.dgp.eb.mil.br/portalsarex/Pagina/Santos%20Padroeiros/santossarex.html>>. Acesso em: <05 jan. 2011>.

BRASÍLIA. Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981. Disponível em: <<http://www.militarcristao.com.br/cpl.php?acao=texto&id=401>>. Acesso em: <25 set. 2010>.

**ANEXOS**

**Anexo 1 – Imagem de Nossa Senhora Aparecida: Arquivo particular da Sra. Rita de Cássia Testa Siqueira.**



**Anexo 2 – Foto de Glória Nocelli: Arquivo particular da Sra. Rita de Cássia Testa Siqueira.**

**Anexo 3 – Lista das Fichas dos capelães que integraram a FEB**

Capelão	Chegada-Partida	Nomeação	Natural/ procedência	Exp	Unidade
Frei Orlando (Antonio Álvares da Silva)	06/06/1944 – 22/09/1944	13/07/1944	MG – Ordem dos Frades Menores de São Francisco (São João Del Rei)	Comissário da Ordem Terceira da Província Franciscana de Minas Gerais e Professor	11 RI
João Filson Soren (Pastor)	06/06/1944 - [sem registro]	13/07/1944	Distrito Federal – Confederação Evangélica do Brasil	Pastor da 1ª Igreja Batista do Estado do RJ; Professor e Tradutor de Inglês; Editor e Redator de Jornais Batistas	1 RI
Pe João Barbalho Uchôa Cavalcanti Sobrinho	08/06/1944 - [sem registro]	13/07/1944	Pernambuco – Acerbispado de Olinda e Recife	Vigário Cooperador de Caruaru, Capelão do Colégio Eucarístico do Recife	I/1º RAPC
Pe Hipólito de Almeida Pedrosa	08/06/1944 - [sem registro]	13/07/1944	Pernambuco – Acerbispado de Olinda e Recife	Vigário Cooperador de Belém da Encruzilhada (Recife); Vigário e Pároco de Santa Ana do Ribeirão	I/2º RO Au R
Pe Francisco Eloy de Oliveira	08/06/1944 - [sem registro]	13/07/1944	MG – Acerbispado de BH	Vigário de passatempo	11 RI
Pe D. Francisco Leite (Amarílio da Silva Leite)	10/06/1944 - [sem registro]	13/07/1944	RN – Arcebispado de S. Salvador – Mosteiro de São Bento	Capelão Militar na Guarnição de Salvador	AD/1ªDIE

Padre João Pheaney de Camargo e Silva	21/06/1944 – 01/07/1944	29/06/1944	SP - Acerbispado de SP	Capelão Militar em Itu, Jundiá e São Paulo	QG da 1ª DIE
Pe Alberto da Costa Reis	21/06/1944 – 01/07/1944	29/06/1944	Alagoas – Acerbispado de Maceió	Capelão Militar da Guarnição de Maceió e Guarnição em RS	II/1º RAA Aérea (FAB)
Pe Jacob Emilio Schneider, SJ	22/06/1944 - [sem registro]	28/07/1944	RS – Província Meridional do Brasil (Companhia de Jesus)	Prefeito e Professor de Português, Historia e Geografia	1RI
Pe Noé Pereira	22/06/1944 – 01/07/1944	29/06/1944	Distrito Federal – Acerbispado de São Sebastião do Rio de Janeiro	[sem registro]	6 RI
Juvenal Ernesto da Silva	24/06/1944 – 22/09/1944	13/07/1944	SP- Confederação Evangélica Brasileira	Delegado e Membro do Conselho Superior da IMB; Capelão Granbery em Juiz de Fora	6RI
Pe Aquiles Silvestre (Achille Silvestre)	25/06/1944 – [sem registro]	04/07/1944	SP – Acerbispado de SP	Vigário Cooperador de Mogi das Cruzes; Capelão de Caieiras	6RI
Pe João Batista Cavalcanti	26/06/1944 - [sem registro]	04/07/1944	Distrito Federal – São Sebastião do Rio de Janeiro	Vigário de Grajaú, Engenho Novo	1RI
Pe Jonas Wanderley Lima (Frei Gil Maria)	27/06/1944 – 10/09/1944	28/07/1944	Alagoas – Vitória Espírito Santo (Província da Imaculada Conceição)	Vigário de Cordeiro, Monte Alegre, Rocinha; Diretor Diocesano de Ensino	6 RI – QG da 1ª DIE

				Religioso em Rio Preto e Vitória	
Waldemar Setaro (Frei Alfredo)	27/06/1944 – [sem registro]	28/07/1944	Distrito Federal – Província da Imaculada Conceição do Brasil – Porto União - SC	Superior Vigário de S. Antonio do Parí e Porto União - SC	11 RI
Pe Jorge Ferreira de Brito	29/06/1944 – 22/09/1944	04/07/1944	RS – Bispado de Santa Maria	Assistente Eclesiástico Junto as Guarnições Existentes em Santa Maria	Batalhão de Saúde da 1ª DIE
Pe Gregório Pelegrino Comasseto	31/06/1944 - [sem registro]	02/08/1944	RS – Paróquia de Nossa S. da Conceição – Diocese de Santa Maria	Vigário Cooperador de Cachoeira (Sul); Capelão Militar na Guarnição de Cachoeira	Batalhão de Saúde da 1ª DIE
Pe Olavo Ferreira de Araújo	08/07/1944 - [sem registro]	13/07/1944	MG – Acerbispado de BH	Vigário de Maravilhas e Rio do Peixe	Auxiliar do Capelão Chefe da 1ª DIE
Pe Nicolau Vendelino Junges, SJ	22/07/1944 – 22/09/1944	28/07/1944	RS- Província Meridional do Brasil (Companhia de Jesus)	Prefeito e Professor de Português, Historia e Geografia	I/1º RO Auto Rebocado
Pe Urbano Rausch (Foto ruim conferir nome)	23/07/1944 – 22/09/1944	28/07/1944	RS – Província Meridional	Prefeito e Professor de Português, Historia e Geografia	1 RI
Pe Nilo Kollet	29/07/1944 - [sem registro]	28/07/1944	RS – Acerbispado de Porto Alegre	Vigário Cooperador da Igreja N.S.Glória, São João Batista	9º Batalhão de Engenharia
Pe Joaquim de Jesus Dourado	19/09/1944 - [sem registro]	03/10/1944	Ceará	Jornalista, Escritor; Vigário de Caxias, Codó e Itapecurú-Mirim	Tropa Especial da 1ª DIE

Pe Manuel Inocência de Lacerda Santos ok	17/01/1945 – 08/02/1945	18/01/1945	SP – Arquidiocese de SP	Vigário Cooperador de São Geraldo das Perdizes	[sem registro]
Pe Francisco Freire de Moura Filho ok	26/01/1945 – 08/02/1945	29/01/1945	SP - SP	Vigário da Paróquia de Roseira e de Sta Margarida; Professor	CRP
Pe Alcionilio Bruzzi Alves da Silva ok	29/01/1945 – 08/02/1945	31/01/1945	MG – Liceu Coração de Jesus SP	Professor e Engenheiro Agrônomo	CRP
Pe Helio Abranches Viotti, SJ ok	[sem registro] - [sem registro]	03/10/1944	SP – Diocese de São Paulo (Jesuíta)		1º Deposito da FEB
Capelães Católicos	24	Capelães Evangélicos	02	Total de Capelães	26